

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Centro de Letras e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Letras



Dissertação

**A representação da homoafetividade em *Duas iguais*, de Cíntia Moscovich e
Morangos mofados, de Caio Fernando Abreu**

Ana Luiza Nunes Almeida

Pelotas, 2015

Ana Luiza Nunes Almeida

**A representação da homoafetividade em *Duas iguais*, de Cíntia Moscovich e
Morangos mofados, de Caio Fernando Abreu**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Letras (Área de Concentração: Literatura Comparada).

Orientador: Prof. Dr. João Luis Pereira Ourique

Pelotas, 2015

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

A314r Almeida, Ana Luiza Nunes

A representação da homoafetividade em Duas iguais,
de Cíntia Moscovich e Morangos mofados, de Caio Fernando
Abreu / Ana Luiza Nunes Almeida ; João Luis Pereira
Ourique, orientador. — Pelotas, 2015.

120 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação
em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade
Federal de Pelotas, 2015.

1. Homoafetividade. 2. Estudos culturais. 3. Teoria
Queer. 4. Identidade subjetiva. I. Ourique, João Luis Pereira,
orient. II. Título.

CDD : 306.7

Ana Luiza Nunes Almeida

**A representação da homoafetividade em *Duas iguais*, de Cíntia Moscovich e
Morangos mofados, de Caio Fernando Abreu**

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestra em Letras, do Programa de Pós-Graduação em Letras - Mestrado, Área de Concentração Literatura Comparada, da Universidade Federal de Pelotas.

16 de abril de 2015

Banca examinadora:



Prof. Dr. João Luís Rereira Ourique
Orientador/Presidente da Banca
Doutor em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria



Profª. Dra. Luana Teixeira Porto
Membro da Banca
Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Profª. Dra. Daniele Gallindo Gonçalves Silva
Membro da Banca
Doutora em Germanística/ Literatura Alemã Antiga
pelo Otto-Friedrich-Universität Bamberg, Alemanha

AGRADECIMENTOS

“O amor exige expressão” e pode ser expresso de múltiplas formas, como pretendo dissertar ao longo do trabalho. No entanto, aqui quero fazê-lo em forma de agradecimento às pessoas que somaram nesse estudo e merecem a minha expressão.

Ao meu orientador, Prof. Dr. João Luis Pereira Ourique, que percorreu esse caminho comigo e, em muitas vezes, me assinalou o melhor caminho para prosseguir, além de apontar percepções novas e dividir o seu conhecimento com o comprometimento que lhe é característico.

À querida colega e amiga Juliana, que partilhou comigo as angústias inerentes ao processo de escrita, debateu sobre os questionamentos que surgiram e se dispôs a me ajudar, sem hesitar, sempre que lhe era solicitado.

À minha família de coração, que me acolheu e acarinhou nesse período e me fez entender o significado genuíno do amor.

Às duas companheiras, que me proporcionaram defender a minha perspectiva e me apoiaram e apoiam incondicionalmente nos estudos e na vida – meus amores, Eliane e Ana.

Tolerar a existência do outro e permitir que ele seja diferente, ainda é muito pouco. Quando se tolera, apenas se concede e essa não é uma relação de igualdade, mas de superioridade de um sobre o outro. Deveríamos criar uma relação entre pessoas, da qual estivessem excluídas a tolerância e a intolerância.

José Saramago

RESUMO

ALMEIDA, Ana Luiza Nunes. **A representação da homoafetividade em *Duas iguais*, de Cíntia Moscovich e *Morangos mofados*, de Caio Fernando Abreu.** 2015. 120 folhas. Dissertação (Mestrado em Letras – Literatura Comparada) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

Esse trabalho pretende discutir as diferenças na representação das relações homoafetivas a partir das narrativas ***Duas iguais***, de Cíntia Moscovich, e “Terça-feira gorda” e “Aqueles dois”, de Caio Fernando Abreu. Para tanto, tal reflexão basear-se-á nas concepções fundamentadas pela teoria *queer*, à luz dos Estudos Culturais, a fim de entender os fatores sócio-histórico-culturais que interferem nas performances representadas. Sob essa perspectiva, serão discutidas questões referentes às construções gendéricas e identitárias, com o intuito de analisar os discursos literários propostos pelos autores citados. Desse modo, utilizar-se-á os estudos de Michel Foucault, Judith Butler, Stuart Hall e David William Foster como base teórica para sustentar as hipóteses levantadas. Em consonância com os argumentos discutidos, a relação entre literatura e sociedade se faz pertinente para sustentar a análise da homoafetividade no âmbito literário e o estudo de Antonio Candido é fundamental para articular a pesquisa.

Palavras-chave: homoafetividade; Estudos Culturais; teoria *queer*; identidade subjetiva.

ABSTRACT

ALMEIDA, Ana Luiza Nunes. **The representation of homosexuality in “Duas iguais” by Cíntia Moscovich and “Morangos Mofados” by Caio Fernando Abreu.** 2015. 120 pages. Dissertation (Comparative Literature Master’s Degree) - Graduate Program in Languages, Center of Languages and Communication, Federal University of Pelotas, 2015.

This dissertation proposes to discuss the differences in the representation of homosexual relationships, concerning the narratives **Duas iguais** by Cíntia Moscovich and "Terça-Feira Gorda" and "Aqueles dois" by Caio Fernando Abreu. Therefore, this reflection is based on the queer theory concepts, under the light of cultural studies in order to understand the social, historical and cultural factors that affect such representations. From this perspective, issues concerning gender and identity constructions will be discussed to analyze the literary discourses proposed by these authors. Thus, studies on Michel Foucault, Judith Butler, Stuart Hall and David William Foster will be used as a theoretical basis to reinforce the hypotheses. In line with the arguments discussed, the relationship between literature and society is relevant to support the analysis of homosexuality in the literary context. Moreover, Antonio Candido’s body of work is essential to articulate the research.

Keywords: homoafetivity; Cultural Studies; queer theory; individual identity.

SUMÁRIO

1	Introdução.....	7
2	O gênero construído: a influência do conceito na construção de identidade.....	16
2.1	A homoafetividade na história.....	16
2.1.1	A construção da heterossexualidade.....	16
2.1.2	Os gays na história.....	20
2.1.2.1	As lésbicas como um apêndice da história da homossexualidade.....	30
2.2	A construção social do gênero.....	38
3	A (in)expressão da homoafetividade no discurso literário.....	46
3.1	A representação do gênero nas narrativas analisadas.....	48
3.1.1	“Terça-feira gorda” e a expressão do amor.....	52
3.1.2	“Aqueles dois” e a incompletude da expressão.....	58
3.1.3	<i>Duas iguais</i> e a inexpressão do amor.....	63
3.2	As representações da homoafetividade nas narrativas analisadas: um estudo comparado.....	71
4	Literatura e sociedade: a interferência do meio social no texto literário.....	81
4.1	As narrativas analisadas à luz da Sociologia Literária.....	93
4.1.1	A representação artística e a recepção social.....	97
5	Considerações finais.....	109
	Referências.....	116

1 Introdução

O princípio da isonomia prevê que todos são iguais, independentemente de suas diferenças, e que devemos tratar desigualmente os desiguais na medida em que se desiguam, a fim de encontrar a verdadeira lei da igualdade¹. Nesse sentido, é possível entender que há várias formas de abranger as diferenças; porém, ainda não existem maneiras proporcionais de aceitá-las.

Os relacionamentos homoafetivos são percebidos a partir de um preconceito imposto socialmente e, por conseguinte, são pouco explorados na literatura. Por se tratar de uma minoria sexual, lhe é negada o caráter de natural porque não se encaixa nos padrões heteronormativos que regem a maioria das relações afetivas. A invisibilidade conferida ao homoerotismo está presente na produção literária, refletindo a marginalização que a sociedade atribui ao tema em função do preconceito ainda existente. A literatura homoerótica, portanto, foi relegada por muito tempo, pois tinha-se o entendimento de que abordava uma temática subversiva, na perspectiva da sociedade regida pela heterossexualidade compulsória.

Na amplitude temática dos Estudos Culturais², iniciou-se uma reflexão sobre as minorias sexuais ao entender a necessidade de desmarginalizar as relações homoafetivas; entretanto, surgiu, concomitantemente, o questionamento de que esse tipo de pesquisa tendia a reforçar crenças hegemônicas, mantendo o isolamento do objeto das teorias socioantropológicas. Na sua evolução, após elucidar os problemas

¹ Ruy Barbosa disse que “a regra da igualdade não consiste senão em tratar desigualmente os desiguais na medida em que se desiguam. Nesta desigualdade social, proporcional e desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. Os mais são desvarios da inveja, do orgulho ou da loucura. Tratar com desigualdade os iguais, ou os desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real. Os apetites humanos conceberam inverter a norma universal da criação, pretendendo, não dar a cada um, na razão do que vale, mas atribuir os mesmos a todos, como se todos se equivalessem” (BULOS, 2009, p. 420).

² Os Estudos Culturais não constituem uma disciplina, mas uma intersecção de diferentes áreas de conhecimento. No final da década de 1950, Richard Hoggart, Raymond Williams e E. P. Thompson – e, em seguida, Stuart Hall – desenvolveram, na Inglaterra, pesquisas que norteiam até hoje essa área de estudo, as quais se preocupam com as formas de expressões culturais não hegemônicas. Desse modo, “a consideração sobre a pertinência de analisar práticas que tinham sido vistas fora da esfera da cultura inspirou a geração que desenvolveu os Estudos Culturais, principalmente, a partir dos anos 60. Logo, os Estudos Culturais construíram uma tendência importante da crítica cultural que questiona o estabelecimento de hierarquias entre formas e práticas culturais, estabelecidas a partir de oposições como cultura alta/baixa, superior/inferior, entre outras binariedades” (ESCOSTEGUY, 2001, p. 155).

encontrados, a teoria *queer* ganhou forma e sustentou a sua crença de que a heterossexualidade só existe em oposição à homossexualidade, compreendida como seu negativo, inferior e abjeto. Seguindo a doutrina *queer*, à luz dos Estudos Culturais, é possível explorar o homoerotismo como um “fenómeno de la historia humana y no una desviación, ni una degeneración, ni una perversión del outro que nos amenaza”³ (FOSTER, 2009, p. 56).

Adotando essa perspectiva, o presente trabalho irá abordar a literatura homoerótica e como ela é construída por escritores dos gêneros masculino e feminino. Nesse sentido, serão analisadas a linguagem utilizada para representar o relacionamento homoafetivo e a forma como são criadas as personagens dos diferentes gêneros, além de contextualizar as narrativas às conjunturas sociais propostas pelos seus autores e, também, face à época em que foram inseridas. Entendendo que há a necessidade de relacionar a obra literária com o contexto social ao qual ela pertence, será proposto um estudo embasado na Sociologia Literária – alicerçado na perspectiva de Antonio Candido – para sustentar a análise da novela **Duas iguais** (1998), de Cíntia Moscovich, e dos contos “Terça-feira gorda” e “Aqueles dois”, de Caio Fernando Abreu, ambos publicados no livro **Morangos mofados** (1982), trazendo à discussão os temas centrais das tramas e a dificuldade de expressá-los a partir da literatura homoerótica. Sob esse enfoque, buscar-se-á entender que a temática que norteia as narrativas é o amor, isto é, um tema universal, comum em inúmeras obras literárias; no entanto, tal temática é complementada por relações homoafetivas e, por conseguinte, dificulta a sua exposição porque evidencia a questão emocional, a qual ainda é oprimida e deve ser omitida tanto na ficção quanto na realidade.

Em uma sociedade patriarcal, o estudo sobre questões de sexo e de gênero é laborioso, pois vem marcado por estereótipos e considerações que nem sempre são condizentes com a verdade instituída socialmente. Desse modo, será proposta uma análise individual das obras, identificando o porquê elas se distanciam dos padrões heteronormativos. Além disso, aprofundando os conceitos de identidades subjetivas, será feita a distinção entre a forma de escrita e de construção das personagens nas narrativas, permitindo a percepção de que, mesmo sendo considerada literatura

³ “fenômeno da história humana e não um desvio, ou degeneração, ou perversão do outro que nos ameaça” (tradução nossa).

homoerótica, pode-se notar a identificação de padrões patriarcais tanto na criação quanto na recepção do público.

A orientação central desse estudo é o entendimento de Michel Foucault (1988) de que o discurso sobressalente na cultura hegemônica é instituído a partir de relações de poder, discurso no qual as classes dominantes ganham voz para formar conceitos e definir comportamentos de acordo com os seus interesses. Assim, a determinação da heterossexualidade como comportamento natural será trabalhada como uma criação social, estabelecida em benefício dos homens. Tal assertiva obterá destaque sob a perspectiva de Jonathan Katz, a partir de seu livro **A invenção da heterossexualidade** (1996), porque trará à discussão a imposição da heterossexualidade compulsória e consequente marginalização homossexual, salientando as relações discursivas de poder – à luz do pensamento foucaultiano – ao pontuar que “a heterossexualidade continua a livrar-se do *status* de uma instituição enigmática e peculiar” (KATZ, 1996, p. 179).

Buscando entender as dificuldades que a homoafetividade encontra na literatura, será apontada a hipótese de que a sociedade ainda se apresenta revestida de preconceitos e a análise das obras literárias corrobora com esse entendimento, pois evidencia a relação homoafetiva como algo impossível, indo de encontro aos valores sociais apresentados nas narrativas, os quais são reflexos da sociedade da época. Nesse sentido, a produção literária com temática homoafetiva caracteriza-se pela fragmentação e excessiva subjetividade; entretanto, tais características também aparecem em narrativas que abarcam relacionamentos heterossexuais, e o que se verifica, todavia, em ambas situações, é a multiplicidade de abordagens e estilos. Há, contudo, particularidades que norteiam a literatura homoerótica e estão imprimidas nos textos estudados – linguagem culta, narrativa densa, carregada de culpa – porém, deve-se entender, também, que essa literatura se dedica a tematizar o amor, cujo enfoque volta-se para as relações homoafetivas.

Como forma de esquematizar o trabalho, para sua melhor compreensão, no primeiro capítulo será proposta uma análise sobre as construções sociais de gênero e de sexualidade e a influência desses conceitos na constituição identitária. A fim de averiguar as maneiras como tais definições foram incutidas na cultura hegemônica, será desenvolvido um breve estudo que esclarece a história de gays e lésbicas, principalmente no contexto dos textos literários analisados. Sabe-se de antemão que se trata de uma apreciação fragmentada sobre a homossexualidade, visto que a

bibliografia disponível sobre o assunto ainda não alcança um volume satisfatório; entretanto, essa análise é necessária para entender como os indivíduos homoafetivamente inclinados são vistos socialmente e quais os seus lugares no meio social. Além disso, fazendo um paralelo entre a história de gays e lésbicas, será possível perceber que ambos são oprimidos desde tempos remotos, mas as lésbicas são duplamente subjugadas, porque, além da homossexualidade condenada, também são menosprezadas por serem mulheres – sob esse argumento, serão tratadas como um apêndice da história da homossexualidade, uma vez que pretende-se utilizar essa organização textual para corroborar a hipótese defendida.

A marginalização imposta aos homossexuais será salientada a partir do enfoque de João Silvério Trevisan que disserta sobre a história da homossexualidade em **Devassos no paraíso** (2000). Nesse livro, o autor também remete à perspectiva de Foucault e explica que o que sabemos sobre a homossexualidade está de acordo com o que o discurso dominante quer expor, e, portanto, a historiografia homossexual é explicitada sob um discurso heterossexista. Além disso, enfatiza que o foco de sua análise recai principalmente sobre os gays, uma vez que o estudo sobre as lésbicas é ainda mais escasso. Para a análise do lesbianismo, a parca referência é característica, embora os livros **O lesbianismo no Brasil** (1987), de Luiz Mott, e **Homossexualidade feminina** (1960), de Frank S. Caprio, preencham, de forma concisa, o vazio bibliográfico sobre a temática – aspecto que, ao ser analisado, estabelecerá uma metáfora que acentua a segregação a que as mulheres homoafetivamente inclinadas estão condenadas, segregação que as considera, portanto, como um complemento da homossexualidade masculina. Assim sendo, a luta pela visibilidade das lésbicas será salientada através de textos teóricos reivindicatórios sobre o assunto, como **La doble discriminación de las lesbianas** (2007), de Beatriz Gimeno, no qual a militante explicita que “desde siempre, entre nosotros mismos, hemos manejado la invisibilidad de las lesbianas como si se tratara de un axioma que bastara por si solo para explicar todas las situaciones en las que una lesbiana podía encontrarse”⁴ (GIMENO, 2007, p. 20).

Tentando entender, através da história, o início da segregação dos homossexuais, um estudo cronológico se faz pertinente porque permite averiguar o

⁴ “historicamente, entre nós mesmos, temos lidado com a invisibilidade das lésbicas, como se fosse um axioma suficiente por si só para explicar todas as situações em que uma lésbica podia encontrar-se” (tradução nossa).

contexto sócio-histórico-cultural em que a sexualidade homoafetiva foi definida como desviante, enfatizando, primordialmente, a conjuntura social dos textos literários analisados para, mais adiante, compreender como as personagens que desenvolvem relacionamentos homoafetivos são representadas na perspectiva dos autores.

Ainda nesse capítulo, as construções dos conceitos de heterossexualidade e de gênero serão abordadas a fim de justificar a hipótese de que são criações sociais, esquematizadas para garantir a supremacia heterossexual e masculina no contexto da sociedade ocidental, contexto no qual as narrativas estão incluídas. Usando as ideias apresentadas por Michel Foucault (1988; 2013), Judith Butler (2013), Jonathan Katz (1996), Pierre Bourdieu (2005), Stuart Hall (2011) e David William Foster (2009) será possível compreender que tais definições são forjadas sob a perspectiva de uma cultura fundamentalmente heterossexista e patriarcal, que defende o silogismo de que todas as representações distintas do modelo instituído devam ser postas à margem da sociedade – e, a partir dessas reflexões, será possível discutir com maior propriedade a problemática proposta nas obras literárias citadas.

A construção social do gênero vai ao encontro da afirmativa primeira de Foucault apresentada nessa introdução, pois reitera a aceção de que tal construção se trata de um conceito instituído socialmente, sob a perspectiva de uma sociedade heteropatriarcal. Buscar-se-á, a partir dos argumentos de Butler (2013), refletir sobre a desconstrução das definições binárias que regem a conduta social e, também, pensar acerca da concepção de identidade subjetiva proposta por Hall (2011) e Foster (2009) como uma solução para o problema das identidades fixas tolhidas pelos padrões binários instituídos.

Ao compreender os motivos pelos quais a literatura homoerótica tem tanta dificuldade de se desprender dos modelos hegemônicos, estabelecidos pela heteronormatividade, ainda é possível notar que a temática é abordada superficialmente, dificultando o fim dos tabus sociais criados e impossibilitando uma análise profunda acerca do homoerotismo. Assim, como forma de entender a representação da homoafetividade nas obras literárias analisadas, o segundo capítulo focará nas análises individuais dessas obras, visto que essa abordagem se faz pertinente para entender como a temática é expressa no discurso literário. Para tanto, o estudo abordará as diferenças e as semelhanças entre as linguagens feminina e masculina, comparando os discursos dos dois autores a fim de interpretar as percepções de ambos sobre o homoerotismo. Tentar-se-á, então, analisar como Caio

Fernando Abreu e Cíntia Moscovich narram a homoafetividade, tornando-se possível notar, ainda, um vínculo com as estruturas da sociedade patriarcal nas narrativas. A teoria *queer* dará suporte a tal análise, uma vez que essa teoria contesta a normatização das identidades fixas e vai ao encontro da proposição de identificação sugerida por Hall.

O estudo sobre as relações homoafetivas representadas em “Terça-feira gorda”, “Aqueles dois” e **Duas iguais** pretende entender os diferentes modos pelos quais a temática é expressa na literatura. Para tanto, as três narrativas serão analisadas separadamente, porque interessa destrinchar a abordagem do assunto em suas minúcias, a partir dos discursos apresentados pelos seus autores e a forma como esses arquitetam as suas personagens que desenvolvem relacionamentos homoafetivos – e, aqui, a representação de gênero será fundamental para entender a psicologia das personagens e as suas construções identitárias. Nesse momento, tem-se o intuito de compreender as identidades subjetivas criadas nos textos analisados, e, também, desmistificar a literatura homoafetiva a fim de excluir o seu rótulo de imoral e subversiva, visto que as obras literárias analisadas servem de apoio para apontar a invisibilidade imposta às relações homoafetivas e as diferenças que podem ser percebidas nos relacionamentos entre gays e lésbicas, sendo que as relações se constroem a partir do subentendido.

As personagens apresentadas nos textos literários performatizam diferentes identidades, mas nos seus discursos poderão, ainda, ser percebidos elementos do padrão heterocultural. Sobre performance, as noções de Butler são essenciais porque refletem acerca das imposições sociais sobre os gêneros construídos, os quais devem se caracterizar a partir de modelos preestabelecidos. Dar-se-á, então, enfoque às personagens-protagonistas das obras, as quais representam diferentes performances, de acordo com o meio social a que pertencem. Nesse sentido, é preciso apontar as discrepâncias entre as personagens e o modelo hegemônico, e, também, analisar o estereótipo instituído para a representação homossexual.

O capítulo finda com o estudo comparado entre as narrativas analisadas a fim de contrastar as representações da homoafetividade e dos conceitos questionados anteriormente. Os apontamentos feitos no capítulo anterior sobre as teorias estudadas serão exemplificados nessa parte a partir dos textos literários citados.

A construção do discurso homoerótico na literatura é uma análise fundamental, na medida em que corrobora com o entendimento acerca das diferenças nas

narrativas estudadas e proporciona uma reflexão acerca dos motivos pelos quais essas discrepâncias acontecem nos meios literário e social. O discurso homoafetivo, geralmente, é implícito, sendo construído nas entrelinhas. Na literatura, as narrativas são introspectivas e os relacionamentos pouco expostos, de modo a corroborar com a ideia de que o tema ainda apresenta uma receptividade limitada na sociedade. Entretanto, o texto literário não deve ser entendido como um documento ou simples reflexo da realidade, mas, ao mesmo tempo, as conexões com ela não podem ser negligenciadas. Em uma análise baseada na relação entre literatura e sociedade e pautada na perspectiva de Antonio Candido (2010), é importante entender as relações do artista com o meio em que vive e, além disso, perceber a autoridade que a sociedade exerce sobre a sua obra literária e vice-versa. Desse modo, vale entender como ocorrem as influências sociais no processo de produção literária, pois o autor elabora a sua obra seguindo os padrões de sua época, e o produto dessa interação age sobre o meio. Percebemos, portanto, que autor, obra e público exercem uma influência mútua, a qual é importante para que tenhamos um entendimento mais amplo e correto da obra literária; além de que fazer essa relação é necessário porque corrobora com a percepção de que o escritor, quando produz uma obra literária, desempenha um papel social, trazendo consigo elementos da realidade da qual faz parte.

O terceiro capítulo dará conta da tensão entre literatura e sociedade, averiguando a influência do meio social no texto literário. Sob essa perspectiva, serão discutidas as múltiplas representações da temática homoerótica ao longo dos anos, visto que tem-se a intenção de apurar os diferentes tratamentos que são concedidos a escritores dos sexos masculino e feminino. Nesse sentido, pretende-se evidenciar os privilégios masculinos em explorar o tema – mesmo que o volume de textos literários que representem a homoafetividade feminina seja mais expressivo –, articulando discursos com linguagem objetiva, nos quais os relacionamentos homoafetivos são expostos sem estranhamento excessivo, ainda que estejam implícitos na narrativa; e as personagens, também do gênero masculino, desenvolvem diálogos mais abertos sobre as relações. Em contrapartida, sob imposição do meio social caracterizado pelo patriarcado, a escrita feminina é marcada por uma narrativa introspectiva, fazendo-nos perceber que a história narrada não deve ser exposta e a linguagem usada – no caso da novela estudada – corrobora com a percepção de que essa é uma história difícil de ser contada.

A primeira parte do último capítulo tentará capturar alguns exemplares de textos literários que abordem a homoafetividade masculina e feminina. O objetivo desse levantamento é demonstrar como o tema foi abordado durante com o passar do tempo e o seu desenvolvimento no contexto social, agregando ou não para si os valores impostos. Tem-se a intenção, portanto, de averiguar a representação homoafetiva em suas múltiplas expressões, identificando as tensões sociais que a literatura incorpora na produção homoerótica.

A articulação entre literatura e sociedade ganha ênfase nessa pesquisa, visto que tem-se o intuito de discutir as diferentes formas de demonstração do amor homoafetivo nas narrativas literárias visitadas e, dessa forma, verificar a influência social sobre a expressão artística – tanto no processo de composição, a partir da perspectiva e dos valores expressos pelos autores, quanto no momento receptivo das obras, sob o olhar do leitor e as condições sociais que determinam a sua conduta. Adotando a Sociologia Literária como base teórica desse estudo, o foco recairá sobre o elemento social e as formas como ele interfere na construção literária, considerando, então, os textos de Cíntia Moscovich e Caio Fernando Abreu destacados anteriormente. O intuito principal desse capítulo é avaliar o conteúdo social das obras e as motivações que propiciaram a inserção desses valores nas composições literárias, fazendo um paralelo comparativo entre a escrita e a construção de personagens de diferentes gêneros sexuais. De acordo com a perspectiva de Antonio Candido, interessa averiguar os fatores que interferem no processo composicional, questionando “se ele fornece apenas matéria ou se é elemento que atua na constituição do que há de essencial na obra enquanto obra de arte” (CANDIDO, 2010, pp. 14-15).

A perspectiva adotada por Antonio Candido em **Literatura e sociedade** (2010) guiará esse estudo, visto que a partir dela é possível discutir as hipóteses levantadas nas análises propostas e alcançar o objetivo pretendido de comprovar que a literatura homoerótica adquire caráter reprimido, não por apresentar conteúdo subversivo e imoral, mas porque está impregnada de valores heteropatriarcais, oriundos da cultura hegemônica, e, portanto, traz consigo o preconceito social existente.

A reflexão que norteia essa pesquisa é de que a sociedade ainda impõe conceitos e definições para situações que, na prática, são semelhantes às consideradas “normais”. Os termos que se repetem nesse estudo – homoafetividade, homoerotismo, etc – corroboram com a afirmação da heteronormatividade e vão ao

encontro do pensamento que iniciou os Estudos Culturais. Edward Said salienta que as grandes lutas de grupos excluídos por ampliação de direitos e contra as formas de autoritarismo não negam os valores produzidos pelos grupos dominantes, mas discutem a paradoxal realidade de negar esses valores proclamados como naturais e universais a todos. Se trata, portanto, de estender os benefícios produzidos pela cultura ocidental àquelas vítimas de preconceitos de etnia, gênero ou classe. Nesse sentido, esse estudo é orientado pelo intuito de questionar a cultura hegemônica, trazendo à luz o ideal “de que a sociedade e a cultura são produto heterogêneo do povo heterogêneo, dentro de uma enorme variedade de culturas, tradições e situações” (SAID apud JOVIANO, 2009, s.p.).

Os esforços que se concentram nesse estudo buscarão desvincular a literatura homoerótica dos estereótipos de subversão que a ela são relacionados e, como consequência desse trabalho, tentar-se-á evidenciar que as relações apresentadas na literatura – através do enfoque dado a **Duas iguais** e “Terça-feira gorda” e “Aqueles dois”, de Cíntia Moscovich e Caio Fernando Abreu respectivamente – nada têm de extraordinário para serem amplamente criticadas pela sociedade em geral, salientando que a literatura homoerótica não difere em temática da literatura tradicional, a não ser porque representa relações envolvendo pessoas do mesmo sexo.

Enfatizando a importância dos Estudos Culturais na análise pretendida, torna-se imprescindível desenvolver a relação entre literatura e sociedade, uma vez que, para entender a representação dessa minoria sexual, será necessário compreender os fatores externos que permitem ou segregam a sua exposição. A intersecção entre tais áreas de conhecimento somará em uma apreciação crítica acerca da abordagem do homoerotismo nos textos literários em questão e no meio social a que pertencem.

2 O gênero construído: a influência do conceito na construção de identidade

Penso que a ideia de que alguém 'se torna' uma mulher é importante, abrindo a possibilidade de se tornar algo diferente de uma mulher, talvez um homem, ou talvez algo que exija outra forma de prática de nomeação.⁵

Judith Butler

2.1 A homoafetividade na história

2.1.1 A construção da heterossexualidade

As discussões sobre sexualidade se baseiam nas relações de poder que os seus discursos estabelecem e que determinam as expansões ou restrições que as suas representações demonstram. Assim sendo, o saber sobre o sexo é constituído por mecanismos de poder e vinculado ao contexto sócio-político-cultural vigente, agregando a si as suas normas e legitimando os preconceitos de uma sociedade. A história da sexualidade contada por Michel Foucault critica os discursos sobre a temática e busca traçar um novo olhar desvencilhado das amarras da tradicional repressão, pensando, então, a sexualidade à luz das relações de poder.

Em suma, gostaria de desvincular a análise dos privilégios que se atribuem normalmente à economia de escassez e aos princípios de rarefação, para, ao contrário, buscar as instâncias de produção discursiva (que, evidentemente, também organizam silêncios), de produção de poder (que, algumas vezes têm a função de interditar), das produções de saber (as quais, frequentemente, fazem circular erros ou desconhecimentos sistemáticos); gostaria de fazer a história dessas instâncias e de suas transformações (FOUCAULT, 1988, p. 19).

⁵ Trecho extraído de uma entrevista concedida à Carla Rodrigues, da Revista *CULT*, na edição 186, ano 16, novembro de 2013. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2014/01/a-filosofa-que-rejeita-classificacoes-2/>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

Certamente não é objetivo dessa pesquisa decompor o processo histórico da sexualidade; doravante, faz-se pertinente refletir sobre as relações de poder que estão atreladas à temática, a fim de entender a interferência desses mecanismos na padronização da heterossexualidade compulsória. Para tanto, a análise foucaultiana é apropriada, pois esmiúça tais processos e conclui que se faz necessário reescrever uma história da sexualidade pautada na multiplicidade dos discursos sobre o sexo, inibindo a repressão inquirida àqueles que destoam do padrão instituído.

Foucault propõe pensar nos discursos como resultados de um condicionamento ao que se deve entender como verdade, a qual não existe de modo natural, mas é oriunda dos jogos de poder a que os discursos estão submetidos. Há, em cada época ou momento histórico, o que o filósofo chama de dispositivo, isto é, uma estrutura que detém um conjunto de elementos heterogêneos – discursos, instituições, leis, enunciados científicos e proposições filosóficas –, que é absorvido pelo meio social e impõe, dessa maneira, uma nova reflexão sobre a sexualidade.

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são atribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos (FOUCAULT, 1988, pp. 33-34).

Entende-se, portanto, que a hegemonia heterossexista instaurada na sociedade atual repreende a multiplicidade discursiva sobre o sexo, condenando aqueles que divergem da norma estabelecida. Em vista disso, torna-se necessário apurar como esse discurso hegemônico se estabeleceu no meio social e quais as consequências dessa padronização, iniciando-se, então, pela análise da supremacia heterossexual como representação da sexualidade.

Jonathan Katz desenvolve um estudo sobre a invenção da heterossexualidade, entendendo que esse é um conceito construído socialmente. Tendo o pensamento foucaultiano como base, o autor aponta que o termo “homossexual” foi aludido em 1869 e que a definição de “heterossexual” só aconteceu em 1901, no **Oxford English Dictionary Supplement**, e pontua que antes de tais definições não era concebido um universo social polarizado em heterossexuais e homossexuais, começando, assim, a sua reflexão sobre os efeitos dessas caracterizações limitadoras nas relações sociais. Para Katz, a heterossexualidade não foi somente imposta, mas, também, inventada,

e formula a sua acepção sob a perspectiva de que tal conceito se firmou a partir do discurso.

A idéia de que uma coisa heterossexual existe à parte do discurso é em si um estratagema que impede que o discurso histórico sobre a heterossexualidade seja examinado atentamente. Porque a ideia de simplesmente é torna uma história da palavra *heterossexual*, e do conceito, algo sem importância. Se o sexo hetero simplesmente é, a história da palavra e do conceito é superestrutural, um revestimento no topo da coisa heterossexual real, básica e autêntica. Mas não é, e eu escrevi este livro para mostrar isso.

Eu agora acho que a heterossexualidade é inventada no discurso como o que está fora dele. É criada em um discurso particular como o que é universal. É construída em um discurso historicamente específico como o que não se restringe ao tempo. Foi construída bastante recentemente como o que é muito antigo: a heterossexualidade é uma tradição inventada (KATZ, 1996, p. 183).

A sociedade regada sob os preceitos cristãos tratava as práticas sexuais com o objetivo exclusivo de reprodução. Entretanto, na última década do século XIX, esse ideal passou a ser contestado à luz de uma nova perspectiva, que identificava que “o *instinto sexual* dizia respeito ao desejo erótico de homens e mulheres uns pelos outros, *independente de seu potencial reprodutivo*” (KATZ, 1996, p. 31, grifos do autor), imprimindo, então, ao conceito de heterossexualidade uma conotação negativa.

Heterossexual não era equiparado aqui a sexo normal, mas a perversão – uma tradição que se manteve na cultura da classe média até a década de 1920. Kiernan ligou heterossexualidade a uma de várias *manifestações anormais do apetite sexual* – em uma lista de *perversões sexuais* – em um artigo sobre perversão sexual. [...]

Aqueles heterossexuais eram associados a uma condição mental, *hermafroditismo psíquico*. Essa síndrome presumia que os sentimentos tinham um sexo biológico. Os heterossexuais sentiam a chamada atração física masculina por mulheres e a chamada atração física feminina por homens. Ou seja, aqueles heterossexuais periodicamente tinham *inclinações para ambos os sexos*. O hétero neles se referia *não* ao seu interesse por *um sexo diferente*, mas ao seu desejo por *dois sexos diferentes*. Sentindo um desejo supostamente inadequado para o seu sexo, eram culpados daquilo que agora consideramos um desvio sexual e erótico (KATZ, 1996, pp. 31-32, grifos do autor).

Nesse sentido, para serem representadas, as considerações sobre as relações sexuais se baseiam nas relações de poder – se outrora era considerado ilegítimo se pautar no desejo para discutir a sexualidade, em seguida essa questão se tornou fundamental para estabelecer os padrões sexuais. No entanto, as discussões – em todas as épocas – se centralizam na supremacia masculina para estabelecer as suas

regras e, conseqüentemente, instituiu-se a antítese entre heterossexualidade e homossexualidade, elevando a primeira à posição de superioridade.

A partir dessa interpretação, é possível notar que, com a institucionalização do termo heterossexual, criou-se um padrão de sexualidade correta, a qual afirmou a superioridade dos heterossexuais sobre os homossexuais e, por conseguinte, pôs sobre esses o estigma de seres desviantes. Nessa perspectiva, percebe-se que a atenção recai sempre sobre os problemas que a homossexualidade acarreta e pouco se discute sobre a padronização da heterossexualidade, uma vez que “não damos nome à norma, ao normal e ao processo social de normalização, muito menos os consideramos desconcertantes, objetos de estudo” (KATZ, 1996, p. 27), visto que, ao ser padronizada, a sexualidade dominante não imprime ameaça à cultura hegemônica. Desse modo, a distinção entre heterossexuais e homossexuais é social e se conecta aos processos que instituíram a supremacia masculina, pois tendem a pressionar os homens a desempenharem funções, nas relações interpessoais, que lhes comprove superioridade, jamais equiparando-se às mulheres, as quais são postas em posições subjugadas.

A heterossexualidade institucionalizada traz consigo a necessidade do outro, o diferente – para a heterossexualidade ser normatizada, é preciso considerar a homossexualidade como desviante. Desconsidera-se, então, a subjetividade individual em prol da uniformização identitária dividida em dois conceitos antitéticos.

Não existe algo como uma pessoa homossexual ou heterossexual. Há apenas atos homo ou heterossexuais. A maioria das pessoas é uma mistura de impulsos, se não práticas, e o que é feito de comum acordo com um parceiro não tem qualquer importância social ou cósmica. Então por que toda essa confusão? Para uma classe dominante governar, devem haver proibições arbitrárias. De todas as proibições, o tabu sexual é a mais útil, porque o sexo envolve todos... nós temos permitido que os nossos governantes dividam a população em dois times. Um é bom, divino, *straight*; o outro é mau, doentio e vicioso (VIDAL apud KATZ, 1996, p. 106).

O pensamento de Gore Vidal vai ao encontro de todos os questionamentos que a normatização da heterossexualidade provocou, visto que dentro dessa imposição binária foram instaurados compulsoriamente padrões comportamentais para definir os indivíduos em um dos segmentos. Nesse sentido, o estabelecimento de identidades fixas favorece a validação da norma heterossexual porque se alia aos padrões patriarcais para se solidificar. A dificuldade de dissertar sobre o sexo também é um agravante para a consolidação heterossexual, pois os discursos publicados são

manipulados pelas classes sociais dominantes, as quais refletem o pensamento heteropatriarcal.

Os heterossexuais devem quase todas as suas menções explícitas e públicas [...] ao debate sobre os homossexuais. Embora a categoria heterossexual tenha passado a significar o padrão dominante, permaneceu estranhamente dependente da categoria homossexual subordinada. O heterossexual e o homossexual apareceram em público pela primeira vez como gêmeos siameses, o primeiro bom, o segundo ruim, ligados por toda a vida em uma simbiose antagônica e inalterável (KATZ, 1996, pp. 74-75).

Os padrões sociais se formulam a partir da imposição de conceitos binários que tendem a opor duas definições distintas, e, nessa perspectiva, a homossexualidade é um subproduto de um modo particular de estabelecer papéis sociais com base no sexo – assim sendo, trata-se de mais uma norma socialmente instituída que legitima a compulsoriedade do heteropatriarcado como modelo a ser seguido. Nomear a heterossexualidade é um artifício utilizado pela cultura hegemônica para não questionar a padronização sexual, pois a destitui da possibilidade de crítica e põe o foco naquilo que é considerado desviante, isto é, na homossexualidade. Assim, é possível refletir, à luz da percepção de Jonathan Katz, que “um ideal erótico de sexo diferente foi introduzido silenciosamente na consciência moderna, construído como termo principal da ideologia sexual dominante, a norma que todos conhecemos sem refletir sobre ela” (KATZ, 1996, p. 76).

2.1.2 Os gays na história

Não é possível dissertar sobre a história dos gays sem salientar, em primeira instância, a marginalização que atingiu esses indivíduos ao longo da história da humanidade. Os documentos históricos que permitem averiguar o percurso dos sujeitos homoeroticamente inclinados são geralmente fragmentados ou superficiais – resultado da perseguição que sofreram e da impunidade conferida aos seus algozes. Em vista disso, percebe-se que a inexistência de interesse em expor a homossexualidade na história deriva da configuração social hegemônica, a qual sustenta um discurso fundado em padrões heteropatriarcais e sentencia o silenciamento às expressões consideradas desviantes.

De acordo com Foucault (2013), os discursos possuem uma força imensurável, uma vez que não apresentam somente os relatos de acontecimentos de uma época, mas também são organizados a partir dos pensamentos ideológicos de quem os escreve. Assim sendo, nota-se que, durante muito tempo, a história foi posta em discurso sob a perspectiva das classes dominantes, subordinando todos os seus descendentes a um conhecimento limitado a respeito dos fatos narrados.

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí um jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder (FOUCAULT, 2013, pp. 9-10).

Desse modo, o discurso se apresenta como um dispositivo de poder, que subverte a realidade, não se limitando apenas a traduzi-la. Por conseguinte, a historiografia oficial expõe somente uma parte da história, preterindo outra, possivelmente vivenciada pelas minorias sociais, desfavorecidas de voz na sociedade. Sobre essa questão, Walter Benjamin, em seu ensaio **Sobre o conceito de história**, aponta a necessidade de outra escritura da história, a qual não deve se preocupar tão somente em resgatar o passado, precisando incluir nessa rememoração a visão crítica que o presente pode oferecer.

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela (BENJAMIN, 1987, p. 223).

O passado rememorado pela historiografia oficial dá conta da maioria social, à luz da concepção elitista que a narra, excluindo todos aqueles que foram oprimidos e

marginalizados em determinada época. Portanto, com o intuito de estudar a história da homossexualidade – uma das várias que foram silenciadas –, é necessário refletir de maneira crítica sobre os fatos narrados, pois esses se apresentam sob perspectivas imprecisas e questionáveis, visto que seus narradores, de modo geral, se opunham a tais manifestações sexuais. A invisibilidade conferida à história dos gays resulta do amedrontamento que esse assunto gera na sociedade, visto que, durante séculos, foi categorizada como tabu.

[T]here has been no “gay history” as there been a history of the jews, of the blacks, of the indians, and of christian sects. “Straight” historians have been inhibited from writing on the subject by the taboo which made it “unmentionable”, and “not fit to be named among christian men”. Gays historians, who might have had a greater incentive to record the martyrdom of their sisters and brothers, have been restrained by this convention, and something more: the fear of ceasing to be invisible⁶ (CROMPTON apud SOUZA, 2010, p. 9).

Nesse sentido, a história da homossexualidade avança de acordo com os interesses que a sociedade tem para falar sobre o assunto. Isso indica a fragilidade na aceitação dos homossexuais, uma vez que “a permissividade social é basicamente oportunista, [e] a tolerância varia de época para época, dependendo de fatores externos, que acrescentam à prática homossexual maior ou menor grau de periculosidade, conforme as necessidades circunstanciais” (TREVISAN, 2000, p. 22). Por isso, as práticas homossexuais foram postas na clandestinidade por muitos anos e suas expressões foram silenciadas, perpetuando a cultura heterossexista como hegemônica.

Na Antiguidade, entretanto, a sociedade era mais condescendente com os relacionamentos entre homens, visto que não abalavam o sistema patriarcal e a supremacia masculina. Na Grécia, eram comuns práticas sexuais masculinas, as quais mantinham a relação binária que põe o homem/dominador em posição de superioridade sobre o dominado, independentemente se esse fosse homem ou mulher – a definição de ativo e passivo justificava a aceitação da homossexualidade, uma vez que aquele que se pusesse na posição passiva estaria fazendo o papel de submisso

⁶ “[N]ão houve uma ‘história gay’ da mesma forma que existiu uma história dos judeus, dos negros, dos índios e de seitas cristãs. Historiadores heterossexuais têm sido impedidos de escrever sobre o assunto por causa do tabu que faz disso algo ‘indizível’, ‘não mencionável’ e ‘não apropriável para ser dito entre homens cristãos’. Historiadores gays, que deviam ter tido um maior incentivo para lembrar o martírio de seus irmãos e irmãs, têm sido contidos por essa convenção, e algo mais: o medo de deixar de ser invisível” (tradução nossa).

e conservando a dominação masculina. Entretanto, tal conduta não era concedida às mulheres, pois, nessas relações, uma das envolvidas usurparia o papel do homem, depreciando, por conseguinte, o sistema falocêntrico. Sobre esse período, Foucault comenta a inaceitabilidade das relações sexuais entre mulheres:

[e]ntre dois homens, o ato viril por excelência, a penetração, não é em si mesmo uma transgressão da natureza (mesmo se ele pode ser considerado como vergonhoso, inconveniente, para um dos dois se submeter a ele). Em troca, entre duas mulheres um tal ato que se efetua a despeito daquilo que elas são, e com recurso a subterfúgios, é tão fora da natureza como a relação entre um humano com um deus ou com um animal (FOUCAULT, 1985, p. 32).

Foi a partir do cristianismo que as relações sexuais entre indivíduos do mesmo sexo passaram a ser punidas na sociedade ocidental – antes mesmo de serem definidas como homossexualidade. Na Europa, desde o século XVI, os praticantes de sodomia eram punidos ou condenados à morte, independentemente da sua posição social, dado que tal atitude subvertia a conduta predominante, a qual determinava que a relação sexual tinha como finalidade, exclusivamente, a reprodução. No Brasil, a segregação homossexual iniciou com a colonização – “quando nos tornamos uma nação nos moldes ocidentais” (TREVISAN, 2000, p. 163) – e com a incorporação do padrão cultural europeu.

No período da descoberta e colonização, os europeus vindos para o Brasil escandalizavam-se com as práticas sexuais dos índios, considerando-as promíscuas, as quais incluíram no conceito de sodomia; todavia, muitos vinham para solo brasileiro em busca da voluptuosidade atribuída aos índios, pois se asseguravam à ideia de que essa era uma terra sem leis e moral, onde se permitia, inclusive, atividades sodomitas e sáficas, as quais eram reprimidas no continente europeu. João Silvério Trevisan esmiúça a história da sexualidade no Brasil e explicita alguns relatos de homoafetividade masculina no período colonial, constatando que “neles, a relação amorosa quase sempre submerge ao impacto sexual de conotações culpadas” (TREVISAN, 2000, p. 95) e entendendo que os europeus geralmente atribuíam o desejo homoerótico ao contexto subversivo que se propagara no Brasil.

No período da Inquisição, vários casos de sodomia foram apurados e castigados das formas mais perversas e impiedosas, e, no Brasil, a exemplo de outros países cristãos, os inquisidores também averiguaram práticas sodomitas realizadas. Admite-se que, devido à amplitude territorial e à instabilidade da adesão aos padrões

sociais europeus, as penas foram mais brandas na colônia brasileira e incidiam em maior expressividade em homens brancos e jovens; mesmo que, segundo os registros apurados, houvessem denúncias substanciais relacionadas a práticas sáficas nesse período.

Para os crimes de sodomia, geralmente bastava uma testemunha de acusação – considerando-se que a punição desses casos era “de primeira necessidade numa república cristã”, como argumentava um promotor inquisitorial. Caso ocorressem dúvidas frente ao processo, o inquisidor podia apelar para a tortura, a fim de definir os termos da confissão. E também meter o réu na prisão, antes mesmo do julgamento, se houvesse suspeita de fuga da cidade. Só após isso é que a Mesa Inquisitorial emitia a sentença, que variava conforme o réu fosse considerado *diminuto* (por confessar de modo insuficiente), *costumaz* (fugido ou desobediente), *ficto* (que fingia arrependimento), *convicto* (que mantinha o erro), *falso* (que confessava apenas para evitar a pena), *revogante* (que se contradizia na confissão), *relapso* (reincidente, depois de reconciliado com a Inquisição). As punições da Inquisição brasileira foram as mais variadas. Havia jejuns obrigatórios, orações especiais, retiros, usos de cilícios, multas em dinheiro e açoites, para as penas mais brandas. Nos casos considerados mais graves, a punição materializava-se em confisco de bens e degredo para outras cidades, estados do Brasil ou países da África, além de trabalho forçado nas galés, variando a quantidade de anos conforme a culpa (TREVISAN, 2000, p. 149, grifos do autor).

As leis que vigoravam no Brasil colonial traziam consigo resoluções portuguesas aplicadas em casos de sodomia, determinando que qualquer indivíduo que cometesse tal transgressão fosse queimado e desprovido de sepultamento, além de seus bens serem confiscados pela Coroa, desonrando, assim, os seus descendentes. As Ordenações Filipinas – vigentes ainda no Brasil independente – enquadravam, também, as mulheres nesse crime, entendendo que se tratava de um delito mais ameno (pecado de molície) e penalizando-as com o degredo às galés. Já a constituição imperial recebeu influência das inovações napoleônicas, descredenciando a sodomia da legislação criminal. Surgiram, então, os “crimes ‘por ofensa moral e aos bons costumes’, quando praticadas em público” (TREVISAN, 2000, pp. 166-167) e a homossexualidade ficou envolta em um “silêncio tácito – situação típica de sociedades provincianas cuja opinião pública é mais um conceito vazio” (TREVISAN, 2000, p. 167). Sob a definição de “crime contra a segurança da honra e honestidade das famílias” ou “ultraje público ao pudor”, as práticas homoafetivas em público figuraram, também, no Código Penal Republicano, o qual englobou o travestimento como contravenção, sendo que, a partir de então, houve várias reformulações nas leis referentes à homossexualidade e punições severas

contra a circulação de materiais publicitários que mencionassem a temática, culminando, então, na Lei de Imprensa, vigente no período ditatorial, que punia veiculações consideradas obscenas e penitenciava com detenção e multa aqueles que divulgassem publicamente fatos que atentassem à moral e aos bons costumes, sendo “através dela que o governo ditatorial passou a reprimir as primeiras veiculações relacionadas com a luta pelos direitos homossexuais no Brasil” (TREVISAN, 2000, p. 168).

Com o intuito de institucionalizar uma nação normatizada, o Estado interveio na padronização da unidade familiar e reforçou a sua influência sobre o corpo. A ciência entrou em cena a fim de implementar a “ideia de um corpo saudável, fiel aos modelos de boa conduta moral, através da imposição de uma sexualidade higienizada, dentro da família” (TREVISAN, 2000, p. 172). Instaurou-se uma grande preocupação em enraizar os padrões de conduta europeus que até então estavam dispersos na sociedade brasileira e efetivou-se um pragmatismo patriótico em meados do século XIX, quando os papéis sexuais de feminino e masculino se vincularam às noções de maternidade e paternidade, respectivamente, configurando a norma social e considerando anormal tudo que fosse desviante dela.

A ideologia higienista deu um passo adiante em relação aos métodos da inquisição, que praticava um controle relativo. Agora, pretendia-se o exercício de um controle através e em nome da ciência, que a tudo presidia com uma suposta neutralidade. [...]

Se o padrão higiênico-burguês colaborou para extinguir os bestiais castigos do período colonial, também é verdade que cobrou seu preço, ajudando a criar um cidadão auto-reprimido, intolerante e bem-comportado, inteiramente disponível ao Estado e à Pátria (TREVISAN, 2000, p. 175).

Se antes a repressão à homossexualidade se pautava em punições e jurisprudência, a partir desse momento o castigo às práticas homoafetivas se traduziu em silenciamento, visto que a publicidade da homoafetividade passou a ser abominada e as “perversões sexuais” adquiriram caráter científico. Em 1869, o médico austro-húngaro Karl Maria Kertbeny⁷ instituiu o termo “homossexualismo” referindo-se à anomalia caracterizada “por uma preferência, do ponto de vista sexual, que um

⁷ Segundo o especialista, “além do impulso normal de todo homem e mulher, a Natureza, num dos seus soberanos caprichos, dotou certos indivíduos homens e mulheres, por ocasião do nascimento, de um impulso homossexual, colocando-os assim sob uma servidão sexual que os impossibilita física e psiquicamente, mesmo com a melhor das intenções, de erecção normal. Tal impulso cria, além disso, pronunciado horror pelo sexo oposto e a vítima dessa paixão verifica que é impossível suprimir o sentimento que indivíduos do mesmo sexo lhe despertam” (apud CAPRIO, 1960, p. 5).

indivíduo manifesta de modo ativo, passivo ou misto, por outro indivíduo do mesmo sexo, quer seja homem ou mulher” (TREVISAN, 2000, p. 178), anomalia que, alcançando definição científica, poderia sofrer intervenção.

No Brasil, houve poucas investidas psiquiátricas para o estudo das práticas homossexuais, mas algumas pesquisas se destacaram ao pautarem as suas discussões nas transgressões que as perversões sexuais causavam às normas sociais, além de apelarem às alegações de que o homossexualismo destruiria a nação. Nesse contexto, a sociedade interveio através de seus especialistas, com a criação de estabelecimentos próprios para a reclusão de homossexuais e, inclusive, a realização de cirurgias sem o consentimento dos pacientes, não obtendo, todavia, resultados eficientes para reverter a anomalia. O Estado, então, sobrepôs-se à resolução desse problema social, coagindo esses indivíduos ao tratamento que os especialistas julgassem corretos.

Na estreita garganta conceitual, quando é que um homossexual, por exemplo, “atenta contra o direito individual ou social”? Tal decisão fica nas mãos da autoridade que manipula o conceito, tanto quanto o tal “tratamento adequado” (TREVISAN, 2000, p. 190).

Até então, eram considerados perigosos aqueles que tornassem pública a sua pederastia. Entretanto, um segmento da medicina forçou, na década de 1920, um endurecimento contra a atividade homossexual, propondo a introdução no Código Penal de “dispositivos punindo toda a prática do homossexualismo, qualquer que fosse a modalidade de que se retivesse” (TREVISAN, 2000, p. 191), pois as leis vigentes eram consideradas insuficientes na repreensão do homossexualismo sem violência carnal e, para isso, foi sugerida a criação de um Código Criminal paralelo, que abarcaria medidas de segurança, antecipando as penas quando não fosse possível aplicar o Código Penal – “em resumo, a punição ocorreria de um modo geral e preventivamente, *antes que se praticasse o crime*. De modo que, segundo tal raciocínio, ser homossexual significaria automaticamente ser criminoso” (TREVISAN, 2000, p. 192, grifos do autor).

O período de liberacionismo homossexual chegou ao Brasil com quase uma década de atraso – enquanto os países desenvolvidos já colocavam o assunto em pauta, aqui as questões referentes à temática só obtiveram importância à medida que a elite sociocultural entendeu que poderia lucrar com ela. Assim, manipularam a veiculação da homoafetividade da forma que lhes era conveniente, privilegiando

assuntos de cunho sensacionalista, os quais destacavam os homossexuais sob enfoque polêmico e, por conseguinte, gerando renda, à luz de uma sociedade que prioriza o consumo sob qualquer custo. Criou-se, então, uma identidade fixa para o indivíduo homossexualmente inclinado, o qual passou a ser representado publicamente de maneira estereotipada e caricata⁸. João Silvério Trevisan analisa as elites homofóbicas com a seguinte perspectiva:

[s]ão também essas elites que reorganizam continuamente a moldura da repressão sexual de maneira sutil ou não, na vida brasileira. Às vezes criando uma densa muralha de justificações teóricas (vide os cultores da psiquiatria), às vezes disseminando em doses homeopáticas preceitos de naturalidade e normalidade, os grupos oligárquicos estão envolvidos em atividades que têm coibido incansavelmente a atividade homossexual entre os brasileiros, no passado e no presente – como a Inquisição, os códigos penais, as portarias policiais e a censura estatal. Para tanto, utilizam-se até mesmo de distorções na história do país, recontada de acordo com ditames moralizantes e preconceituosos (TREVISAN, 2000, p. 157).

A partir do golpe militar de 1964, o sentimento nacionalista e xenofóbico se alastrou no Brasil, impondo o exílio a vários intelectuais de esquerda, os quais, nesse período, absorveram as ideias progressistas dos países que lhes acolheram e trouxeram para cá novas perspectivas na luta das minorias. Foi nesse contexto que, em 1978, foi publicada a primeira edição do jornal **O Lampião**, que concentrava as suas publicações em temas considerados periféricos, tais como sexualidade e discriminação, “e a linguagem empregada era comumente a mesma linguagem desmunhecada e desabusada do gueto homossexual” (TREVISAN, 2000, p. 339). O Movimento de Liberação Homossexual no Brasil também passou a se manifestar de forma mais contundente, promovendo discussões ligadas à quebra dos papéis sexuais e à ruptura do modelo heterossexista; porém, em contrapartida, a organização sofreu resistência e teve que lutar pelos seus direitos dentro dos movimentos esquerdistas e estudantis, os quais justificavam que a prioridade era a luta do proletariado, entendendo que, desse modo, deflagrariam a revolução em seu sentido mais abrangente.

⁸ O meio artístico e informativo enfrentou uma alternância de provações, visto que foi dada maior abertura à temática homoerótica, mas essa só era aceita socialmente se a sua representação fosse estereotipada ou subentendida – são muitas as performances caricatas, assim como exemplifica João Silvério Trevisan, no capítulo IV: a arte de ser ambígua, de *Devassos no paraíso* (2000). Aqueles que se preocupavam em construir caracterizações verossímeis, próximas à realidade, eram segregados à marginalidade publicitária ou recebiam atenção se significassem um retorno lucrativo à sociedade capitalista, geralmente sendo submetidos ao sensacionalismo performativo.

Alguns avanços puderam ser percebidos na luta pelos direitos homossexuais, como, por exemplo, a descaracterização da homossexualidade do *status* de doença – em 1993, a Organização Mundial de Saúde eliminou o homossexualismo do seu Cadastro Internacional de Doenças – e, sob influência dessa resolução, o Conselho Federal de Psicologia promulgou um decreto repudiando a discriminação a homossexuais e a todos os atos que instigassem uma “cura gay”, deixando claro que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão” (TREVISAN, 2000, p. 383). Entretanto, com o advento catastrófico da Aids, as práticas homoafetivas voltaram a ser alvo de repúdio e discriminação, dando ampla visibilidade social à temática, visto que tais práticas foram associadas à doença; e, em virtude disso, foram provocados múltiplos debates sobre identidade homossexual, a fim de estabelecer culpados para a epidemia.

Graças à Aids, nunca se falou tão abertamente da homossexualidade, o que trouxe efeitos positivos para a luta pelos direitos homossexuais e sua necessária visibilidade social. No entanto, o movimento homossexual correu o risco e em muitos casos resultou demasiadamente atrelado à luta contra a Aids, restringindo a sua ótica e seu espaço. [...]

Nesse universo espremido entre cooptação política e a epidemia da Aids, os temas debatidos pelo movimento de liberação homossexual brasileiro acabaram indo parar, direta ou indiretamente, em salas de universidades, na década de 1980. [...] Na esteira das reflexões do francês Michel Foucault, sobretudo, esses estudiosos partiam do pressuposto de que o liberacionismo homossexual incentivaria a formação de uma “identidade guei” e, portanto, estarão reinstaurando a função normatizadora dos médicos e psiquiatras, por colocar a sexualidade dentro de definições e categorias estritas. Assim, sua crítica centrava-se contra a ideologia identitária, que levaria a uma nova compartimentalização e a uma nova forma de poder (TREVISAN, 2000, p. 370).

Nesse momento, o esforço para a criação de uma identidade gay estava vinculado à necessidade de criar padrões de identificação àqueles que se entendiam homoafetivamente inclinados, divergindo da conceituação negativa imposta socialmente. Sob o argumento de que a Aids estava ligada exclusivamente às práticas homossexuais – nomeando a doença, inclusive, como “câncer gay” ou “peste gay” –, o discurso dominante provocou nova segregação aos homossexuais, os quais tiveram que se recluir do meio social e, até mesmo, reprimir a sua sexualidade, estabelecendo, então, uma associação entre doença física e moral, sob a perspectiva heterocultural. O discurso moralizante tornou-se mais assustador em decorrência do obscurantismo que envolvia a doença, pois, uma vez que desconhecidas as suas causas, a manipulação de informações estava a cargo da elite conservadora. O horror da Aids

fez eclodir, então, o puritanismo moral ao ser instituído que “contrair Aids equivale a descobrir que se faz parte de um determinado grupo de risco, uma comunidade de párias” (TREVISAN, 2000, p. 437), e, por conseguinte, deflagrou um terrorismo social.

Quanto ao terrorismo moral, quase todos os dias circulavam na imprensa mensagens implicitamente recriminatórias, quando não de tom francamente repressivo. Em numerosas matérias de capa a respeito da doença, as revistas brasileiras não cansavam de repetir que a única maneira de evitar a Aids era ser monogâmico, quando não deixando de transar inteiramente (leia-se: homem com homem). Pouco se mencionava sobre as populações africanas devastadas pela Aids, graças a contágios de cunho basicamente heterossexual. E menos ainda a notícia então publicada pela revista **Time** de que uma isolada cidadezinha de 19.000 habitantes, na Flórida, apresentava 46 casos de Aids – para grande surpresa da comunidade médica americana (TREVISAN, 2000, p. 440).

Através da epidemia da Aids, o discurso dominante encontrou uma forma de arraigar os seus preceitos e confirmar a sua supremacia no meio social. Se antes falava-se sobre a homossexualidade com o intuito de provocar reflexões sobre o espaço desses sujeitos na sociedade e sua melhor adesão nas práticas sociais, com o terrorismo instaurado, a temática adquiriu uma rejeição imensurável. O pânico foi controlado quando estudos apontaram para a “heterossexualização” da doença, comprovando que a condição sexual não determinava o contágio – “desmoronava assim a fantasia da peste guei. Fenômeno previsível e óbvio, o vírus não manifestava predileções sexuais, atacando indistintamente homos e héteros – para desencanto dos arautos da homofobia” (TREVISAN, 2000, p. 456).

Como efeito dessa epidemia, ficou evidente que a homossexualidade existe e está incluída no meio social, e, além de permitir discussões sobre sexualidade e desejo, deflagrou-se, também, a epidemia da informação. Iniciou-se, portanto, um novo contexto de militância e mercado, a partir dos anos 1990, promovendo uma ruptura com a definição fixa de identidade homossexual, abrangendo a aderência de simpatizantes à luta pelos direitos de igualdade sexual. O conceito de GLS potencializou esse processo, considerando que qualquer pessoa pode se identificar com a temática sem apresentar um perfil comportamental determinado, o que promoveu maior reflexão social no contexto das lutas pelos direitos homossexuais no Brasil.

Há que se ponderar, entretanto, a liberdade adquirida nas últimas décadas, pois a integração de homossexuais no meio social advém de uma permissividade controlada, fruto de uma sociedade injusta desde a sua base. Os espaços

conquistados para a livre manifestação de comportamentos socialmente desviantes do padrão ainda se dispõem à margem da maioria social e representam uma segregação impositiva aos homossexuais. Além disso, é possível perceber que a estereotipação da homossexualidade é condição vital para a sua aceitação pública, uma vez que são recorrentes as representações padronizadas de sujeitos homoafetivamente inclinados, representações que se aproximam das performances caricatas antes divulgadas. Nesse sentido, a inclusão das múltiplas identificações homossexuais é superficial, pois a sua repressão ainda é dominante e a imposição de uma conduta discreta sob os moldes do heteropatriarcado caracteriza o lugar do homossexual na sociedade.

2.1.2.1 As lésbicas como um apêndice da história da homossexualidade

A fragmentação característica no estudo da homossexualidade masculina se acentua quando analisa-se o percurso das lésbicas na história. Esse problema se justifica pela descrença inicial de que as relações sáficas configurariam práticas sexuais e pouco ameaçavam o poder heteropatriarcal, o qual rejeitava a possibilidade de satisfação sexual feminina sem a colaboração masculina. As informações sobre relações homoafetivas entre mulheres são, portanto, insuficientes para desenvolver uma investigação consistente a respeito da história do lesbianismo.

Se para os gays masculinos houve um verdadeiro complô de silêncio dos donos do poder e de seus escribas, destruindo-se evidências comprobatórias do amor unissexual entre membros do sexo forte, no caso do lesbianismo a falta de documentação se deve mais a cegueira, indiferença e preconceito dos homens face à sexualidade feminina, considerada assunto de menor importância e indigno da atenção do sexo forte. Portanto, a história do lesbianismo até pouco tempo era página totalmente em branco, que somente nos últimos anos tem merecido atenção de alguns estudiosos. E devido aos milênios de alienação e inferioridade da mulher em nosso mundo geralmente têm sido os intelectuais do sexo masculino que iniciam tais estudos e pesquisas (MOTT, 1987, p. 8).

Sabe-se, todavia, que a origem da palavra lésbica provém da ilha grega de Lesbos, onde viveu a poetisa Safo, por volta de 590 a.C. Lá, a musa e as suas discípulas envolviam-se em práticas sexuais, as quais eternizaram-se em versos que cantavam livremente o amor entre elas, fazendo com que o seu nome e o do local

fossem associados às práticas sexuais entre mulheres: safismo e lesbianismo, respectivamente. Tais ações, no entanto, passaram a ser usadas como sinônimo de tribadismo – também de origem grega –, mas se distinguem em suas aplicações, pois enquanto as primeiras compreendem as homossexuais que se entregam às práticas de satisfação oral, a segunda prefere a fricção genital. O Dr. Viveiros de Castro, professor de Direito Criminal da Universidade do Rio de Janeiro, biografou em 1894 a poetisa Safo da seguinte forma:

[a]tribui-se geralmente a Safo a invenção do amor da mulher pela mulher, aborrecendo e desprezando as relações naturais com o homem. Apaixonada louca e incestuosamente por seu irmão Charax, viu este fugir de seus braços, conquistado pelos encantos da cortesã egípcia Rodopis, e então, no despeito da derrota, no ódio pelo homem, procurou aliviar as exigências de sua carne e os ardores de seu sangue nos braços de outras mulheres. Não ocultou seu vício, cantou-o e celebrou-o em suas odes, ensinou-o e propagou-o pelas mulheres de Lesbos, que gostaram da invenção e a ela se entregaram desenfreadamente. É por isto que as tríbades são também geralmente conhecidas por sáficas ou lésbias (CASTRO apud MOTT, 1987, pp. 20-21).

Em Roma, também encontrou-se evidências de homossexualidade feminina, onde as lésbicas frequentavam santuários criados para a consumação de práticas sexuais com escravas especialmente treinadas, denominadas *fellators*. As relações desenvolviam-se em todas as classes sociais e é da aristocracia que se tem conhecimento de uma notória lésbica – Bassa, a célebre lésbica romana, era assim descrita: “[o]usais unir duas vulvas e, através do simulacro do amor, substituir o homem ausente. Lograis um milagre tão espantoso quanto o mistério tebano: cometer adultério sem a participação do homem” (CAPRIO, 1960, p. 25).

Na França do século XVIII, havia uma instituição chamada Vestais de Vênus, na qual mulheres homoeroticamente inclinadas, pertencentes às camadas sociais mais altas, mantinham relações sexuais em estabelecimentos conhecidos como Templos de Vesta. Nessa entidade, as candidatas passavam por testes de admissão severos, os quais buscavam a identificação dos trinta encantos femininos na pretendente – descritos em uma antiga ode francesa –, sendo que ela deveria possuir no mínimo dezesseis deles para ser aprovada.

Já no Brasil, o lesbianismo data desde a sua descoberta, assim como a homossexualidade masculina. Os portugueses se surpreenderam com algumas índias Tupinambá que reproduziam as atividades masculinas nas suas aldeias e mantinham relações com outras índias que as serviam, representando casais homoafetivos,

segundo as descrições de cronistas e jesuítas daquela época. Em terras portuguesas, também há registros de lesbianismo e muitas mulheres acusadas de manter relações sexuais com parceiras do mesmo sexo eram deportadas para o Brasil, como forma de punição para os seus atos. No período colonial, as informações de práticas safistas estavam disponíveis nos livros das denúncias e confissões do Santo Ofício, uma vez que “a partir de 1591 a Inquisição esteve por diversas vezes devassando as principais Capitânicas do Nordeste, inquirindo e prendendo os acusados em pecados-crimes contra a fé e a moral sexual” (MOTT, 1987, p. 26). Nesse período, muitas mulheres foram incriminadas pelo pecado de tribadismo, mas somente Filipa de Souza – acusada de manter relações sexuais com diversas mulheres na Bahia – foi levada ao Tribunal do Santo Ofício, sendo castigada assim:

[p]rocessada, teve castigo relativamente brando, pois na França e Alemanha diversas lésbicas foram na mesma época queimadas por culpas menos graves. Sua sentença, lida na Sé de Salvador aos 4 de janeiro de 1592, condenou-a ao degredo. Segurando uma vela acesa, vestida apenas com uma túnica, descalça, antes foi açoitada pelas ruas da Bahia, certamente com todos os moradores espiando pelas janelas e sacadas das moradias: que servisse de lição às outras nefandistas pecadoras. Foi então degredada para fora da Bahia, desterrando da capital da Colônia seu vício e fama má. Como penas espirituais foi obrigada a jejuar a pão e água 15 sextas-feiras e 9 sábados em honra da Virgem Maria, e a rezar 33 vezes o salmo “Misere” (MOTT, 1987, p. 29).

De acordo com os estudos de Mott (1987), as leis que condenam o lesbianismo existem há muitos séculos em Portugal, visto que desde o século XII as mulheres homossexualmente inclinadas eram punidas – as Penitenciais de Angers e Fleury prescreviam três anos de castigo às mulheres envolvidas no pecado de sodomia ou, então, deveriam permanecer um ano inteiro jejuando a pão e água; sendo que, no caso de freiras acusadas, eram acrescidas cinzas na massa do pão. A partir de 1499, com a instituição das Leis Extravagantes, as mulheres que mantinham práticas homossexuais recebiam a mesma condenação dos homens, isto é, eram queimadas vivas e seus bens eram confiscados, destituindo-as de memórias. Já em 1646, o Conselho Geral da Inquisição de Lisboa parou de punir as atividades sodomíticas entre mulheres, pois elas não representavam perigo supremo à moral social, uma vez que os relatos das acusadas descreviam que as relações afetivas não passavam de beijos e abraços e, em alguns casos, fricção das partes genitais. O lesbianismo, então, só voltou a ser mencionado em 1707, na Constituição do Arcebispado da Bahia, sendo identificado como pecado da molície, que representava atos libidinosos, descartando

a cópula anal e a fornicação e que implicava no banimento da acusada por três anos longe do Arcebispado.

A antiga sociedade atribuía pouca importância às mulheres, uma vez que eram consideradas inferiores aos homens e indignas de atenção. Além disso, as suas legislações se preocupavam primordialmente em punir manifestações públicas de homoafetividade, visto que essas imprimiam transgressão à moral e aos bons costumes. Por conseguinte, as práticas sexuais entre mulheres não despertavam interesse às autoridades porque eram menos ofensivas e, geralmente, caracterizadas pela discrição, já que eram pouco performatizadas em locais públicos.

Existem, também, pesquisas que supõem a existência de relacionamentos homoafetivos entre mulheres em conventos e na aristocracia brasileira. Os apontamentos de Mott dão notoriedade à Primeira Imperatriz do Brasil, D. Maria Leopoldina Josefa Carolina; todavia, essa não foi a primeira menção de atividades lésbicas dentro da nobreza: segundo as suas biografias, a Rainha Cristina da Suécia manteve relação homoafetiva com uma de suas damas de honra, Maria Antonieta teve alguns romances com mulheres e Catarina Howard – uma das esposas de Henrique VIII – foi decapitada sob a acusação de lesbianismo.

Na segunda metade do século XIX, existem algumas referências à presença de lésbicas na sociedade brasileira, quando alguns trabalhos acadêmicos foram desenvolvidos sobre a moral e o estado sanitário, os quais incluíam as práticas sexuais entre mulheres como agravantes para os problemas de higiene que o país presenciava. Nesse sentido, as lésbicas passaram a ser estudadas sob um viés científico e começaram a ser tratadas como aberrações, uma vez que foram entendidas como ameaça ao patriarcado, já que descartavam a figura masculina da relação e a demonstração de prazer em suas práticas adquiriu caráter de veracidade. A psiquiatria interpretava o desejo lésbico como uma doença manifestada a partir de sintomas de neurose, a qual representava a intenção da mulher evadir de suas responsabilidades no matrimônio e na maternidade, e alguns especialistas complementavam a análise associando o lesbianismo a um complexo de masculinidade.

O século XX iniciou com a efervescência de estudos sobre a homossexualidade e os indícios do silenciamento imposto às lésbicas se comprovaram, uma vez que poucos estudiosos desenvolveram trabalhos pautados nas práticas sáficas. Alguns, no entanto, pincelaram superficialmente a temática de maneira similar, sintetizando as suas explanações em exemplos de mulheres que na infância preferiam

brincadeiras masculinas e na fase adulta se travestiam de homem, por identificarem-se com as atividades masculinas; e, outros, ainda, negavam a completude do prazer, alegando a falta do componente fálico. Muitos criminalistas e médicos brasileiros escreveram sobre a agressividade manifestada pelas ditas invertidas nas suas relações homoafetivas, entendendo que “há viragos que se impõem como homens, têm ciúmes e se suicidam ou matam quando não logram a preferência das amadas, ou não atingem seu desejo” (PEIXOTO apud MOTT, 1987, p. 49). A linguagem utilizada por sexólogos e outros especialistas das áreas médicas ao se referirem às questões homossexuais reflete a intolerância característica de uma ciência modelada pelos padrões heteropatriarcais, e “os médicos em vez de cuidar da saúde física e felicidade mental dos pacientes, travestiam-se em cães de guarda da moral ocidental, substituindo os inquisidores na repressão às expressões sexuais por eles consideradas pecaminosas ou desviantes” (MOTT, 1987, pp. 54-55).

Considerada o produto de uma infância transtornada, a lésbica foi objeto de estudo de médicos machistas que buscavam a cura de sua desorientação – ela, então, deixou de ser punida para ser tratada, e alguns estudos se detiveram na análise dessa sexualidade desviante.

Quanto às lésbicas, também chamadas de *tribades*, *lesbianistas*, *sáficas*, *viragos* e *fanchonas*, eram classificadas como loucas, congênitas ou viciadas. Como causas do desenvolvimento do lesbianismo ou *tribadismo*, o criminalista Viveiros de Castro apontava: desgosto provocado pelas aberrações sexuais que o homem exige da parceira; a vida nos internatos; a literatura moderna; a educação moderna, “que retirou a mulher da penumbra silenciosa do lar para as agitações tumultuosas do mundo, abrindo-lhe horizontes desconhecidos, iniciando-a nos segredos do vício, despertando-lhe curiosidades indiscretas”. O mesmo encantamento mal disfarçado dos especialistas ao descrever as “perversões” evidencia-se no caso das mulheres homossexuais (TREVISAN, 2000, p. 180, grifos do autor).

Os discursos externados pelas lésbicas em relação às suas condições sexuais geralmente se caracterizavam pelo tom dramático de seus depoimentos, os quais absorviam inconscientemente o repúdio e a intolerância que o meio social herdeiro de uma cultura heterossexista impunha, visto que, dada a repressão sexual histórica a qual as mulheres foram submetidas, obviamente não se pode esperar que o homoerotismo não trouxesse consigo os vestígios dessa coibição. Entretanto, a partir do novo contexto social que se instituía na sociedade moderna, as mulheres desvencilharam-se do silenciamento imposto e começaram a questionar, dentre outras coisas, a sua liberdade sexual. Na Europa, nesse período, algumas lésbicas

saíram do ostracismo e reclamaram os seus direitos dentro do movimento feminista – Anna Ruhling, em 1904, acusou as feministas de serem omissas às dificuldades que as lésbicas enfrentam, colaborando para a segregação social que lhes é imposta.

Na sua evolução, grupos de liberação sexual aperfeiçoaram os seus discursos reivindicatórios, evidenciando que o lesbianismo não se restringe ao prazer sexual e tem como finalidade a busca de sentimentos profundos que têm sua base no amor. As manifestações da homossexualidade eram, no entanto, menos frequentes do que a masculina, uma vez que, dentro dos movimentos que visavam a igualdade sexual, as lésbicas sofriam segregação em relação aos gays.

Las mujeres siempre somos el apéndice particular de un discurso general. Es el pensamiento androcéntrico que sitúa al hombre en el centro del pensamiento, en el centro de la historia, en el centro del discurso y que también funciona, por supuesto, cuando decimos *homosexual* o *gay* y *lesbianas* como un todo. En nuestro caso, lo gay es lo general y el lesbianismo es siempre lo particular. Por tanto deberíamos comenzar por desmontar los falsos neutros. No hay un sujeto homosexual, ni hay un sujeto que se corresponda con gays y lesbianas; hay dos sujetos que ocupan un diferente lugar en el mundo, y siempre en función de que uno son hombre y las otras mujeres. En el caso de las lesbianas el primer punto a aclarar es que nuestra discriminación tiene más que ver con el género que con la orientación sexual⁹ (GIMENO, 2007, p. 20, grifos da autora).

A visibilidade se tornou o assunto principal das reivindicações, pois até então as discussões acerca do lesbianismo apresentavam-se superficialmente, porque ainda tinha-se a apreciação de que a condição das lésbicas era mais tolerável socialmente do que a dos gays. Entretanto, esse argumento pautado em um discurso machista foi rebatido a partir da conscientização de que a invisibilidade sempre foi característica impositiva à vida das mulheres e acentuou-se em se tratando das lésbicas, visto que até pouco tempo não se admitia a existência de relações homoafetivas entre mulheres. A busca pelos direitos das lésbicas se configurava, inclusive, pela visibilidade da igualdade dentro dos movimentos homossexuais, já que a preocupação principal naquele momento era da instituição de uma identidade fixa

⁹ “Nós mulheres sempre somos o apêndice particular de um discurso geral. É o pensamento androcêntrico que situa o homem no centro do pensamento, no centro da história, no centro do discurso e que também funciona, claro, quando dizemos *homossexual* ou *gays e lésbicas* como um todo. No nosso caso, o gay é o geral e o lesbianismo é sempre o particular. Portanto deveríamos começar desmontando os falsos neutros. Não há um sujeito homossexual, nem um sujeito que corresponda a gays e lésbicas; há dois sujeitos que ocupam um diferente lugar no mundo, e sempre em função de que o um é o homem e as outras são mulheres. No caso das lésbicas o primeiro ponto a esclarecer é que a nossa discriminação tem mais a ver com o gênero do que com a orientação sexual” (tradução nossa).

para as pessoas homossexualmente inclinadas, a qual desconsiderava as diferentes experiências e identificações, além de desprezar o contexto de desigualdade vivenciado pelas lésbicas, reconhecidas pela dupla transgressão aos padrões heteropatriarcais.

Nuestro lugar en la sociedad heterosexual está muy claro: es el lugar de las mujeres. No hay un lugar preexistente o designado para que lo ocupen las lesbianas. Somos mujeres que ocupamos el lugar de las mujeres en cualquier sociedad pero con un plus de discriminación, doblamente marginadas pues. La realidad es que en todas aquellas situaciones en la que las mujeres estén discriminadas, marginadas, condenadas a una existencia precaria por el hecho de nacer mujeres, en todas aquellas situaciones en las que las mujeres sean más vulnerables que los hombres, en todas esas situaciones (casi todas las imaginables por otra parte), las lesbianas sufrirán un plus añadido de injusticia, marginación o discriminación¹⁰ (GIMENO, 2007, p. 23).

A ilusão de um falso neutro se justifica pela rejeição cultural ao lesbianismo e ganha um agravante quando as mulheres homossexualmente inclinadas têm dificuldades de identificarem-se como lésbicas. Os estereótipos entranhados na cultura hegemônica condenam essas mulheres ao enrustimento, uma vez que elas não querem ser associadas às definições discriminatórias que lhes são atribuídas.

Basicamente, as lésbicas se enrustem por medo da sociedade, do julgamento social. Porém, ao se enrustirem, sentem-se frustradas, pois cria-se uma situação ambígua: ao mesmo tempo que desejam ser aceitas pela sociedade, não conseguem aceitar os padrões de comportamento que esta lhes impõem (MOTT, 1987, p. 152).

As atividades referentes à libertação lésbica se alastraram no século XX, deixando de se pautar exclusivamente no direito de existir. Em 1979, surgiu uma das primeiras organizações para falar sobre o lesbianismo no Brasil: o Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF), que se constituiu, em um primeiro momento, como um subgrupo do Grupo *Somos*¹¹. e, em seguida, passou a atuar de forma independente

¹⁰ “Nosso lugar na sociedade heterossexual está muito claro: é o lugar das mulheres. Não existe um lugar preexistente ou designado para que as lésbicas ocupem. Somos mulheres que ocupamos o lugar das mulheres em qualquer sociedade mas com um acréscimo de discriminação, sendo duplamente marginalizadas. A realidade é que em todas as situações em que as mulheres são discriminadas, marginalizadas, condenadas a uma existência precária por terem nascido mulheres, em todas aquelas situações em que as mulheres são mais vulneráveis que os homens, em todas essas situações (quase todas imagináveis ao contrário), as lésbicas sofrerão um adicional de injustiça, marginalização e discriminação” (tradução nossa).

¹¹ O *Somos*: Grupo de Afirmação Homossexual foi criado em 1978 por integrantes do Jornal **Lampião**. Em seu período inicial, havia presença reduzida e flutuante de lésbicas, que passaram a participar com maior afinco a partir da consolidação do movimento. Segundo João Silvério Trevisan, “aos poucos, a maioria delas foi sentindo a necessidade de se juntar num núcleo exclusivamente feminino. Seus argumentos relacionavam-se com a maneira discriminatória e machista com que eram tratadas pelas

com o intuito de “informar e conscientizar as mulheres lésbicas de seus direitos e da importância de apoiar e criar organizações que defendam nossos interesses” e de “quebrar o isolamento a que muitas de nós estão sujeitas e obter o apoio emocional e político” (MOTT, 1987, p. 157).

A notoriedade atribuída ao lesbianismo gerou o interesse da sociedade capitalista que encontrou formas de lucrar com a temática, denegrindo-a em muitos casos e publicando notícias de cunho sensacionalista que prejudicavam a eficiência do movimento lésbico. Sob essa perspectiva, o lesbianismo foi relacionado ao fetichismo, vinculando-se à vontade heterossexista de consumo, uma vez que a veiculação da imagem das lésbicas estava associada ao voyeurismo masculino. O apelo lésbico foi embutido em algumas publicidades comerciais e, principalmente, na indústria pornográfica, provocando danos à imagem das safistas.

As lésbicas são conscientes do dano que está provocando esta onda pornográfica que introduziu a prática da homossexualidade feminina de uma forma desnaturalizada, desumanizada, totalmente errônea e adaptada para servir interesses de um Estado capitalista, que sublima a condição do macho, quer dizer, o lesbianismo é usado para satisfazer a uma sociedade de consumo machista. A imagem distorcida que dão da lésbica à maior parte destas exposições impressas, é totalmente negativa para a liberação sexual de que tanto se necessita (MOTT, 1987, p. 192).

Atualmente, a homossexualidade feminina ainda está atrelada a esse julgamento fetichista e machista e a sua visibilidade só é evidente perante tal conceituação. Os movimentos que buscam a igualdade sexual das lésbicas não têm espaços que lhes permitam a expressão e continuam pleiteando as suas especificidades ao transformarem-se em agentes de suas histórias e proporem uma definição mais política e menos sexista do lesbianismo, e, por conseguinte, reverter a situação precária a partir da qual a sua história se configura.

Através desse estudo, ainda que fragmentado, é possível perceber que a homossexualidade feminina é tão comum e frequente quanto a masculina, apesar de menos visível e sonora, pois é abafada pelo heterossexismo e pelo patriarcado, e, por

bichas em geral. Na verdade podia-se ouvir, com frequência, os homens referirem-se às mulheres como ‘rachas’ ou ‘rachadas’, designação que elas consideravam pejorativa. Tal situação significava uma batata quente para todos; quando os homens tentavam uma atitude não preconceituosa, o resultado era quase fatalmente paternalista. Daí, iniciaram-se discussões gerais em torno de machismo e feminismo, que nem sempre chegaram a bom termo, acabando frequentemente com as mulheres muito impacientes e os homens resistentes. Em todo caso, a intenção das lésbicas de formar um núcleo autônomo e exclusivamente feminino gerou uma polêmica acalorada que durou várias semanas e deixou bem claro que ser homossexual não significava uma automática aliança com as mulheres – às vezes, até pelo contrário” (TREVISAN, 2000, p. 345).

ter sido “duplamente silenciada, é ainda mais difícil de ser resgatada, uma vez que sobre elas atuam tanto os mecanismos de exclusão heteronormativos quanto os mecanismos patriarcais” (ALÓS, 2010, p. 851), e, portanto, a sua manifestação é inibida, impondo-lhe a invisibilidade em dobro.

2.2 A construção social do gênero

Os padrões heteronormativos que ainda regem a sociedade contemporânea estabelecem o conceito de gênero a partir do binarismo entre masculino e feminino, que é entendido, também, seguindo a relação binária associada ao sexo, de homem e mulher. O conceito de gênero é, portanto, construído socialmente e define os papéis sociais que os indivíduos devem exercer, excluindo qualquer outra manifestação que fuja de tais modelos e ignorando que possam existir sujeitos que, em suas práticas sociais, não se adéquem a tal imposição.

Na perspectiva de Butler (2013), além do gênero, o entendimento acerca do sexo também deriva de uma construção social, pois, “supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de ‘homens’ aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo ‘mulheres’ interprete somente corpos femininos” (BUTLER, 2013, p. 24). A cultura, segundo Butler, determina e condiciona tanto a definição de sexo quanto a de gênero, e, assim, ambos os conceitos podem ser livres ou fixos, já que dependem dos discursos que os legitimam, ou seja, a sua construção é determinada a partir de fatores culturais e não biológicos.

Desse modo, os conceitos de sexo e de gênero contribuem para a construção de identidade, visto que já condicionam o indivíduo a seguir um modelo preestabelecido, podendo ser entendidos tanto como o produto quanto como o processo de sua representação, como bem analisa Teresa de Laurentis em **A tecnologia do gênero** (1994):

[o] sistema de sexo-gênero, enfim, é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade. Se as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou se

representar como masculino ou feminino subentende a totalidade daqueles atributos sociais (LAURENTIS, 1994, p. 212).

Assim, na perspectiva de um discurso heteronormativo que conserva e dissemina os estereótipos criados pela sociedade, a representação de um pensamento que destoa dos padrões vigentes é tida como subversiva. Sob esse enfoque, a homossexualidade é entendida como uma subversão aos padrões heteroculturais que norteiam a sociedade porque dissolve os binarismos impostos e desestabiliza o sistema patriarcal vigente na sociedade. Sobre essa questão, Bourdieu (2005) reflete:

[a história] deveria empenhar-se particularmente em descrever e analisar a (re)construção social, sempre recomeçada, dos princípios de visão e de divisão geradores dos “gêneros” e, mais amplamente, das diferentes categorias de práticas sexuais (sobretudo heterossexuais e homossexuais), sendo a própria heterossexualidade construída socialmente e socialmente constituída como padrão universal de toda prática sexual “normal”, isto é, distanciada da ignomínia da “contranatureza” (BOURDIEU, 2005, p. 102).

A antinomia binária não expressa a simples divisão do mundo em dois conceitos simétricos, mas privilegia, fatalmente, um dos termos, o qual recebe valor positivo, enquanto ao outro é atribuída carga negativa. A oposição binária, constituída socialmente, é arbitrária e hierarquizante, privilegiando o homem/masculino e, por conseguinte, subordinando a mulher/feminino, além de excluir o/a homossexual. A invisibilidade conferida à homossexualidade pode ser percebida, portanto, a partir dos discursos moralizantes, predominantes no meio social, os quais creditam aos gays e às lésbicas uma conduta imoral e subversiva. Bourdieu comenta sobre a dominação imposta aos homossexuais, que são colocados à margem da sociedade e assumem, involuntariamente, características estigmatizantes, oprimindo-os ainda mais:

[a] opressão como forma de “invisibilização” traduz uma recusa à existência legítima, pública, isto é, conhecida e reconhecida, sobretudo pelo Direito, e por uma estigmatização que só aparece de forma realmente declarada quando o movimento reivindica a visibilidade. Alega-se, então, explicitamente, a “discrição” ou a dissimulação que ele é ordinariamente obrigado a se impor (BOURDIEU, 2005, pp. 143-144).

A ideologia dominante, através do seu discurso construído, partilhado e difundido, em níveis disciplinar e político, consegue manter uma ordem social que perpetua as desigualdades. Assim, é importante considerar o discurso como elemento fundamental da constituição da identidade, além da manutenção das relações sociais

e de poder, a fim de teorizar a respeito da construção social de sexo e de gênero. Nota-se, portanto, que o conceito de gênero está atrelado a um discurso hegemônico que postula a soberania masculina e, também, a heterossexualidade compulsória, reproduzindo, dessa forma, preceitos retrógrados que relegam mulheres e homossexuais à marginalidade.

A particularidade desta relação de dominação simbólica é que ela não está ligada aos signos sexuais visíveis, e sim à prática sexual. A definição dominante da forma legítima desta prática, vista como relação de dominação do princípio masculino (ativo, penetrante) sobre o princípio feminino (passivo, penetrado) implica o tabu da feminilização, sacrilégio do masculino, isto é, do princípio dominante, que está inscrito na relação homossexual. [...] Os próprios homossexuais, embora sejam disso (tal como as mulheres) as primeiras vítimas, aplicam a si mesmos muitas vezes os princípios dominantes: tal como as lésbicas, eles não raro reproduzem, nos casais que formam, uma divisão de papéis masculino e feminino e levam por vezes a extremos a afirmação de virilidade em sua forma mais comum, sem dúvida em reação contra o estilo “efeminado” antes dominante (BOURDIEU, 2005, p. 144).

O homossexual inserido na cultura patriarcal não se enquadra nos modelos estabelecidos, dificultando, pois, um entendimento de si no seu meio social. Os binarismos instituídos para conceituar sexo e gênero reproduzem a ideologia fixada pela heterossexualidade compulsória, e os discursos que infringem esse posicionamento impositivo subvertem as definições de gênero, recusando-se a aceitar o reducionismo conferido ao conceito pela cultura hegemônica. Sobre a dificuldade de inclusão do homossexual no conceito de gênero, Lúcia Facco (2004) disserta:

[t]emos também outras questões envolvidas, todas polêmicas e insolúveis. Uma das principais seria a eterna briga entre duas vertentes teóricas a respeito do homossexualismo, ou melhor, da “identidade homossexual”. A primeira diz que assumir-se homossexual é se inscrever em um discurso classificatório, incorporando a ideia de que o mundo é dividido em sistemas binários – homem/mulher, homossexual/heterossexual, masculino/feminino, ativo/passivo –, o que, por si só, é um reforço de questões como a de gênero. A outra vertente diz que se os homossexuais não se nomearem, a sociedade o fará, e da maneira que melhor lhe convier, além do que não podem lutar por direitos civis se não existirem e só existem se estiverem inseridos no discurso. São os dois lados da mesma moeda, uma faca de dois gumes (FACCO, 2004, p. 51).

Segundo Foucault (1988), o poder, em sociedades como a nossa, é mais tolerante do que repressivo, visto que, nos últimos séculos, surgiram múltiplos discursos que permitiram falar sobre questões relacionadas ao sexo. Entretanto, o discurso acerca da sexualidade sempre esteve associado ao poder vigente, e aqueles

que estivessem em desacordo com ele estariam submetidos à marginalidade, ou, então, deveriam utilizar-se de recursos linguísticos que os aproximassem da normatização. Nesse sentido, Adelaide Calhman de Miranda, em seu ensaio intitulado **O mapa da morte na literatura homoerótica brasileira contemporânea**, discorre sobre o pensamento foucaultiano a respeito das relações entre poder e sexualidade:

[a] sexualidade talvez seja uma das mais difíceis representações a ser alijada do poder, porque tão intimamente ligada a ele. De fato, dentro do dispositivo da sexualidade, a sexualidade periférica estabelece arbitrariamente a fronteira do que é considerado normal, natural e saudável. Como consequência, qualquer alteração em sua representação implica necessariamente uma ruptura na ideologia dominante. [...] O resultado é o sofrimento e a exclusão de todos que não se encaixam no modelo hegemônico, estabelecido pela heteronormatividade (MIRANDA, 2008, pp. 209-210).

A sexualidade não pode ser entendida como algo que se possui naturalmente, como se fosse inerente ao ser humano, mas sim como uma construção socialmente estabelecida e codificada. As categorizações que criam identidades como heterossexual e homossexual não são universais, mas localizadas em determinado momento histórico e cultural. Dessa forma, as identidades sexuais são moldadas pelas relações de poder de uma sociedade, sendo, então, uma invenção social, constituída historicamente, a partir de diversos discursos reguladores sobre o sexo. Foucault, em sua obra **História da sexualidade**, entende a sexualidade como um dispositivo histórico, buscando demonstrar que as concepções sobre ela são mutáveis e se estruturam a partir de um conjunto de regras que conduzem a sociedade, funcionando, então, “de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder” (FOUCAULT, 1988, p. 117). O filósofo, avesso ao conceito de identidade fixa, reflete sobre a definição de homossexualidade:

[é] preciso não ser homossexual mas sim buscar encarniadamente ser guei. Interrogar-se sobre a nossa relação com a homossexualidade é antes de tudo desejar um mundo onde essas relações sejam possíveis, mais do que simplesmente ter o desejo de uma relação sexual com alguém do mesmo sexo (FOUCAULT apud TREVISAN, 2000, p. 42).

Louro (2013) reitera o pensamento de Foucault ao afirmar que “gênero e sexualidade guardam a inconstância de tudo o que é histórico e cultural” (LOURO, 2013, p. 17); entretanto, também questiona as relações de poder quando diz:

[u]ma matriz heterossexual delimita os padrões a serem seguidos e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, fornece a pauta para as transgressões. É uma referência a ela que se fazem não apenas os corpos que se conformam às regras de gênero e sexuais, mas também os corpos que as subvertem (LOURO, 2013, p. 17).

Entendendo os problemas embutidos nas definições de sexo e de gênero, percebe-se, também, a dificuldade de homossexuais se inserirem nessas classificações. Todavia, novos discursos estão sendo criados para pensar sobre tais conceitos, redirecionando-os a partir da subversão à matriz heterossexual compulsória, a fim de englobar quaisquer indivíduos sob os novos paradigmas da sociedade pós-moderna, a qual, ainda que estabeleça padrões normativos, assimila, também, a inserção de identidades subjetivas.

Na concepção pós-moderna, os indivíduos não possuem mais identidades fixas, sendo, então, definidos historicamente – e não biologicamente. Essa perspectiva, vigente atualmente, também agrega aos sistemas culturais a responsabilidade de padronizar a sociedade; porém, dá a possibilidade de o indivíduo transitar entre as múltiplas identidades possíveis, com as quais se identifica, mesmo que momentaneamente, passando, desse modo, por um processo de fragmentação. Hall (2011) enfatiza que a sociedade atual é caracterizada pela diferença e, sendo assim, torna-se inviável pensar em uma unidade identitária que abarque todos os tipos sociais existentes. Além disso, classificar os diferentes gêneros e propor um modo padronizado de agir e pensar também não se sustenta, visto que a identidade deve ser percebida como um processo em andamento, no qual é mais coerente falar de *identificação*, já que “a identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros*” (HALL, 2011, p. 39, grifos do autor).

Ao se compreender o conceito de *identificação* proposto por Hall, pode-se associá-lo à questão de gênero, pois percebe-se que ambas as definições são construídas socialmente, sendo essas, geralmente, produtos de discursos heteronormatizantes.

Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em

estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero (BUTLER, 2013, p. 28).

Butler vai ao encontro das ideias propostas por Hall, entendendo que somente ao desnaturalizar gênero e sexo é que será possível problematizar a heterossexualidade – assim como a dominação masculina –, que é sustentada pelas relações de gênero que são intrinsecamente fundadas no binarismo de sexo e, assim, determinam as construções das identidades sociais sobre os corpos sexuados. A autora sinaliza, portanto, para a desconstrução das identidades fixas, propondo uma ressignificação delas a partir da crítica ao conservadorismo identitário, o qual aprisiona o conceito de sexo em uma natureza questionável, argumentando que:

[o] caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado 'sexo' seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma (BUTLER, 2013, p. 25).

Nessa perspectiva, o gênero é performático e múltiplo, identificando-se mais com ações sociais e não com identidades totalitárias e permitindo, portanto, a desconstrução da ilusória evidência do sexo biológico como demarcador dos limites identitários. Segundo a concepção butleriana, o sujeito construído legitima ou exclui determinadas ações, as quais passam a servir de modelos positivos ou negativos para o meio social no qual estão inseridos, isto é, o indivíduo está condicionado a desenvolver uma performance estabelecida socialmente para se adequar aos padrões vigentes e, assim, perde a sua identidade subjetiva. A ordem compulsória de sexo e de gênero institui um discurso culturalmente determinado, no qual a estabilidade da estrutura binária está assegurada, legitimando, portanto, a heterossexualidade compulsória e, conseqüentemente, excluindo os modelos desviantes que não se encaixam na padronização estabelecida.

A unidade proposta ao conceito de identidade reitera a determinação dos binarismos de sexo e de gênero e legitima o poder heteronormatizante. Entretanto, as reflexões sobre gênero, devido à sua complexidade, não devem se reduzir a essa normatização impositiva, visto que “uma coalização aberta afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um *telos* normativo e definidor” (BUTLER, 2013, p. 37, grifo da autora).

As convenções que legitimam a heteronormatividade se apoiam em um discurso regulador que naturaliza o regime de poder opressor, validando a superioridade do masculino/heterossexual perante às demais identidades e impondo essa normatização como uma “verdade” a ser seguida. Essa “verdade”, relacionada ao sexo e ao gênero, é produzida culturalmente e norteada por práticas discursivas reguladoras, as quais oprimem as identidades desviantes e, sendo assim, de acordo com o sistema dominante, a construção identitária se restringe a esses conceitos, deixando de relacionar-se com outros, tais como o desejo, que podem agregar na identificação subjetiva do indivíduo. Desse modo, Butler aponta para a incoerência que a heteronormatização implica na construção de identidade:

[a] “unidade” do gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória. A força dessa prática é, mediante um aparelho de produção excludente, restringir os significados relativos de “heterossexualidade”, “homossexualidade” e “bissexualidade”, bem como os lugares subversivos de sua convergência e re-significação. O fato de os regimes de poder do heterossexismo e do falocentrismo buscarem incrementar-se pela repetição constante de sua lógica, sua metafísica e suas ontologias naturalizadas não implica que a própria repetição deva ser interrompida – como se isso fosse possível. E se a repetição está fadada a persistir como mecanismo da reprodução cultural das identidades, daí emerge a questão crucial: que tipo de repetição subversiva poderia questionar a própria prática reguladora da identidade? (BUTLER, 2013, p. 57).

O questionamento proposto por Butler vai ao encontro da proposta de Foster (2009) para o entendimento de identidades subjetivas. O autor discute a instituição de identidades fixas, entendendo “la identidad como un proceso constante de construcción y, por siguiente, la identidad como constructo variable y contingente”¹² (FOSTER, s/d, p. 1). O seu estudo, portanto, costura toda a análise pretendida nessa pesquisa, visto que, ao entender os conceitos de sexo e de gênero como construções sociais, concebidos por um poder heteronormatizante e segregador, é possível entender, também, que o conceito de identidade não pode ser configurado de forma fixa e estática.

¹² “a identidade como um processo constante de construção e, por conseguinte, a identidade como construção variável e contingente” (tradução nossa).

Baseando-se nos Estudos Culturais¹³ e, especificamente, nos estudos *queer*, Foster investiga, em seu ensaio **Hacia una agenda para los Estudios Queer en el siglo XXI**¹⁴, a construção de identidade da seguinte forma:

[s]i una primera etapa de las investigaciones referentes a las identidades subjetivas se destinaba a conformar inventarios minoritarios – por implicación, cerrados y paralelos y por ende marginales a los grupos dominantes – uno entiende ahora que el impulso principal debería descansar, primero, en el repudio de la marginalidad y, segundo, en el imperativo de inquirir en la coherencia precaria del concepto de grupo dominante, con el propósito de dejar al descubierto lo que hay de arbitrariedad, incoherencia, imposición ideológica y mixtificación en la postulación del privilegio que detenta un grupo dominante. En una palabra, [...] ante el grado cero del heterosexismo, esgrimir los estudios queer como gesto de desconstrucción¹⁵ (FOSTER, s/d, p. 2).

Desse modo, percebendo a necessidade de questionar e desconstruir os conceitos impostos socialmente em relação ao sexo e ao gênero, a partir do modelo heteronormativo conferido pela sociedade patriarcal, a próxima preocupação desse estudo estará focada na construção das identidades das personagens literárias que desenvolvem relacionamentos homoafetivos nas obras **Dois iguais** (1998), de Cíntia Moscovich, e “Terça-feira gorda” e “Aqueles dois”, ambas inseridas no livro **Morangos Mofados** (1982), escrito por Caio Fernando Abreu, a fim de compreender como os processos normatizadores interferem na construção identitária, além de perceber como essas identidades, consideradas desviantes, se situam no contexto no qual foram criadas.

¹³ O foco desse estudo recai sobre questões culturais antes desprezadas, refletindo sobre as novas constituições de identidades sociais. Aliado à teoria *queer*, representa, portanto, as minorias sexuais em sua diversidade e multiplicidade, levando em consideração todos os tipos e concepções de sexualidade, e criticando, também, o discurso hegemônico da cultura ocidental.

¹⁴ Trata-se de um ensaio crítico escrito pelo autor e enviado para o e-mail pessoal da mestranda, sem dispor, no entanto, de referência de publicação.

¹⁵ “[s]e a primeira fase das investigações sobre as identidades subjetivas está destinada a formar cúmulos de minorias – por implicação, fechados e paralelos e, portanto, marginalizados pelos grupos dominantes – agora se entende que o impulso principal deveria repousar, primeiro, no repúdio à marginalidade e, em segundo lugar, no imperativo para investigar a coerência precária do conceito de grupo dominante, a fim de expor o que há de arbitrariedade, incoerência e imposição ideológica e a mistificação na postulação do privilégio que mantém o grupo dominante. Em uma palavra, ante o grau zero do heterossexismo, impor os estudos *queer* como gesto de desconstrução” (tradução nossa).

3 A (in)expressão da homoafetividade no discurso literário

*Eu soube: o amor exige expressão. Ele não pode permanecer quieto, não pode permanecer calado, ser bom e modesto; não pode, jamais, ser visto sem ser ouvido. O amor deve ecoar em bocas de prece, deve ser a nota mais alta, aquela que estilhaça o cristal e que entorna todos os líquidos.*¹⁶

Cíntia Moscovich

A crescente visibilidade conferida à literatura homoerótica faz perceber o interesse social em relação à representação dessa temática no discurso literário. Ainda que a reflexão sobre a homossexualidade permaneça associada aos padrões heteronormativos, os quais incorporam as tensões sociais, a possibilidade de expressão sobre o assunto, através do texto literário, permite, também, um diálogo crítico acerca de questões relacionadas à problemática de gênero e à construção de identidade subjetiva.

A literatura homoerótica, portanto, evidencia o relacionamento homoafetivo, transgredindo – em um primeiro momento – a cultura heteronormativa, comum na literatura tradicional. Entretanto, essa transgressão pode ser desconstruída a partir de uma leitura crítica do texto literário, visto que a forma como a narrativa é construída se assemelha ao padrão heterocultural, ou seja, não há uma subversão à norma, mas, sim, uma explicitação da minoria homossexual, a qual estava condicionada à invisibilidade social e literária.

Com o intuito de refletir sobre as minorias sexuais, submetidas à segregação, a teoria *queer* sustenta a análise da literatura homoerótica, entendendo que a heterossexualidade só existe em oposição à homossexualidade, a qual é compreendida como seu negativo e abjeto. Sobre o *queer*, Miskolci disserta:

[a] teoria queer costuma ser associada ao estudo do desejo e da sexualidade, mas ainda que isto tenha marcado sua emergência, nos últimos anos intensificou-se as formas como estudos nesta linha apontam para a

¹⁶ (MOSCOVICH, 2004. p. 252).

articulação de múltiplas diferenças nas práticas sociais. Daí interpretações do queer como uma resposta crítica à globalização e aos modelos norte-americanos de identidade sexual hetero, mas também do feminismo liberal e da cultura gay integracionista, em outras palavras, como uma teoria que resiste à americanização branca, hetero-gay e colonial do mundo (MISKOLCI, 2007, pp. 9-10).

Nesse sentido, a teoria *queer* critica os padrões heteronormativos impostos, mas, também, rejeita definir a identidade a partir da condição homossexual, pois nega a normatização de uma “identidade gay”, entendendo que essa padronização reduz a multiplicidade e a diferença de identidades existentes. Assim, percebendo a dificuldade de romper com os binarismos construídos socialmente, essa proposição questiona a naturalização dos padrões heteropatriarcais, pensando no conceito de *identificação*¹⁷ como construtor da identidade subjetiva, já que, associado ao pensamento de Hall (2011), concebe o sujeito distante do conceito de identidade fixa, assumindo diferentes identidades em diferentes momentos, as quais são “contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas” (HALL, 2011, p. 13). Entretanto, a literatura homoerótica ainda não superou a heteronormatividade, tornando-se reprodutora da ordem, visto que, mesmo introduzindo relacionamentos homoafetivos às narrativas, condiciona os seus discursos a um disciplinamento da representação homossexual, integrando-a à norma instituída socialmente.

Ancorado nessa percepção, o debate proposto refletirá sobre as representações identitárias apresentadas nas narrativas analisadas, corroborando com a noção de identidade subjetiva, a qual melhor sustenta a análise dos sujeitos representados. Conseqüentemente, será percebido – através dos textos literários – que não há uma unidade que caracterize uma identidade homossexual, apontando para a pluralidade de identificações que o conceito engloba e, portanto, concluirá, alicerçado nos estudos *queer*, que “a identidade (e, em alguns sentidos, o próprio sujeito) é concebida como um efeito dos discursos, isto é, como ‘performativa” (ALÓS, 2010, p. 855), e as formas como as narrativas são construídas se aproximam dos padrões estabelecidos socialmente.

¹⁷ O conceito de *identificação* utilizado é proposto por Hall (2011), já citado no capítulo anterior.

3.1 A representação do gênero nas narrativas analisadas

A noção essencialista de sexo, atrelada a um gênero determinado, culmina na estabilidade da construção identitária, padronizando-a, de modo a condicionar, também, as identidades consideradas desviantes, instaurando uma normatização e coibindo a identificação subjetiva do sujeito. Butler (2013) acredita que pensar as minorias sexuais a partir de identidades estáveis cria ficções fundacionistas, as quais só reiteram o discurso heteronormativo.

Neste sentido, o *gênero* não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é *performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. Consequentemente, o gênero mostra ser *performativo* no interior do discurso herdado da metafísica da substância – isto é, constituinte da identidade que supostamente é (BUTLER, 2013, p. 48, grifos da autora).

A partir do entendimento de que o conceito de gênero está atrelado a uma conduta heteronormativa, a qual dita os comportamentos aceitáveis – ou não – socialmente, é possível compreender os motivos que fazem as relações homoafetivas serem rotuladas como imorais e subversivas. Vistos como transgressores, tais relacionamentos são subordinados à marginalidade, pois destoam dos padrões sociais vigentes, construindo-se, então, sob mensagens subentendidas, sendo condicionados a uma invisibilidade impositiva.

A literatura, a partir de seu discurso, possui a capacidade de transmissão de ideologias¹⁸; entretanto, o texto literário não pode ser visto como um documento ou reflexo de determinado contexto social, mesmo que a interação entre ambos deva ser levada em consideração para uma reflexão consistente sobre a obra e os diversos contextos que a ela convergem e dela divergem.

A literatura explora criticamente as diferentes textualizações culturais que, em si, já são interpretações da realidade e o faz precisamente através de aquilo que a constitui como literatura, a saber, o intenso trabalho formal de defamiliarização da linguagem [...] A obra literária é necessariamente uma interpretação crítica das textualizações da cultura (BARCELLOS, 2006, pp. 44-45).

¹⁸ Segundo Bakhtin (1995), o signo é ideológico por excelência, sendo, portanto, intrínseco à literatura a ideologia e suas construções voltadas para afirmações e negações acerca das identidades culturais.

Nesse sentido, desnaturalizando as noções essencialistas de sexo e de gênero, a teoria *queer* também sustenta a ideia de que o gênero é pensado como um produto de uma performance. Sob esse enfoque, serão analisados a novela **Duas iguais** (1998), de Cíntia Moscovich, e os contos “Terça-feira gorda” e “Aqueles dois”, incluídos no livro **Morangos Mofados** (1982), de Caio Fernando Abreu, a fim de entender a construção identitária das personagens que desenvolvem relacionamentos homoafetivos e a forma que o discurso homoerótico é apresentado nas narrativas, remetendo à ideia de que a literatura, num lado, “é em si mesma uma prática crítica aos padrões ideológicos e aos vetores axiológicos de uma dada cultura, no outro, temos textos que simplesmente (re)produzem essas mesmas ideologias e axiologias” (BARCELLOS, 2006, p. 45).

As personagens representadas nessas narrativas se enquadram na definição de homossexuais, visto que desenvolvem relacionamentos sexuais e afetivos com outras do mesmo sexo. Todavia, não compreendem uma unidade homossexual, pois suas caracterizações são múltiplas e performatizadas de acordo com as possibilidades permitidas pelos meios sociais nos quais estão inseridas. Os textos literários, dessa forma, analisam e questionam a realidade social da qual a minoria sexual em questão faz parte. Apontando para esse aspecto, Anselmo Alós faz uma reflexão sobre as narrativas da sexualidade, dissertando que “a literatura pensada como instituição não apenas possibilita a representação dos sujeitos; ela funciona como uma das relações sociais que os produz” (ALÓS, 2010, p. 856), e apoia a sua análise em Eagleton, citando que:

[a]s obras literárias não são frutos de uma inspiração misteriosa nem são explicáveis simplesmente em função da psicologia dos seus autores. São formas de percepção, maneiras determinadas de ver o mundo, e como tais têm relações com a forma dominante de ver o mundo que é a “mentalidade social” ou ideologia de uma época. Essa ideologia é, por sua vez, produto das relações sociais concretas que os homens estabelecem entre si num tempo e lugar determinados; é o modo como essas relações de classe são sentidas, legitimadas e perpetuadas (EAGLETON apud ALÓS, 2010, p. 857).

Assim, ao refletir acerca da temática homoerótica e a representação do conceito de gênero nas narrativas analisadas, é possível perceber que os discursos produzidos vão ao encontro do contexto social no qual estão inseridos, e, conseqüentemente, entender os motivos que condicionam ao assunto tanta segregação. Por não identificar-se com o modelo de identidade hegemônica, a homossexualidade subverte os padrões heteroculturais que norteiam a sociedade

porque dissolve a relação binária de gênero, instituindo uma nova forma de pensar as questões identitárias, e, portanto, causa estranhamento quando analisada sob a perspectiva heteronormativa. Linda Hutcheon analisa as questões de diferença de construção de identidade da seguinte forma:

[a] igualdade passou a ser entendida sobretudo em termos de *norma*, o que condena irremediavelmente qualquer diferença a um estatuto de marginalidade e monstrosidade cuja mera existência se converte assim numa transgressão. Mais ainda, mostra como a sociedade burguesa não consegue pensar esses indivíduos marginalizados senão reduzindo-os artificialmente a coletividade, isto é, considerando-os única e exclusivamente, a partir do ponto de vista de sua negatividade frente à norma social (HUTCHEON apud FACCO, 2004, pp. 60-61, grifo no original).

A literatura homoerótica, nesse sentido, se alia à necessidade de pensar sobre as identidades não hegemônicas, apresentando narrativas que discutem as relações entre pessoas do mesmo sexo e que permitem a análise da representação do gênero determinado e condicionado socialmente. Em outras palavras, a literatura homoerótica, da mesma forma que as teorias apresentadas no capítulo anterior, reflete sobre a ressignificação do sujeito, entendendo a subjetividade como a forma adequada de estudar as questões identitárias. Em vista disso, a subjetividade nas narrativas analisadas deve ser percebida como predominante na construção de identidade e os padrões vigentes devem ser desconstruídos de modo a findar a segregação imposta aos indivíduos que não se adéquam à normatização. As obras literárias citadas nessa pesquisa seguem essa perspectiva, pois apresentam personagens que não condizem com o modelo hegemônico, mas, também, destoam do padrão atribuído às identidades marginalizadas.

A representação do homossexual nas narrativas deve ser questionada com o intuito de somar à análise do capítulo anterior sobre a construção social do gênero, uma vez que os conceitos de homossexualidade e heterossexualidade também são construídos socialmente. Dessa forma, entendendo que não se pode limitar aos binarismos de sexo e de gênero, porque tais questões extrapolam as concepções de feminino e de masculino, percebe-se, também, que é necessário ultrapassar, através de discursos políticos e culturais, o reducionismo imposto à relação binária de heterossexualidade e homossexualidade. Seguindo o pensamento que permite apreender a noção de gênero como limitadora da construção identitária e criada para garantir a hegemonia masculina, observa-se que as definições de hétero e homossexual foram instituídas com essa mesma finalidade, já que, “em uma

sociedade em que os homens não oprimissem as mulheres e fosse permitida a expressão sexual dos sentimentos, as categorias da homossexualidade e heterossexualidade deixariam de existir” (KATZ, 1996, p. 18).

Segundo os estudos de Jonathan Katz, o termo heterossexual foi inventado e isso se deu em função da necessidade de transformá-lo na representação da norma instituída socialmente. Por conseguinte, a definição da homossexualidade foi conferida como sua antítese inferior, despertando interesse de crítica, visto que é tratada de forma problemática pelo meio social. Na sua análise, o autor cita Steven Seidman, um sociólogo que revisita a história da sexualidade com o intuito de compreender os conceitos estereotipados relacionados ao erotismo, e conclui que:

[o] *heterossexual* e o *homossexual* não eram consideradas categorias mutuamente exclusivas de desejo, identidade e amor. *Apenas no início do século XIV* os conceitos de heterossexualidade e homossexualidade surgiram como categorias dominantes de um sistema sexual que definia a identidade sexual e pessoal do indivíduo e regulava normativamente o desejo e o comportamento íntimo (KATZ, 1996, pp. 54-55, grifos do autor).

Assim sendo, ao se continuar colocando os binarismos de sexo, de gênero e de sexualidade a partir dos conceitos estipulados pelo patriarcado, a tendência será de reprodução e retextualização dos discursos dominantes, e, em vista disso, as suas superação e desconstrução serão nulas. A compreensão que se sugere é a de que esses conceitos são construções e as suas representações são concebidas de acordo com o meio social e, também, a partir da desconstrução dos padrões impostos. Destarte, a fim de propor um desfecho acerca da discussão sobre tais binarismos impositivos, a afirmativa de Teresa de Laurentis (1994) se faz pertinente:

[as relações de gênero] se encontram firmadas e garantidas por um contrato heterossexual; isto é, seu objeto de estudo é exatamente o *locus* onde as relações de gênero, e portanto a ideologia do gênero, são reproduzidas na vida diária. Quaisquer mudanças que possam resultar disso, independentemente da forma em que possam ocorrer, provavelmente não passarão de mudanças de “diferenças de gênero”, e não mudanças nas relações sociais de gênero: mudanças, enfim, na direção de uma maior ou menor “igualdade” da mulher em relação ao homem. Eis aqui, em grande evidência, o problema do conceito de diferença(s) sexual(ais), como sua força conservadora limitando e trabalhando contra o esforço de repensar suas próprias representações. Acredito que para pensar o gênero (homens e mulheres) de outra forma e para (re)construí-lo em termos outros que aqueles ditados pelo contrato patriarcal precisamos nos afastar do referencial androcêntrico, em que o gênero e a sexualidade são (re)produzidos pelo discurso da sexualidade masculina – ou, como tão bem escreveu Luce Irigaray, da homossexualidade (LAURENTIS, 1994, pp. 226-227).

Isso posto, ao argumentar que “o discurso da heterossexualidade nos oprime no sentido de que nos impede de nos falarmos a não ser que falemos em seus termos” (WITTING apud LAURENTIS, 1994, p. 227), será introduzida a análise das obras literárias, a fim de discutir a forma como a homoafetividade é nelas abordada, a partir dos elementos utilizados por Cíntia Moscovich e Caio Fernando Abreu para a construção identitária das personagens que desenvolvem relações homoafetivas. Para tanto, através do estudo da linguagem, da performatividade e do contexto social, será proposta a reflexão de como essas personagens representam a homossexualidade, pontuando que não há unidade no desenvolvimento das performances, e evidenciando, em um primeiro momento, a transgressão que seus discursos provocam à cultura hegemônica, e, em seguida, a aproximação que esses discursos promovem no padrão heterocultural, projetando a sua aceitação pelo meio social.

3.1.1 “Terça-feira gorda” e a expressão do amor

Caio Fernando Abreu apresenta nesse conto algumas ressignificações de conceitos que estão intrínsecos na sociedade, a partir de definições estereotipadas, tais como amor e sexualidade. Em “Terça-feira gorda”, o escritor propõe uma nova forma de pensá-los, através de um contexto repressivo, o qual realça os movimentos discriminatórios e inibe a livre expressão das minorias. Componente de uma coletânea de contos, o texto citado é apresentado na primeira parte do livro, intitulada “O mofo”, “na qual está representada a vida sob a ditadura militar e a restrição de liberdade” (ABREU, 2005, orelha do livro), evidenciando a insegurança e a dor que tal momento histórico impôs.

No conto, é narrado o encontro amoroso entre duas personagens do sexo masculino, a partir da perspectiva de uma delas, em primeira pessoa. Toda a narrativa se desenvolve em uma noite de carnaval – a terça-feira gorda. O título do conto já possibilita a reflexão sobre o seu conteúdo, pois pressupõe a interpretação alusiva à data; ou seja, ao ler o título, o leitor busca a referência de que o conto se passa no período de carnaval, no seu último dia, no qual os indivíduos extrapolam os seus instintos, permitindo-se pecar, visto que, segundo as tradições cristãs – impregnadas

nos padrões sociais – serão, em seguida, penitenciados ou absolvidos, para adentrar na quaresma sob estado imaculado¹⁹. Assim sendo, algumas problemáticas já podem ser levantadas e discutidas a partir do título do conto, tais como a associação da liberdade de expressão com o período de carnaval e o conservadorismo a que tal data remete, trazendo consigo preceitos cristãos que vinculam-se às práticas sociais normatizantes. Essas são questões que, descontextualizadas, se contrastam, mas dentro da narrativa se complementam, ajudando a dar significado à trama, uma vez que auxiliam na compreensão da composição das personagens e das suas ações.

De acordo com Luana Porto, em sua dissertação intitulada **Morangos Mofados, de Caio Fernando Abreu: fragmentação, melancolia e crítica social** (2005), “a representação da repressão sexual no carnaval torna a narrativa ainda mais crítica porque questiona o conservadorismo social e também uma liberdade previamente garantida nas festas populares do Carnaval” (PORTO, 2005, p. 86). Nesse sentido, a partir do título é subentendido que haverá a livre expressão sexual no decorrer do conto, mas essa suposição se dilui porque tal liberdade está associada aos valores cristãos que norteiam grande parte das normas sociais instituídas. Portanto, interpreta-se a narrativa a partir da antítese entre a liberdade e o conservadorismo, à luz do contexto social da época, pois, assim, será permitida a reflexão sobre a temática homoafetiva e a sua representação no texto literário.

Em “Terça-feira gorda”, duas personagens se conhecem em uma festividade carnavalesca e desenvolvem uma relação homoafetiva. A aproximação entre ambas se dá desde o primeiro contato, no primeiro parágrafo do conto:

[d]e repente ele começou a sambar bonito e veio vindo para mim. Me olhava nos olhos quase sorrindo, uma ruga tensa entre as sobrancelhas, pedindo confirmação. Confirmei, quase sorrindo também, a boca gosmenta de tanta cerveja morna, vodca com coca-cola, uísque nacional, gostos que eu nem identificava mais, passando de mão em mão dentro dos copos de plástico (ABREU, 2005, p. 56).

O envolvimento súbito entre as personagens já tende a causar desconforto, visto que a norma vigente institui um romanceamento à afetividade. Isso decorre de

¹⁹ Inicialmente tido como uma festa pagã, o carnaval adquiriu novo significado a partir do Cristianismo, sendo oficializado em seu calendário. Etimologicamente, a palavra deriva do latim, *carne vale*, que significa “adeus à carne” e corresponde ao período que antecede aos quarenta dias de jejum e santificação entre a quarta-feira de cinzas e a páscoa; sendo, então, a terça-feira anterior ao início da quaresma o último dia para consumir carne. Além disso, nas festividades, as pessoas extravasavam seus desejos, principalmente sexuais, pois na quarta-feira eram absolvidas de seus pecados pela igreja. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/carnaval/>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

conceitos padronizados, intrínsecos à cultura, que conferem à noção de amor apenas um significado, o qual está ligado à busca da felicidade eterna e completude, sendo essa efetivada mediante a união estável de dois indivíduos. Todavia, a sociedade contemporânea não suporta mais essas definições tradicionais, já que os relacionamentos tornaram-se volúveis e permitem, então, múltiplas indicações para o conceito de amor, tal como Bauman (2004) exemplifica:

[a]final, a definição romântica do amor como “até que a morte nos separe” está decididamente fora de moda, tendo deixado para trás seu tempo de vida útil em função da radical alteração das estruturas de parentesco às quais costumava servir e de onde extraía seu vigor e sua valorização. Mas o desaparecimento dessa noção significa, inevitavelmente, a facilitação dos testes pelos quais uma experiência deve passar para ser chamada de “amor”. Em vez de haver mais pessoas atingindo mais vezes os elevados padrões do amor, esses padrões foram baixados. Como resultado, o conjunto de experiências às quais nos referimos com a palavra amor expandiu-se muito. Noites avulsas de sexo são referidas pelo codinome de “fazer amor” (BAUMAN, 2004, p. 10).

A desconstrução do conceito de amor é uma das formas que Caio Fernando Abreu encontrou para questionar o meio social em que está inserido, no qual as múltiplas expressões desse sentimento que destoam da norma adotada são marginalizadas. Do mesmo modo, a questão da sexualidade reitera a crítica proposta, porque desagrega o conceito dos binarismos de sexo e de gênero, uma vez que a relação é desenvolvida por dois homens e nenhum deles assume características femininas. O autor construiu os dois protagonistas de forma a salientar as suas características masculinas, a partir das suas descrições corporais:

[e]le encostou o peito suado no meu. Tínhamos pêlos, os dois. Os pêlos molhados se misturavam. Ele estendeu a mão aberta, passou no meu rosto, falou qualquer coisa. O quê, perguntei. Você é gostoso, ele disse. E não parecia bicha nem nada: apenas um corpo que por acaso era de homem gostando de outro corpo, o meu, que por acaso era de homem também. Eu estendi a mão aberta, passei no rosto dele, falei qualquer coisa. O quê, perguntou. Você é gostoso, eu disse. Eu era apenas um corpo que por acaso era de homem gostando de outro corpo, o dele, que por acaso era de homem também (ABREU, 2005, p. 57).

O primeiro contato verbal – transcrito acima – explicita o comportamento das personagens em relação às suas sexualidades, tratando a homossexualidade de maneira natural a partir das suas perspectivas, pois elas desenvolvem a relação publicamente e o protagonista-narrador a descreve com linguagem clara e detalhada. Entretanto, o mesmo não ocorre com as demais personagens que surgem na trama,

as quais representam a voz da maioria social que discrimina relacionamentos homoafetivos, principalmente em ambientes públicos, submetendo os protagonistas às manifestações preconceituosas, sob um discurso homofóbico munido de expressões irônicas, de caráter pejorativo. Luana Porto analisa o comportamento dos “outros” como “uma tentativa de impor regras de conduta baseadas na oposição binária homem/mulher como padrão legítimo de relação sexual” (PORTO, 2005, p. 85).

O relacionamento exposto no conto exemplifica algumas questões levantadas no capítulo anterior, como a influência do conceito de gênero na constituição identitária e a desconstrução da noção impositiva acerca das relações interpessoais que garante à heteronormatividade uma unicidade soberana. A caracterização das duas personagens a partir de referências que aludem ao conceito de masculinidade hegemônica²⁰ – já que nenhum “parecia bicha nem nada” (ABREU, 2005, p. 57) – dissolve o binarismo de gênero que orienta os relacionamentos afetivos: são homens, com características semelhantes, sendo que nenhum assume a posição feminina na relação. A performance que ambos desenvolvem ao longo da narrativa permite que o leitor perceba a consciência que têm em relação às suas sexualidades, devido à clareza e desenvoltura com que o encontro afetivo é contado e, assim como não é bem aceito no contexto da narrativa, sofre restrições na sua recepção por causa da sua linguagem desinibida.

O preconceito se torna evidente na narrativa quando alguém fala, em falsete, “olha as loucas” (ABREU, 2005, p. 57), e, em seguida, outros chamam os protagonistas de “veados”. A inquietude que a expressão da homoafetividade provoca revela a deficiência social de naturalizar as relações entre pessoas do mesmo sexo, e “a incapacidade de aceitar uma ruptura com códigos repressivos e conservadores, fazendo com que numa festa onde o ‘desregramento’ é a tônica maior, como no carnaval, a postura de liberdade e ousadia, própria da cultura carnavalesca, seja abolida” (PORTO, 2005, pp. 85-86). O próprio narrador, mesmo que inconscientemente, atua de forma preconceituosa, pois o sujeito está constituído por diferentes discursos que trazem consigo variantes da cultura hegemônica – quando

²⁰ O conceito de masculinidade hegemônica adotado nessa pesquisa é de Robert Connel (2013), que descreve como um padrão de práticas que possibilitam a dominação masculina, legitimando a heterossexualidade compulsória. Ela “incorpora a forma mais honrada de ser um homem, exigindo que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens” (CONNEL, 2013, p. 245).

afirma que o outro "não parecia bicha nem nada", sua bagagem heterocultural lhe permitiu utilizar tal expressão depreciativa. Em **Sobre o amor que "não" ousa dizer o nome** (2006), Carolina da Cunha Reedijk argumenta que:

[o] discurso do homossexual, mesmo buscando significar a homossexualidade de uma forma positiva, não preconceituosa, é afetado por discursos que circulam na sociedade e que representam e significam essa questão negativamente (esses discursos trazem o preconceito), ou seja, ele é afetado pela sua diferença (REEDIJK, 2006, p. 15).

O autor introduz expressões pejorativas que denigrem os protagonistas – através de personagens periféricas –, com o intuito de exemplificar a violência moral que vários homossexuais sofrem quando transgridem às normas estabelecidas, as quais coíbem a exposição do relacionamento homoafetivo em público. Há, nesse sentido, a metáfora alusiva às máscaras, que podem ser interpretadas como sendo utilizadas para ocultar os rostos, mas, também, os valores:

[v]ocê vai pegar um resfriado, ele falou com a mão no meu ombro. Foi então que eu percebi que não usávamos máscaras. Lembrei que tinha lido em algum lugar que a dor é a única emoção que não usa máscara. Não sentíamos dor, mas aquela emoção daquela hora ali sobre nós, e eu nem sei se era alegria, também não usava máscara. Então pensei devagar que era proibido ou perigoso não usar máscara, ainda mais no Carnaval (ABREU, 2005, p. 58).

Nota-se que o autor pretende criticar os padrões sociais ao afirmar que seria “proibido ou perigoso não usar máscara”, pois a norma que vigora socialmente institui subliminarmente que os sentimentos homoafetivos não sejam consumados, mas quando o forem, submetam-se à marginalidade, evitando a exposição pública. Assim sendo, a relação homoafetiva performatizada pelos protagonistas apresentada em “Terça-feira gorda” transgride os princípios heteropatriarcais e, portanto, é subjugada à violência física, além da violência moral supracitada.

No decorrer da narrativa, após a exibição compartilhada da relação homoafetiva, os protagonistas são sentenciados ao julgamento social, já que desestabilizaram as normas determinadas. Por conseguinte, sofrem uma repressão violenta, justificada pelos padrões heteroculturais:

[m]as vieram vindo, então, e eram muitos. Foge, gritei, estendendo o braço. Minha mão agarrou um espaço vazio. O pontapé nas costas fez com que me levantasse. Ele ficou no chão. Estavam todos em volta. Ai, ai, gritavam, olha as loucas. Olhando para baixo, vi os olhos dele muito abertos e sem nenhuma culpa entre as outras caras dos homens. A boca molhada afundando no meio

duma massa escura, o brilho de um dente caído na areia. Quis tomá-lo pela mão, protegê-lo com meu corpo, mas sem querer estava sozinho e nu correndo pela areia molhada, os outros todos em volta, muito próximos (ABREU, 2005, p. 59).

No desfecho, o narrador-protagonista faz uma síntese do encontro narrado ao longo do conto, rememorando o primeiro contato, a relação intensa entre os protagonistas e a morte de seu parceiro, decorrente do ato homofóbico. Com uma linguagem distinta da utilizada ao longo da narrativa, o narrador conclui a sua história usando metáforas a fim de empregar densidade à descrição da morte – compara-a à “queda lenta de um figo muito maduro” (ABREU, 2005, p. 59) – e isso faz entender o abalo que tal episódio o causou; entretanto, também é possível notar que a mesma passagem é tratada de forma banal pelo meio social no qual ele está inserido, uma vez que ninguém interveio na ação dos agressores. O ato violento foi insignificante para aqueles que assistiam e, inclusive, para os assassinos, pois esses escaparam incólumes, em virtude da ação ser contra homossexuais e desenvolver-se no carnaval. Vale reiterar nesse momento o significado da data grifada no título do conto: nesse dia, todos têm direito de exceder os seus impulsos, sendo absolvidos de seus delitos após a festividade; todavia, percebe-se que não devem ultrapassar o limite da heteronormatividade e, por isso, os agressores foram perdoados e os agredidos, não. Na análise de Lizandro Calegari, a imunidade garantida à heterossexualidade concede prerrogativa aos atos repressivos do patriarcado contra os homossexuais:

[p]or definição, no carnaval não haveria discriminação entre atores e espectadores, todos participariam ativamente da festa carnavalesca, da vida às avessas. [...] se caracterizaria, ainda, por proceder à inversão do cotidiano, por corresponder à vida desviada de seu curso normal. Assim, se o carnaval aceita tal inversão de valores, os sujeitos sociais deveriam, em tese, ser condescendentes com a manifestação de práticas homoeróticas. No entanto, não é isso o que acontece: a sociedade reconhece os limites e expulsa aqueles indivíduos que profanam as normas heterossexuais. Isso significa que a homofobia, que dialoga com a violência internalizada dos sujeitos, prepondera sobre regras estabelecidas por um festejo em particular (CALEGARI, 2013, p. 24).

Esse conto expõe as contradições sociais inerentes à contemporaneidade, através das discrepâncias de valores e imposição de comportamentos instituídos pela cultura hegemônica. A partir dos contrastes criados pelo autor em sua narrativa, é possível refletir sobre a temática homoafetiva – objeto dessa pesquisa – e suas distintas interpretações na trama. Há, nessa narrativa, a perspectiva dos protagonistas, os quais representam uma minoria dentro do contexto homossexual,

que não têm vergonha de expor as suas sexualidades e, também, aqueles que condenam a homossexualidade, representando a sociedade opressiva – heteropatriarcal e ditatorial.

3.1.2 “Aqueles dois” e a incompletude da expressão

“Aqueles dois” é um conto que “problematiza a ação e o olhar da sociedade diante de posturas que não seguem os valores estabelecidos pelo patriarcado no que se refere à identidade sexual” (PORTO, 2005, p. 116), e o faz de forma subentendida, através de um narrador em terceira pessoa que insinua o relacionamento homoafetivo entre os protagonistas da trama, mesmo que não evidencie qualquer situação em que tal envolvimento se comprove. Assim como “Terça-feira gorda”, “Aqueles dois” compõe o livro **Morangos mofados** (1982), integrando a sua segunda parte, na qual a dor é característica essencial e conduz a narrativa.

Nesse conto, a voz narrativa é fundamental para averiguar de que forma a temática homoerótica é abordada, uma vez que são as indicações sugeridas pelo narrador que permitem a interpretação de que Raul e Saul – protagonistas do conto – se relacionam afetivamente. Desde a constatação de que “num deserto de almas também desertas, uma alma especial reconhece de imediato a outra” (ABREU, 2005, p. 132), o narrador fomenta a percepção de que as personagens têm uma ligação afetuosa, mas a ocultam “apesar de, sem efusões, terem se reconhecido no primeiro segundo do primeiro minuto” (ABREU, 2005, p. 132). Com comportamento discreto, os protagonistas limitaram-se a uma conduta cordial quando se conheceram “porque eram novos na firma e a gente, afinal, nunca se sabe onde está pisando” (ABREU, 2005, p. 133) – aqui há uma quebra na narrativa, pois o narrador introduz a expressão “a gente”, causando estranhamento sobre quem está expondo tal observação. Em sua dissertação, Luana Porto dá ênfase a esse trecho do conto:

[a] frase em questão apresenta uma construção híbrida, pois em um único enunciado podem se distinguir dois modos de falar, dois posicionamentos (o do narrador ou o do personagem) [...]. A expressão “a gente” pode se referir tanto à fala do narrador como à do personagem, cabendo ao leitor recuperar o contexto maior de leitura do conto para decidir de quem é a voz. Como a leitura do conto propõe uma (re)visão dos princípios da sociedade que reprime quem transgride as regras morais, é possível considerar que a

declaração é do próprio narrador, pois é através do discurso dele que o leitor pode tomar uma posição de contestação destes valores e passar a “encarar” a sociedade sem poder confiar nela (não se sabe onde se pisa) (PORTO, 2005, pp. 117-118).

No decorrer da narrativa – e com o passar do tempo –, Raul e Saul perceberam as suas afinidades e se aproximaram “tão lentamente que eles mesmos mal perceberam” (ABREU, 2005, p. 133), e, mesmo que inconscientemente, gostavam de estar acompanhados um do outro:

[e]ram bonitos juntos, diziam as moças, um doce de olhar. Sem terem exatamente consciência disso, quando juntos os dois aprumavam ainda mais o porte e, por assim dizer, quase cintilavam, o bonito de fora do outro e vice-versa. Como se houvesse, entre aqueles dois, uma estranha e secreta harmonia (ABREU, 2005, p. 134).

Em determinado momento, o narrador evidencia o apego entre as personagens quando Saul chega atrasado na repartição e Raul demonstra preocupação. A explicação dada por Saul foi de que “tinha ficado até tarde assistindo a um velho filme na televisão” (ABREU, 2005, p. 135), e aqui o autor introduz uma referência externa que se une à perspectiva do narrador ao sugerir a homoafetividade entre os protagonistas, visto que o filme em questão é **Infâmia**²¹, no qual duas professoras são acusadas de manterem um relacionamento lésbico, mesmo que esse não se comprove. A menção ao filme expôs as semelhanças entre Raul e Saul, já que ambos gostavam da película, mesmo sendo “muito antigo, ninguém conhece” (ABREU, 2005, p. 135); além da história do filme se assemelhar à trama do conto, à luz do narrador. Percebe-se, nesse trecho, a dificuldade que as personagens têm de falar sobre a homoafetividade, pois Raul, ao salientar que conhecia o filme, interrompe a sua sinopse antes de mencionar a acusação a que as duas professoras são submetidas.

As insinuações narrativas acerca do relacionamento homoafetivo entre os protagonistas do conto continuam e o narrador introduz o olhar de outras personagens – colegas de repartição – para apoiar a sua tese. Em uma situação, os dois dormiram na quitinete de Raul e chegaram juntos no trabalho, causando desconforto e suspeição nos outros empregados:

²¹ **Infâmia (The children's hour)** é um filme estadunidense de 1961, dirigido por William Wyler e baseado em peça teatral homônima de Lillian Hellman. Protagonizado por Audrey Hepburn e Shirley MacLaine, que interpretam duas professoras de uma escola particular para meninas e são acusadas por uma das alunas de manterem um relacionamento homoafetivo. As consequências dessa denúncia se desdobram em acontecimentos trágicos. Disponível em: <http://www.imdb.com/title/tt0054743/?ref_=fn_al_tt_2>. Acesso em: 22 jul. 2015.

[u]ma noite, porque chovia, Saul acabou dormindo no sofá. Dia seguinte, chegaram juntos à repartição, cabelos molhados do chuveiro. Nesse dia as moças não falaram com eles. Os funcionários barrigudos e desalentados trocaram alguns olhares que os dois não saberiam compreender, se percebessem. Mas nada perceberam, nem os olhares nem duas ou três piadas enigmáticas (ABREU, 2005, p. 137).

A perspectiva de personagens periféricas passa a ser incluída na narrativa para dar verossimilhança ao enfoque do narrador e para salientar a postura adotada pelo autor no conto, o qual apresenta uma crítica ao discurso homofóbico. Em “Aqueles dois”, Caio Fernando Abreu reflete “sobre valores morais socialmente legitimados num espaço em que o ‘diferente’ passa a não ter aceitação, tornando-se indivíduo à margem dos processos sociais” (PORTO, 2005, p. 47), e, a partir de insinuações e sugestões, introduz o “olhar” dos outros sobre a homoafetividade, desenvolvendo, assim, uma crítica ao sistema patriarcal e heteronormativo. A análise de Lizandro Calegari (2013) vai ao encontro dessa reflexão:

“Aqueles dois” não é um conto que se volta prioritariamente à questão do homossexualismo, porque a relação dos rapazes como amantes é apenas representada obliquamente; é antes sobre homofobia, já que essa dinâmica é diretamente enfatizada no texto. A homofobia ameaça as aspirações de felicidade das pessoas cujo comportamento parece não atender às prerrogativas do heterossexismo compulsório e o seu discurso é inquestionável e irrepreensível. Ou seja, a mera pressuposição de que os dois indivíduos são homossexuais assegura uma verdade (CALEGARI, 2013, pp. 25-26).

A homofobia se desenvolve de forma mais latente no conto a partir do episódio citado e os protagonistas tornam-se estranhos ao espaço heterocentrado que os segrega, devido à desconfiança que esse espaço mantém sobre os dois. A não inclusão no meio social – representado pela repartição – pode ser interpretada na representação do sonho de Saul: devido ao afastamento de Raul, decorrente da morte de sua mãe, Saul sentiu-se solitário no trabalho e, em dada noite, sonhou que “caminhava entre as pessoas da repartição, todas de preto, acusadoras. À exceção de Raul, todo de branco, abrindo os braços para ele” (ABREU, 2005, p. 138). A alusão às cores branca e preta faz referência à segregação a que os protagonistas foram submetidos – o preto acusador está ligado à negatividade com que a homofobia é auferida no conto, enquanto o branco remete à idoneidade das personagens principais que estão sendo subjugadas socialmente.

No retorno de Raul aos seus hábitos cotidianos, a sua ligação com Saul se tornou mais evidente e ambos compreenderam que se sentiam confortáveis quando estavam juntos, mesmo que só demonstrassem afeto em momentos íntimos e sob efeito de álcool. Na noite de ano-novo, o narrador cita que os dois beberam muito, brindaram à amizade que não acabaria e, no final da celebração, quando foram dormir, demonstraram desconforto em estarem no mesmo ambiente, nus, não conseguindo disfarçar o inconveniente:

[f]oi na noite de 31, aberto o champanhe na quitinete de Raul, que Saul ergueu a taça e brindou à nossa amizade que nunca vai terminar. Beberam até quase cair. Na hora de deitar, trocando a roupa no banheiro, muito bêbado, Saul falou que ia dormir nu. Raul olhou para ele e disse você tem um corpo bonito. Você também, disse Saul, e baixou os olhos. Deitaram ambos nus, um na cama atrás do guarda-roupa, outro no sofá. Quase a noite inteira, um podia ver a brasa acesa do cigarro do outro, furando o escuro feito um demônio de olhos incendiados. Pela manhã Saul foi embora sem se despedir, para que Raul não percebesse suas fundas olheiras (ABREU, 2005, p. 139).

O comportamento circunspecto de Raul e Saul, segundo a voz narrativa, reitera a proposição de Lizandro Calegari ao afirmar que “Aqueles dois” é um conto sobre homofobia, visto que o relacionamento homoafetivo sugerido na narrativa não pode ser externado devido à repressão que o meio social em questão impõe, no qual “os sujeitos homoeróticos criam espaços flexíveis e estranhos ao ambiente heterocentrado e tornam-se marginalizados, o que implica a dificuldade de construção de identidades fixas” (PORTO, 2005, p. 29). Nesse conto, a marginalização imposta aos homossexuais se conclui quando os protagonistas são chamados à sala do chefe para discutir a “relação anormal e ostensiva” (ABREU, 2005, p. 140) a que estavam sendo condenados – em cartas anônimas, os colegas de trabalho demonstraram um discurso pejorativo em relação à homoafetividade. Nessa circunstância, Raul e Saul foram demitidos, sob o argumento de que “tenho-que-zelar-pela-moral-dos-meus-funcionários” (ABREU, 2005, p. 140), deixando a repartição em seguida.

Nos últimos parágrafos, quando Raul e Saul saíram do prédio onde trabalhavam, o narrador apresenta a sua visão crítica acerca da sociedade que representa no conto, expondo que os indivíduos com “comportamento doentio” e “psicologia deformada” (ABREU, 2005, p. 140) são aqueles que discriminam e não os discriminados. Sob um tom melancólico, sentencia àqueles que permaneceram naquele deserto de almas – “parecido com uma clínica psiquiátrica ou uma

penitenciária” (ABREU, 2005, p. 140) – a serem infelizes para sempre, levando consigo o preconceito que os caracteriza.

Diante da dificuldade de julgar a legitimidade do relacionamento homoafetivo de Raul e Saul, é possível analisar que em “Aqueles dois” o foco não está na suposta relação e sim na sociedade – os valores e a conduta que norteiam o comportamento da maioria social são postos em destaque para evidenciar a manipulação a que a cultura hegemônica submete os indivíduos que nela transitam. A construção dos protagonistas questiona as noções fixas de identidade, além da constatação de que o heteropatriarcado não suporta as constituições identitárias subjetivas; e, por isso, essas personagens se apresentam de maneira fragmentada, indicando as suas dificuldades de identificação com os padrões estipulados. A performance conferida às personagens centrais condiz com o ambiente em que estão inseridas e se impregna nelas de modo a não possibilitar as suas identificações individuais, uma vez que “não tinham preparo algum para dar nome às emoções, nem mesmo para tentar entendê-las” (ABREU, 2005, p. 132). Citando Kobena Mercer, Hall (2011) elucida essa problemática ao averiguar que “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (MERCER apud HALL, 2011, p. 9), e, sob essa perspectiva, é possível compreender que, à luz de quem narra, a construção das identidades de Raul e Saul se faz de forma crítica, visto que o exterior se sobrepõe às suas subjetividades.

Assim sendo, a perspectiva narrativa adotada remete aos preceitos da teoria *queer*, pois tal perspectiva não condena a multiplicidade de representações sexuais e questiona o posicionamento heteronormativo da sociedade. O discurso vinculado à supremacia heterocultural direciona a perspectiva criada em “Aqueles dois”, uma vez que o narrador usa artifícios que presumem a homoafetividade entre Raul e Saul, refletindo, dessa forma, o meio social no qual a narrativa se desenvolve, caracterizado pela imposição de valores heteropatriarcais e legitimação de atos preconceituosos, alicerçados pelo conceito de verdade que a sociedade ditatorial impôs. A história narrada já pode ser presumida no subtítulo do conto – história de aparente mediocridade e repressão – e a perspectiva adotada se confirma na sua conclusão, pondo em destaque a homofobia e suas consequências.

3.1.3 *Duas iguais* e a inexpressão do amor

Luiz Ruffato resenhou na contracapa da edição de 2004 que o amor – esse algo indefinível que nos torna parte da Humanidade – é o tema de **Duas iguais**. Escrita em 1998 por Cíntia Moscovich, a novela apresenta a expressão do amor entre Clara e Ana, a partir da perspectiva da primeira, que conduz a narrativa à sombra de argumentos melancólicos e introspectivos, pertinentes à reflexão sobre um sentimento que não ousa dizer o seu nome.

Narrando em primeira pessoa – na maior parte da novela –, Clara expõe já no prefácio a sua intenção enquanto narradora: “[e]u queria contar uma história de amor” (MOSCOVICH, 2004, p. 11), e, posto isso, dá início à lembrança de sua vida, desde a adolescência. Já nos primeiros parágrafos, fala da sua relação com Ana e os questionamentos que ambas têm sobre elas mesmas, sobre o modo que devem agir e como expressar os seus sentimentos. Ana, inquiridora, detinha as perguntas, e Clara não sabia respondê-las naquele momento – sempre indagando sobre as dúvidas que lhes acometiam, a narradora reflete:

[p]assados muitos anos, me rendo aos fatos e percebo que, em parte, assimilei algumas inquietações dela, espécie sofisticada de mimetismos; nós, as duas, sempre nos tornando muito parecidas, nossas adolescências fluindo e as dúvidas permanecendo; eu, ainda hoje inquieta, sem saber se Deus existe e como se usa, afinal, o raio da crase. Ambas as coisas e todas as outras dependem exclusivamente da fé. Existiu, me pergunto, algum momento em que fomos perfeitamente iguais? (MOSCOVICH, 2004, p. 16).

Conduzida pela dificuldade de expressão, Clara sente-se responsável por não obter as respostas para as inquietações de Ana, visto que possuía as mesmas dúvidas, assemelhando-se ainda mais à companheira. Nesse sentido, a narradora tende a buscar as características que as definem iguais, utilizando, inclusive, a analogia à crase para representá-las sob essa condição e, conseqüentemente, incitando ao seu discurso um tom grave que reflete a sua aflição.

Esse “acento grave” poderia ser, de várias formas, a definição do livro. Como se sabe, é ele que marca a crase, quando ocorre a contração de dois “a”. *Duas letras iguais* que se fundem perfeitamente (*krasis*, em grego, significa mistura). Não por acaso, Clara, logo nas primeiras páginas, compara dúvidas relativas ao uso da crase à existência de Deus. Não se trata de simples questão de dilemas. [...] O tom ora melancólico, ora sofrido, ora jubiloso de Clara provoca a adesão do leitor e da leitora às suas buscas por uma expressão adequada (LEAL, 2010, p. 78, grifos da autora).

Como analisado por Virgínia Leal (2010), o discurso grave norteia a novela, uma vez que nela Clara relembra os seus conflitos existenciais, tendo a sua vida marcada por escolhas que não condizem com as expectativas de sua família. Introduzidas na cultura judaica, as protagonistas travam um embate entre as suas identidades subjetivas e os padrões sociais, desenvolvendo as suas trajetórias de acordo com a superação dos obstáculos impostos. Clara pertencia a uma família judia, a qual se estrutura centrada na figura paterna, enquanto Ana, além de não ser judia, tinha uma configuração familiar mais tolerante, sendo os seus pais acusados de comunistas no período da ditadura militar.

A configuração social define, em alguns episódios, as escolhas e caminhos seguidos pela narradora, uma vez que Clara, por um lado, é aprisionada pelos padrões socioculturais que a circundam, mas, por outro, os transgride, dando prioridade à sua subjetividade e não limitando-se às imposições sociais. O pai é personagem importante da narrativa porque desperta admiração em sua filha, mesmo que atribua a ela as responsabilidades que a angustiam, decorrentes do conservadorismo comportamental característico. De acordo com Clara, o seu pai era “adorado e temido” e trazia consigo pensamentos que divergiam dos seus, como a aversão que desenvolvera em relação à amizade com Ana, já que, para ele, a amiga representava uma ameaça por destoar dos padrões culturais que norteavam o meio social no qual ele e sua família estavam inseridos. Por conseguinte, também foi contrário à escolha profissional da filha – que dava indícios de sua preferência pelo jornalismo desde a escola –, acreditando que se tratava de uma escolha subversiva para a época e a julgava consequência da influência que Ana tinha sobre Clara. Nesse sentido, o pai é representante da maioria social, assumindo características heterocentradas, patriarcais, segregadoras e entendendo a expressão feminina como desviante.

Embora fosse considerada liberal pela narradora, Ana também se desenvolveu em um ambiente tradicional, sendo as suas inquietações e indagações reflexos da opressão heteropatriarcal. A personagem não sabia como expressar os sentimentos que a acometiam e, assim como Clara, preocupava-se com a opinião alheia, constrangendo-se em demonstrar publicamente o seu afeto por Clara, principalmente na presença do seu pai:

[e]stávamos nesta exata posição quando o pai dela abriu a porta. O coração de minha amiga se apressou. Ela deixou minha cabeça cair sobre suas

pernas, afastou o tronco de meu rosto, os seios fartos indo embora. Percebi que se assustara, que a presença do pai a intimidara, que se desvencilhara de mim como algo que a incomodava. Fiquei um pouco desnorreada. Na dúvida, deveria demonstrar segurança. Sentei-me, respondendo que sim, com prazer aceitava o suco de laranja que ele nos vinha oferecer. Quando a porta novamente se fechou, não pude voltar a me aninhar. Não compreendia o que se passara, mas, decididamente, Aninha havia se constrangido com a súbita visita (MOSCOVICH, 2004, p. 32).

O componente sociocultural é extremamente relevante para o desenvolvimento da novela porque, como exemplificado acima, conduz as escolhas das personagens, ou seja, o meio social e a cultura predominante são elementos que interferem nas suas constituições identitárias. A limitação expressiva pela qual as protagonistas estavam condicionadas reprimiu, também, o entendimento que tinham sobre elas mesmas e o desenvolvimento de suas performances, gerando conflitos internos em partes da narrativa:

[e]stávamos as duas inundadas de uma novidade assustadora. No meu peito, tudo se apertava, e era uma guerra de trincheiras o que eu gerava na sensação de angústia – essa angústia que, de uma forma ou de outra, nunca me deixou. Eu sabia que Aninha se dera conta. Evidente e óbvio. Cheguei a pensar que ela havia se dado conta muito antes do que eu (MOSCOVICH, 2004, p. 33).

A dificuldade de exprimir e nomear os sentimentos pode ser entendida pela configuração social vivida pelas protagonistas, visto que, dada a censura sexual histórica a que as mulheres foram subjugadas, era esperado que o homoerotismo trouxesse consigo os vestígios dessa repressão. Por conseguinte, o silenciamento imposto às mulheres socialmente pode ter acarretado o silenciamento das lésbicas, de modo que os seus comportamentos fossem moldados compulsoriamente de acordo com a heteronormatividade. As personagens, porém, tentaram transgredir às normas impostas e se permitiram aquele amor ingênuo, que é narrado com uma linguagem solene e sutil, em uma tentativa de transparecer os atos com dignidade, passíveis de serem narrados:

[o] contato me deliciava e aquele era o toque de todos os anjos. Não sabia o que viria a seguir; tudo o que queria era aproveitar aquela confusão de candura e desespero. Aninha, lábios úmidos, me acariciou os seios com uma ternura de pássaro. Estremeci, descobrindo arrepios de prazer. Repeti o carinho, comovida, amando aqueles seios com devoção. Abracei-a, descansando um instante no busto de leite morno. Deitou-se sobre mim, enlaçou minha perna direita com as dela e eu percebi, molhada e quente, a excitação que eu também sentia. Enroscada em mim, me apertando como uma tenaz de força desconhecida, começou um movimento de vaivém, roçando com quase ferocidade o sexo contra minha coxa, e eu entendi que

era assim que duas mulheres faziam. [...] Eu a ouvia e entendia que a pressa serve aos solitários, aos que agonizam, avulsos, sem o eco do prazer. [...] Me olhou, apoiada nas palmas das mãos, e pediu que eu me desse conta de que, naquela hora, éramos duas mulheres se amando e que nunca duas pessoas poderiam ser tão iguais (MOSCOVICH, 2004, pp. 38-40).

Tal transgressão só é realizada pelas protagonistas em ambientes privados, e, mesmo que as demais personagens suspeitassem do envolvimento homoafetivo de Clara e Ana, não havia a confirmação por parte de ambas. O condicionamento marginalizado a que tal envolvimento é sentenciado afasta o sujeito homoerótico do convívio social, atitude essa que pode ser percebida na descrição da narradora: haviam “sumido do mundo” (MOSCOVICH, 2004, p. 42) – Clara afastou-se do convívio familiar e, em represália, seu pai tornou-se agressivo, mesmo que não externasse a sua reprovação, pois “também sabia que duas meninas não suportariam uma situação clandestina por muito tempo” (MOSCOVICH, 2004, p. 42).

A reprovação social, baseada na suposição do relacionamento homoafetivo, complementada pelos conflitos existenciais que as protagonistas traziam consigo, foi agravada quando o questionamento sobre a relação veio a público e uma colega de escola indagou sobre qual das duas representava o homem da relação. Essa situação externou o conflito que anteriormente era somente interno às personagens:

[u]ma nova fase se instalara. Tínhamos sido delatadas. Os colegas, percebendo o que não podíamos esconder, começaram a falar. A falar, a observar e a rir. Por que riam de nós? Nós é que ríamos do mundo, o riso era prerrogativa nossa, minha e de Aninha. Com que direito eles se apropriavam de nosso instrumento de domar o mundo? Por que eles queriam nos domar? O que nós havíamos feito? Nós não éramos donas de nossas vidas, íamos aprendendo ou, vá lá, íamos nos dando conta. Mesmo que quiséssemos, era impossível não nos doermos com a maldade dos colegas (MOSCOVICH, 2004, p. 46).

No trecho acima, a narradora deixa clara a imposição dos padrões sociais segregadores que eram impostos naquele contexto, os quais, além de provocarem o silenciamento da expressão, também ocasionaram o banimento de Clara e Ana. Assustadas com a discriminação sofrida, perceberam que o afastamento seria inevitável, concluindo que “o amor não pode viver escondido, que o amor demanda reverência coletiva” (MOSCOVICH, 2004, p. 48).

A separação encerra a primeira parte da novela e inicia uma nova fase da narrativa. Após o acontecimento, Clara e Ana seguiram caminhos distintos – “enquanto Ana auto-exila-se em Paris, Clara penetra, pouco a pouco, nos umbrais do

mundo adulto, complexo e sutil, em Porto Alegre, ao fundo ouvindo-se ainda os barulhos da queda da ditadura militar” (RUFFATO, 2004, contracapa do livro).

A trama prossegue com Clara narrando a morte de seu pai e os desdobramentos desse evento na sua trajetória. A partir daquele momento, a personagem assume as responsabilidades antes atribuídas ao patriarca, ainda que esse não fosse o seu objetivo principal; no entanto, o fez em decorrência da subserviência que a figura paterna ainda imprimia em seu comportamento:

[s]im, sabia, sempre soubera: era essa a tarefa. Não alcançava compreender bem as razões de tal encargo; meu próprio pai, coisa de alguns anos, havia repetido o mesmo num tom grave em que se emaranhavam o peso da autoridade e o temor da súplica. Nunca me atrevera a perguntar por que ele me incumbia de algo que parecia demasiado para um espírito tão jovem (MOSCOVICH, 2004, p. 63).

Embora Clara fosse submissa à vontade do pai, se enquadrando no padrão sociocultural hegemônico, representava, ao mesmo tempo, a liderança familiar, uma vez que tinha os valores patriarcais incorporados em si. Percebe-se, no desenvolver da narrativa, que a personagem se destituiu de uma identidade subjetiva, assumindo uma performance condizente com a norma instituída, apesar de não se identificar com o modelo que representa. A sua identificação e expressão iam ao encontro daquele contexto do qual ela foi afastada compulsoriamente na adolescência, o que se comprova quando narra o primeiro contato que teve com Ana, através de um telefonema de condolências, quando a narradora descreve que teve “a humanidade imprevisivelmente restituída” (MOSCOVICH, 2004, p. 80).

O afastamento de Clara e Ana acentua o tom melancólico impresso na linguagem utilizada na novela. Nos capítulos “Ana em Paris” e “Ana ainda em Paris”, Clara dialoga com a antiga companheira, transformando a ausência em um componente marcante do texto literário e, assim, evidenciando que a sua construção identitária também se formou a partir dessa distância. Wanessa dos Santos, em sua dissertação **Memória e palavra em Cíntia Moscovich** (2010), analisa essa questão:

[o] segundo processo de reestruturação de suas lembranças ocorre quando o foco narrativo incide sobre Ana e o recurso utilizado é dirigir-se à personagem como interlocutora de Clara na segunda pessoa gramatical. Essa estratégia enfatiza uma espécie de jogo de duplos e espelhos criado logo no título da narrativa; dessa forma, se observada sob esse aspecto, a expressão “duas iguais” vai além do primeiro sentido óbvio relacionado à esfera homoerótica (SANTOS, 2010, p. 101).

A mudança da voz narrativa causa estranhamento ao leitor, pois não fica evidente se os fatos narrados aconteceram ou são apenas imaginados pela narradora. A estratégia utilizada é mais um dos recursos incluídos na novela para evidenciar que as duas personagens, mesmo distantes, se fundem em uma unidade.

A outra.

Teu duplo, réplica de ti, esta agora é que és. A outra que paira em ti desde sempre, que levita entre as camadas de tua pele, que te confunde os conceitos. Tua conformação já não te pertence porque é a outra que te constitui; mais do que insistente recordação, ela é tua matéria de amor. O suave visgo te escorre, como se da outra escorresse, brotam de teus dedos círculos e elipses, a outra de irresistível efeito sobre ti; o véu dos cabelos te queima as coxas, a língua te atíça a delicadeza. A outra, de formas adolescentes nas tuas formas que vão se engrossando; a outra, que, entretanto, é tu mesma, aquela da qual foste par, àquela a quem disseste que eras igual. Igual nessa hora em que te afundas em ti, que te concentras e que anseias (MOSCOVICH, 2004, p. 91).

Explicitando em toda a narrativa o descontentamento que a ausência de Ana lhe causara, Clara não buscou uma alternativa para tal infortúnio, já que sempre presou pelos valores que lhe foram passados, assumindo os encargos atribuídos. Percebia, porém, que as suas escolhas se baseavam nos interesses coletivos e as fazia “mesmo que isso significasse anular uma porção de outras opções igualmente possíveis” (MOSCOVICH, 2004, p. 112). Sob essas circunstâncias, se relacionou com Vítor, adentrando ainda mais nos padrões sociais instituídos, mesmo que as suas preferências subjetivas tenham sido contrárias – Clara tentou constantemente deixar as recordações de Ana em segundo plano e até sentiu-se atraída por uma colega de trabalho, Natália.

Em algumas partes que relata o relacionamento com Vítor, a narradora usa a terceira pessoa a fim de evidenciar o sentimento de não pertencimento às situações descritas, sentindo-se espectadora da própria vida:

[o] rosto de Clara, livre da moldura dos cabelos, parecia mais jovem e resplandecente. E assim resplandeceria, até que descesse o véu que lhe ocultaria as feições.

Finalmente, os acordes da marcha nupcial trovejaram pela sinagoga. Clara ergueu o queixo, arrumou o buquê entre as mãos. Deu um passo, o primeiro. Os convidados levantaram-se, provocando um pequeno tumulto (MOSCOVICH, 2004, p. 124).

As situações de desconforto com a sua vida percorrem a narrativa de Clara, principalmente ao descrever o seu casamento com Vítor – a melancolia dá lugar à apatia e a narradora estabelece um paralelismo entre o matrimônio e a enxaqueca

que lhe acompanhava. No decorrer da novela, a densidade só se restitui quando Ana volta ao Brasil, se comunica com Clara e essa classifica esse episódio como “a danação”. A linguagem rebuscada é retomada e as inquietações que surgiram no início da história reaparecem, indicando que não houve um desfecho para as duas – o uso da segunda pessoa e a interlocução com Ana voltam para enfatizar a coesão que elas pensam ter mutuamente.

Ana retornou doente e esse agravante foi uma forma de aquiescência encontrada para que as protagonistas se envolvessem. Ainda que sentissem os mesmos medos da adolescência, as personagens perceberam que não haveria outro momento para vivenciar aquela relação, uma vez que Ana estava debilitada e sentenciada à morte.

Medo, Ana, o medo de tudo virar um pasticho monstruoso do passado, de não haver nada mais do que a imagem em mim. Quis dar a volta e desistir, mais uma vez o medo, o medo que paralisa, que não se controla, que faz a gente perder o melhor, que teria sido a gente virar mulher, as duas, e poderemos testemunhar uma à outra. Por medo perdemos eu e tu o olho testemunhal e imprescindível; não vi, não viste: os nossos olhos perderam o sentido de posterioridade. Mas logo o metal das chaves girou na fechadura, o trinco se curvou ao cetim de tuas mãos; e me apareceste (MOSCOVICH, 2004, pp. 149-150).

O retorno de Ana, o diagnóstico da sua doença e decorrente morte concluem a trama narrativa proposta por Cíntia Moscovich em **Duas iguais**. Imprimindo mais confiança em suas decisões, Clara dá um tom convicto ao seu discurso, divorciando-se de Vítor e permitindo-se a expressão do amor homoafetivo; todavia, a doença de Ana é determinante para tal manifestação, fazendo o leitor indagar se haveria a mesma convicção em outras circunstâncias. Seguindo evidências no texto literário, tal questionamento é pertinente, pois a narradora repete as hesitações da adolescência referentes à relação entre elas.

Para sempre não existe, Ana. Muito tempo, periclitante tempo. Foi por isto que me levantei, colhi a roupa que ficara pelo chão. E me perguntaste aonde eu ia, que pressa era aquela. Não pude te dizer, Ana, não pude te dizer, mas eu tinha de ir embora, minha vida nunca pôde ser contigo e me esperava longe de ti (MOSCOVICH, 2004, pp. 154-155).

Clara transformou-se no produto do conservadorismo social, internalizando as suas normas e destituindo-se de subjetividade. A aparente covardia em expressar a sua afeição por Ana decorre dos valores que lhe foram impostos ao longo de sua vida, visto que permanece em constante dilema com a sua identidade construída porque

não identifica-se com os modelos restritivos existentes – assim como sua performance não condiz com a heteronormatividade, tampouco se reduz à identificação de lésbica. Na busca por um entendimento de si, reflete sobre a sua trajetória, percebendo uma aproximação com o comportamento de seu pai e tentando, ainda mais, reprimir os sentimentos por Ana. No entanto, no capítulo “Mais trapaças” conclui que suas escolhas sempre tolheram a sua subjetividade e que, portanto, deveria parar de trapacear o seu futuro.

Não posso voltar no tempo e mudar o passado; hoje eu sei, no entanto, que o futuro muda, sim, o passado. Depois de muitos anos, ao relembrar as coisas que foram, vejo, com complacência, um amontoado de equívocos entrecrocando-se no meio de um torvelinho de sentimentos. Não que me absolva de todo, longe disso; apenas desenvolvi uma refinada maneira de auto-indulgência. Eu me perdôo um pouco a mim mesma; meu marido, contudo, por mais cúmplice que tenha sido, nunca me perdoou de nada (MOSCOVICH, 2004, p. 199).

Nos momentos finais da narrativa, Clara expressou o seu amor por Ana através das três palavras antes impronunciáveis. Tentou, dessa maneira, reparar a distância e o tempo perdido em decorrência das imposições sociais – o medo da morte fez com que Clara proclamasse os seus sentimentos e, mesmo demonstrando pouca experiência na sua expressão, evidenciou ao longo da narrativa, através dos não-ditos e indagações, que o amor sempre existiu, corroborando com a intenção pretendida desde o prefácio.

Diz o prólogo que, “como a vida, os fatos são fragmentários e a coerência suspeita”. Assim é firmado o pacto com o leitor: o afeto será o principal fio condutor de toda a estrutura, recurso que permite a exploração de uma linguagem que, se em qualquer outro contexto poderia ser acusada de piegas, se mostra fundamental à lógica dessa, por ser a responsável por marcar a personalidade da personagem/narradora. O eixo temático do livro – que poderia receber o rótulo de homoerótico – torna-se secundário diante de sua organização estrutural. Ao longo de dezesseis capítulos, acompanhamos o amadurecimento das meninas de modo tão linear quanto a memória de Clara consegue relatar (SANTOS, 2010, pp. 97-98).

A história pretendida foi concretizada, mesmo que de forma desviante da tradicional, pois Clara apresentou nessa novela uma história de amor, através da sua inexpressão. Após a morte de Ana, a narradora-protagonista retoma a sua vida, afirmando as suas convicções e levando consigo o peso da ausência e a memória da sua adoração; mas, também, utilizou os dissabores vivenciados como condutores da sua nova perspectiva de vida, concluindo que “nunca mais, nos muitos anos que se

seguiram, deixei de contar a mim mesma o ocorrido, narrativas reflexivas cheias de imprecisões e de fantasias impacientes” (MOSCOVICH, 2004, p. 251). Percebe-se, a partir da análise do texto literário, que não é possível discutir identidade através de definições preestabelecidas historicamente porque as performances representadas na narrativa se adéquam aos episódios narrados, e que o amor – tema central da novela – exige expressão e não classificação.

3.2 As representações da homoafetividade nas narrativas analisadas: um estudo comparado²²

As narrativas analisadas nessa pesquisa incorporam as tensões sociais de suas épocas, agregando o momento repressivo característico do período ditatorial e, também, problematizando a homossexualidade dentro do contexto social. Essas narrativas se assemelham ao representarem indivíduos "diante de tendências conflitivas na vivência de sua individualidade: de um lado, um estímulo a essa diferenciação; de outro, obstáculos – tais como anonimato e indiferença – à realização desse intuito" (LEAL, 2002, p. 13); mesmo que as façam de formas distintas, favorecendo à noção de identidade subjetiva desenvolvida anteriormente. Alicerçado em tal argumento e complementado pela teoria *queer*, esse estudo tende a visualizar o conceito de identidade através da sua multiplicidade, assim como o fez Anselmo Alós:

[a] teoria *queer* possibilita uma ruptura epistemológica que desloca as noções tradicionais do sujeito como único, substituindo o conceito de um "eu" singular e unívoco pelo de um "eu" concebido performativamente através de um processo no qual são mobilizados atos repetitivos e estilizados (ALÓS, 2010, p. 856).

No estudo da representação do gênero masculino nos contos “Terça-feira gorda” e “Aqueles dois”, de Caio Fernando Abreu, já é possível pensar sobre a impossibilidade de reduzir tal conceito a uma definição unificada e inalterada. Percebe-se que, em ambas narrativas, a representação do corpo das personagens dá

²² Verificar-se-á que questões concernentes à autoria não serão aprofundadas nesse subcapítulo, visto que no capítulo 3 serão analisadas as diferenças nos discursos literários e, para tanto, as experiências, necessidades e vivências dos autores têm relação direta com as suas escolhas narrativas.

margem à possibilidade de enquadrá-las no conceito de masculinidade hegemônica, visto que são exibidas como indivíduos “normais”, os quais não apresentam atributos que deem conta da estereotipação comum às caracterizações de homossexuais.

Em “Terça-feira gorda”, o narrador-personagem oferece uma releitura da masculinidade a partir da afetividade entre homens, questionando a hegemonia discursiva que a associa à heterossexualidade em detrimento de outras formas de representação do gênero masculino. O mesmo acontece em “Aqueles dois”, quando as personagens Raul e Saul são caracterizadas a partir do conceito de masculinidade hegemônica, sendo aceitos socialmente devido a essa caracterização e segregados, posteriormente, quando a sua condição sexual não condiz com a representação corporal e, tampouco, com o padrão heteronormativo. Sem a pontuação de elementos que unam determinada representação corporal com masculinidade hegemônica ou subordinada, esse conceito se torna inapropriado para se associar à definição de gênero. Tal constatação permite a associação da construção de gênero com a representação do corpo, e, também, reitera a percepção de que não é possível uma indicação estática para tal determinação. O corpo, assim como o gênero, é “socialmente construído, tanto nas suas ações sobre a cena coletiva quanto nas teorias que explicam seu funcionamento ou nas relações que mantêm com o homem que o encarna” (LE BRETON, 2012, p. 26), e, portanto, o corpo agrega para si o binarismo imposto socialmente, sob o qual deve representar o masculino ou o feminino. Quando essa representação destoa da normatização, o corpo também é entendido como desviante, sendo submetido à marginalidade. Entretanto, nos contos de Caio Fernando Abreu, os corpos representados condizem com a normatização imposta, mas estão associados a personagens homossexuais, pondo em xeque as posições ideológicas disseminadas e perpetuadas através das relações sociais de poder, criando um embate entre várias perspectivas discursivas.

A representação do gênero feminino na literatura homoerótica também desconstrói o binarismo de gênero imposto socialmente. Nas relações homoafetivas entre mulheres, há uma dupla subversão ao padrão heteronormativo porque elas desestabilizam o sistema patriarcal, excluindo a figura masculina da relação. Nesse sentido, a homoafetividade feminina causa estranhamento na cultura hegemônica, sendo, por consequência, difícil de ser representada ficcionalmente, pois seu discurso não se adéqua aos padrões heteronormativos. Em **Duas iguais** (1998), Cíntia Moscovich apresenta o relacionamento entre as personagens Clara e Ana em uma

narrativa fragmentada e subentendida, sendo que essa dificuldade de narrar um relacionamento homoafetivo entre mulheres pode ser entendida a partir da impossibilidade de enquadrá-las sob padrões hétero ou homonormativos.

Não sabíamos o que fazer conosco, como lidar com a marcha de amor e de desejo. Havíamos decidido alimentar a primeira paixão de nossas vidas e evitávamos explicações porque havíamos aprendido que as explicações nos levavam para algo do qual tínhamos medo. Duas meninas lésbicas, era sempre o que concluíamos quando tentávamos descobrir o que nos acontecia; era isso a que estávamos reduzidas e não cabíamos em tão maldita redução (MOSCOVICH, 2004, p. 41).

Esse fragmento exemplifica a concepção de identidade subjetiva de Foster (2009) apresentada anteriormente e reitera a impossibilidade de unificar o conceito de identidade – tanto heterossexual quanto homossexual –, assim como a padronização do conceito de gênero. As personagens não se identificam como pertencentes à ideia de feminino e, tampouco, se entendem como homossexuais, e, portanto, além de sofrerem com a marginalidade imposta socialmente, também padecem por não se identificarem com nenhum padrão estabelecido.

A linguagem criada nas narrativas é questão fundamental para suturar essa análise, posto que é a partir dela que se pode entender de forma mais abrangente a temática homoerótica no contexto literário. A dificuldade que tal assunto demanda em quaisquer textos é visível, porém cada um o trata de maneira distinta.

Em "Terça-feira gorda", o elemento verossímil da narrativa é percebido através da narrativa em primeira pessoa. Com linguagem clara e linear, o narrador explicita a relação homoafetiva; no entanto, toda a ação transcorre em uma festa de carnaval e as personagens estão sob efeito de drogas, permitindo a interpretação de que a ocorrência do encontro impulsivo do casal está condicionada a essa conjuntura. Desde o início do conto, o narrador cita o uso de diferentes bebidas alcoólicas e outras drogas sintéticas, o que leva a supor que ambas as personagens estão com as suas funções cognitivas comprometidas.

Ele enfiou a mão dentro da sunga, tirou duas bolinhas num envelope metálico. Tomou uma e me estendeu a outra. Não, eu disse, eu quero minha lucidez de qualquer jeito. Mas estava completamente louco. E queria, como queria aquela bolinha química quente vinda direto do meio dos pentelhos dele. Estendi a língua, engoli (ABREU, 2005, pp. 57-58).

Em "Aqueles dois", as drogas também guiam a expressão da sexualidade dos protagonistas, pois eles dissimulam um afastamento quando estão em locais públicos

– cruzando-se "silenciosos, mas cordiais" (ABREU, 2005, p. 134), e só se permitem uma aproximação em situações reservadas, estando geralmente bêbados. A narrativa em terceira pessoa dá margem à desconfiança sobre a relação entre Raul e Saul porque a linguagem utilizada na descrição dos sentimentos e momentos íntimos é fragmentada, deixando a homoafetividade subentendida. Já em **Duas iguais**, a linguagem é truncada e substancial para o entendimento da novela, visto que ela orienta a expressão dos sentimentos entre Clara e Ana – através da perspectiva da primeira, a narradora-protagonista, sabe-se da afetividade que as duas personagens desenvolvem desde a adolescência; mas, principalmente, na interpretação das entrelinhas – do não-dito – e da dificuldade de narrar o conturbado relacionamento é que se torna possível concluir que essa não é uma história fácil de ser narrada.

Tem sido assim desde o princípio: a história dos meus dias, a história da minha vida, cada história que posso contar guarda em si outra história, inenarrável. [...] As palavras e as sentenças, desta forma, no máximo podem flutuar acima do que quero – ou do que pretendia o dizer (MOSCOVICH, 2004, p. 11).

Os discursos impressos nos textos literários absorvem a repressão que a temática homoerótica impõe socialmente, além de situarem-se no período ditatorial, que acentua a censura sobre a livre expressão. Nas narrativas analisadas, o discurso homoerótico é norteado pelo preconceito relacionado à homoafetividade e pela dificuldade de explicitar o relacionamento amoroso entre as personagens perante a sociedade opressora. Percebe-se, contudo, que a construção das relações entre as personagens masculinas criadas por Caio Fernando Abreu apresenta maior maturidade do que a que foi criada por Cíntia Moscovich para dar vida à Clara e Ana. Isso acontece muito pela influência que a sociedade possui ao tratar sobre o tema, pois o relacionamento de gays já é visto com mais naturalidade – ou menos imoralidade – do que de lésbicas, tornando a narrativa que expõe a homossexualidade feminina mais vaga e difícil de ser contada. De acordo com Virgínia Leal:

o discurso de Clara transforma-se de acordo com seus estados emocionais e físicos. Como se trata da rememoração de suas perdas amorosas, devido à morte de seu pai e da renúncia do amor de Ana, o seu discurso é denso, nostálgico e grave (LEAL, 2007, p. 125).

Além do exposto acima, Caio Fernando Abreu adota um tom denunciante em seus contos, reconstruindo "experiências sociais marcadas pela imposição de valores

morais e padrões de conduta estabelecidos por uma sociedade autoritária e por um sistema político repressivo" (PORTO, 2005, p. 44). Esse talvez não tenha sido o objetivo de Cíntia Moscovich ao construir a sua novela, a qual tende a problematizar com mais afinco os dilemas existenciais e conflitos internos das protagonistas – principalmente Clara; porém, as narrativas se aproximam quando destituem as personagens de uma identidade homossexual una, dando-lhes características fragmentadas que validam a concepção de indivíduo pós-moderno.

As diferenças na representação do homoerotismo também são visíveis na exposição do ato sexual e na distinção do que é amor e o que é amizade. Pelas mesmas razões que os relacionamentos entre homens são mais aceitos do que entre mulheres, torna-se mais confortável narrar uma relação sexual entre gays, evidenciando, dessa forma, a influência que o meio social exerce sobre a literatura, a qual é suscetível à discriminação tanto de gênero quanto de condição sexual. Em “Terça-feira gorda”, o envolvimento entre as personagens masculinas – ambas inominadas – é narrado a partir da atração sexual que sentem mutuamente, sendo que o relacionamento homoafetivo se desenvolve a partir desse envolvimento. No seu progresso, o conto expõe a relação sexual em que as personagens atuam, através de uma linguagem clara, a qual deixa evidente o acontecimento narrado:

[t]iramos as roupas um do outro, depois roamos na areia. Não vou perguntar teu nome, nem tua idade, teu telefone teu signo ou endereço, ele disse. O mamilo duro dele na minha boca, a cabeça dura do meu pau dentro da mão dele. O que você mentir eu acredito, eu disse, que nem marcha de Carnaval. A gente foi rolando até onde as ondas quebravam para que a água lavasse e levasse o suor e a areia e a purpurina dos nossos corpos. A gente se apertou um contra o outro. A gente queria ficar apertado assim porque nos completávamos desse jeito, o corpo de um sendo a metade perdida do corpo do outro. Tão simples, tão clássico (ABREU, 2005, pp. 58-59).

Há, no conto, uma valorização do corpo e explicitação do desejo sexual entre as personagens masculinas, corroborando, então, com a ideia de transgressão prevista pela perspectiva *queer*, que rejeita a heterossexualidade compulsória como única forma de representação sexual legítima e aceitável socialmente. De acordo com Calegari, “o movimento dos corpos, em consonância com o ritmo da festa carnavalesca, sugere, além de uma imagem que se filia ao ato sexual, a instabilidade, a falta de firmeza, a perspectiva de desmoronamento de um conjunto de normas estimulado pelo modelo heteronormativo”, rompendo, dessa forma, “com o projeto

autoritário e excludente” e promovendo “um modelo de inclusão social” (CALEGARI, 2009, p. 4).

A relação sexual narrada em “Terça-feira gorda” se configura sob uma linguagem clara e linear – e não vulgar –, ficando evidente o acontecimento relatado e permitindo, portanto, a constatação da possibilidade assegurada de narrar abertamente o ato sexual entre gays.

A diferença perceptível na descrição das relações sexuais entre a narrativa de Caio Fernando Abreu e de Cíntia Moscovich, em **Duas iguais**, está atrelada à linguagem utilizada para narrar o acontecimento. Enquanto o escritor apresenta uma narrativa objetiva, sem aparente dificuldade de representar o ato sexual, a autora se apropria de recursos linguísticos sofisticados e formais, os quais lhe auxiliam no momento de descrever as cenas de sexo entre Clara e Ana. Dessa forma, fica evidente, através da sutileza da linguagem, o desconforto que essa narração provoca, visto que o tom solene e denso é característico nesse momento:

[n]ão pude ver além, eu me desesperava, a divindade de carne e de formas redondas, e tu não me dizias nada, me enlaçavas no duro e possante abraço, me afogando na pedra dos teus seios, a pedra da memória, que nunca mais vou esquecer, a pele pedra pintalgada de tom rosa, cortada no fundo de azuis. E, como tanto ansiasse por te sentir, me despiste, me descobriste, o desejo flutuando ali, à flor. O desmaio de ver teu seio no meu seio, a turgidez dos bicos, tua rosa rasgando a minha pele, vergões sulcos. E tua mão de unhas curtas espalmada no meu ventre, o toque de teus ossos, tuas cartilagens afundando em mim, o frio contra o calor, os dedos me penetrando aquosos, deslizando no desejo que me emanava, e sorriste porque a vida inteira sorriste ao constatar o efeito que tinhas em mim. Eu te recebi, poderosamente, numa ânsia que, antes tragada para dentro do atônito, agora se desembaraçava. Chupei as preces nos teus lábios, os dentes incandescendo em brasas. Eu te queria, eu te queria a ti, e foi o que te disse, o que consegui murmurar, e logo deslizávamos flanávamos sobre a colcha, manchando o tecido com desejo dúctil e transparente. Tu, sempre uma fruta, Aninha, sempre doce e vermelha, sumarenta, polpuda, o sumo escorrendo de ti, torrencial, torrencial, pespegando-se na minha garganta, diluindo-se no estômago, e era o improvável impossível, tu dentro de mim, como sempre deveria ter sido (MOSCOVICH, 2004, p. 153).

O discurso vinculado às personagens femininas traz consigo uma melancolia, sócia à dificuldade de expressar o relacionamento afetivo entre mulheres. A experiência homoafetiva lésbica promove uma dupla transgressão à heterormatividade, visto que, além de ser percebida como desviante da cultura patriarcal, também não se situa nos padrões marginalizados, pois exclui a figura masculina da relação. A dificuldade de inserir-se no meio social auxilia na impossibilidade de externar a homoafetividade feminina, e, quando o faz, deve ser

através de discursos polidos, permeados de uma linguagem culta, a fim de não chocar e, também, ser permitida a expressão. A relação homoafetiva apresentada em **Duas iguais** chama a atenção em um primeiro momento, mas, em uma leitura mais crítica, é possível perceber que se trata de uma história de amor. Wanessa dos Santos defende essa perspectiva em sua dissertação **Memória e palavra em Cíntia Moscovich**:

[a]s personagens vivem uma história de amor como outra qualquer – idealizada, triste, profunda e visceral como são as histórias de amor da adolescência. Se à primeira vista é o amor homossexual o que diferencia **Duas iguais** de um romance que desenvolve tramas de desencontros entre um homem e uma mulher, basta uma leitura mais aprofundada para encontrar o relato de um tema universal: a impossibilidade de realização configurada na dificuldade do ser humano de vivenciar os seus desejos (SANTOS, 2010, p. 98).

Percebe-se, portanto, que a temática que norteia a novela é o amor, isto é, um tema universal, comum a inúmeras obras literárias. Entretanto, a história narrada por Cíntia Moscovich é complementada por uma relação homoerótica e, por isso, sua narrativa é densa, uma vez que se baseia na parte emocional, a qual é difícil de ser exposta tanto na ficção quanto na realidade.

O relacionamento amoroso entre Raul e Saul, personagens de “Aqueles dois”, é narrado de forma menos truncada e fragmentada do que a narrativa de Cíntia Moscovich. Diferencia-se, todavia, do modo como são mostradas as histórias, pois, enquanto a novela é narrada, principalmente, em primeira pessoa, priorizando um discurso intimista e fragmentado, o conto apresenta-se em terceira pessoa, em que “os detalhes e a maneira como o narrador articula e apresenta tais pormenores equivalem, no plano social, a uma narrativa que fixa uma matéria fechada e que não admite outro tipo de opção sexual senão aquela regida pelo heterossexismo compulsório” (CALEGARI, 2009, p. 12). A proximidade entre as personagens Raul e Saul é descrita linearmente, sem causar estranhamento ao leitor em relação à homoafetividade; entretanto, o autor opta por problematizar a temática ao explorar a homofobia, mostrando a vigência dos padrões heteronormativos dentro do texto literário:

[q]uando janeiro começou, quase na época de tirarem férias – e tinham planejado juntos quem sabe Parati, Ouro Preto, Porto Seguro –, ficaram surpresos naquela manhã em que o chefe da seção os chamou, perto do meio-dia. Fazia muito calor, suarento, o chefe foi direto ao assunto: tinha recebido algumas cartas anônimas. Recusou-se a mostra-las. Pálidos, os

dois ouviram expressões como “relação anormal e ostensiva”, “desavergonhada aberração”, “comportamento doentio”, “psicologia deformada”, sempre assinadas por Um Atento Guardião da Moral (ABREU, 2005, pp. 139-140).

A recepção do homoerotismo também se diferencia nas narrativas analisadas, pois não há uma receptividade positiva em relação aos casais homossexuais; contudo, percebe-se que, enquanto a problemática central de aceitação da homoafetividade masculina está vinculada ao meio social, o conflito entre as lésbicas é interior e exterior. As personagens femininas não se entendem como homossexuais e, a partir da dificuldade de se integrarem a um padrão de gênero, também não conseguem expressar os seus sentimentos. O preconceito evidente nos textos literários deriva da falta de amadurecimento da sociedade em relação à homossexualidade, apresentando-se de formas distintas, sendo que, em **Duas iguais**, o relacionamento é extremamente proibido, dificultando, inclusive a sua narração; já em “Aqueles dois”, o preconceito também é evidente, mas o relacionamento homoafetivo, considerado uma “relação anormal e ostensiva” (ABREU, 2005, p. 140) embora esteja apenas subentendido, não é proibido em sua totalidade, mas, sim, banido do meio social no qual está inserido. A palavra “aqueles” apresentada no título do conto já indica o afastamento conferido às personagens, as quais, mesmo que centrais no texto, são postas à margem, reafirmando a condição de ex-cêntricas que lhes é conferida.

Em “Terça-feira gorda”, o relacionamento homoafetivo é permitido, dada a naturalidade da narrativa, porém não pode ser compartilhado socialmente. A discriminação acontece mesmo no período do carnaval, porque o casal decidiu expor a relação publicamente, e, dessa forma, foram condenados por desviarem dos padrões heteroculturais. Calejari analisa que “os protagonistas não se comportam em conformidade com as convenções sociais e revelam para a sociedade que são sujeitos de interesses homoeróticos, algo que estimula o sentimento homofóbico” (CALEGARI, 2009, p. 6). A conclusão da transgressão à norma, então, é o ato homofóbico que resulta na morte de uma das personagens:

[f]echando os olhos então, como um filme contra as pálpebras, eu conseguia ver três imagens se sobrepondo. Primeiro o corpo suado dele, sambando, vindo em minha direção. Depois Plêiades, feito uma raquete de tênis suspensa no céu lá em cima. E finalmente a queda lenta de um figo muito maduro, até esborrachar-se contra o chão em mil pedaços sangrentos (ABREU, 2005, p. 59).

A morte também é a solução encontrada para o desfecho do relacionamento entre Clara e Ana em **Duas iguais**. A inviabilidade da relação homoerótica entre mulheres geralmente culmina na morte de uma das personagens – Ana, no caso dessa novela –, corroborando com a denúncia contra a opressão de mulheres que amam outras mulheres. A dificuldade de expressar na realidade a homoafetividade feminina se transveste, também, na dificuldade de representá-la na literatura, não havendo outro desfecho possível para a relação²³:

[a] figura retórica persistente do lesbianismo como não-representável, invisível e impossível traz para a representação exatamente o que, de acordo essa figura, permanece externo ao campo visual. Porque a invisibilidade lesbiana é precisamente, se não paradoxalmente, a estratégia de representação – até uma estratégia de visualização – a visibilidade da lésbica não pode ser pensada como correção (JAGOSE apud MIRANDA, 2008, p. 216).

Essas percepções acerca das diferenças entre os relacionamentos de gays e lésbicas salientam o fato de que, no interior do preconceito, há, ainda, uma subdivisão do preconceito, em que as lésbicas são mais desfavorecidas que os gays. Nesse sentido, Foucault (1988) analisa que, por sempre ter sido permitido aos homens uma maior liberdade sexual, as relações entre si acabaram sendo, também, toleradas. Nesse sentido, os gêneros representados nos textos literários trazem consigo os significados que o meio social imprime, afetando, assim, as suas representações:

[o] gênero, como o real, é não apenas o efeito da representação, mas também o seu excesso, aquilo que permanece fora do discurso como um trauma em potencial que, se/quando não contido, pode romper ou desestabilizar qualquer representação (LAURENTIS, 1994, p. 209).

Se, por sua vertente *queer*, as narrativas contribuem para uma nova representação das sexualidades não hegemônicas, a dificuldade de expressão e o preconceito narrado dão a entender o efeito contrário, pois, para contar essas histórias homoafetivas, os discursos devem se adequar à heteronormatividade. Mesmo que

²³ Percebe-se uma unidade nos desfechos das narrativas de Cíntia Moscovich que envolvem relacionamentos homoafetivos entre mulheres. Em *Duas iguais* e no conto “À memória das coisas afastadas” (2002), onde há a narração do ato sexual – a morte é a solução encontrada para concluir as tramas, evidenciando a inviabilidade da relação. Já quando não há a consumação do sexo, o afastamento parece ser a punição suficiente para a subversão – como em “Cartografia” (2004) –, confirmando o interdito da ideologia heterossexista, pois não rompem com os pressupostos que fundamentam a opressão.

nelas sejam representados relacionamentos homoafetivos, elas tendem a se aproximar dos padrões heteroculturais, seja através do discurso fragmentado e a dificuldade de expressão do sentimento homoafetivo, decorrente dos obstáculos impostos socialmente, que condicionam essa minoria à margem da sociedade, seja por meio dos desfechos narrativos que geralmente culminam no isolamento ou morte das personagens. Todavia, cabe a reflexão de que as narrativas em questão expõem histórias simples e clássicas de relacionamentos afetivos triviais, e a principal distinção visível entre elas e as que se enquadram na cultura hegemônica é o olhar sentencioso que o meio social imprime sobre as narrativas que são analisadas nessa pesquisa.

4 Literatura e sociedade: a interferência do meio social no texto literário

*Não acredito em homossexualidade ou heterossexualidade, acredito em sexualidades. A sexualidade humana é muito ampla e pode se realizar de mil maneiras diferentes.*²⁴

Caio Fernando Abreu

Os textos literários, em sua maioria, trazem consigo elementos sociais em seus enredos – explicitamente ou não. As conexões entre literatura e sociedade se estendem desde a crítica direta ao meio social até aos valores que estão intrínsecos aos escritores e que são transpostos às narrativas, ou, então, ao público, na recepção das obras. Nesse sentido, entender o contexto social no qual as narrativas estão inseridas é parte fundamental do estudo baseado na Sociologia Literária, uma vez que engloba, na análise, as relações que ficção e realidade estabelecem.

A discriminação imposta à homossexualidade provocou, durante muitos anos, o silenciamento do tema na literatura, visto que são poucas as produções que abordam os relacionamentos homoafetivos dentro do universo literário. Em virtude dessa afirmativa, far-se-á uma explanação sintética – porém, importante – do percurso da literatura homoerótica²⁵ ao longo da história da literatura brasileira, a fim de exemplificar a marginalização a que a temática foi disposta.

As primeiras referências às práticas homossexuais de que se têm conhecimento na literatura brasileira derivam da obra de Gregório de Matos. Com linguagem revestida de sarcasmo e trocadilhos infames, o escritor cultivou a discórdia com algumas figuras públicas ao dedicar-lhes poemas que apresentavam conotação homossexual – foi o que aconteceu em “Marinícolas”, no qual satirizou o Provedor da Casa da Moeda de Lisboa, representando-o como um “ninho gentil”; e, também, em diversos poemas que destinou ao Governador Geral do Brasil, atribuindo-lhe adjetivos como sodomita e fanchono.

²⁴ Entrevista concedida a José Castello, do jornal *O Estado de São Paulo* (apud FACCO, 2004, p. 62).

²⁵ Literatura homoerótica é definida como uma manifestação cultural que expressa o amor sensual entre pessoas do mesmo sexo. Essa manifestação é geralmente explícita, mas não pornográfica.

Ao contrário do Boca do Inferno, Álvares de Azevedo poliu a sua alusão à homossexualidade através de um discurso característico do romantismo brasileiro. De acordo com a análise de Mário de Andrade (apud TREVISAN, 2000, p. 250), a obra do jovem poeta “nos leva a suposições psicopatológicas” do “medo do amor entendido como realização sexual”, posto que há conjecturas à sua inclinação homossexual. A análise das suas obras esbarra na temática homoerótica porque dispõe de elementos conflitivos que culminam no questionamento da sua sexualidade, como nas descrições das relações sexuais com mulheres que parecem superficiais, ou, então, através de sua correspondência com um colega da Faculdade de Direito, na qual há indícios do sentimento homoafetivo.

Até então, a homossexualidade apareceu na literatura através de poucas referências e sutis representações. Em 1895, Adolfo Caminha publicou o romance **Bom-crioulo**, o qual apresenta um protagonista negro e homossexual²⁶. Em meio ao esforço instaurado pela busca de uma identidade nacional, a literatura aderiu à causa, “aproximando o discurso literário do discurso médico, na tentativa de trazer à tona os devãos mais escuros da sociedade, para assim reabilitar (leia-se: controlar) o desviante” (TREVISAN, 2000, p. 253). Sob caracterização do movimento naturalista, Caminha dissecou a relação homoafetiva entre dois rapazes:

[n]um Brasil provinciano, recém-entrado na República, Caminha trata o amor homossexual com surpreendente naturalidade, como um dado entre dois homens do povo. É verdade que frequentemente ele tece comentários estereotipados, que refletem os preconceitos científicos de sua época, sobretudo ao chamar os dois amantes de “seres doentios”. Assim, o negro submete o loiro como faria com uma mulher (“só faltam nele os peitos”); e a homossexualidade do Bom-Crioulo é mostrada como um componente selvagem de sua negritude. [...] Entretanto, ali onde a ficção se deixa expandir, Caminha coloca-se quilômetros à frente do seu tempo (TREVISAN, 2000, p. 254).

Curiosa constatação se faz quando a homoafetividade masculina é abordada na literatura: a inclinação homossexual é estendida aos escritores. Tal indício já foi percebido na crítica da obra de Álvares de Azevedo e reproduz-se nas produções de alguns escritores do começo do século XX, como Olavo Bilac, João do Rio e Mário de Andrade; e, mesmo que esse dado não seja fundamental para o estudo das suas construções artísticas, pode ter influenciado no processo de criação e/ou recepção de

²⁶ Em 1890, Aluizio Azevedo já havia escrito *O cortiço*, mas esse romance dispndia de poucas páginas para representar a relação homoafetiva entre Léonie e Pombinha, como será analisado mais adiante.

suas obras. O primeiro autor, segundo estudo de João Silvério Trevisan, intitulava-se “o maior pederasta do país” (apud TREVISAN, 2000, p. 256). O segundo, já na sua estreia chocou a sociedade brasileira ao publicar dois contos com fortes alusões homoeróticas – “Impotência”, no qual um senhor rememora os amores adolescentes por colegas de escola e pelo jardineiro; e “Ódio”, que narra a obsessão de um rapaz por um colega, com indícios sadomasoquistas na trama.

João do Rio foi chamado de “Oscar Wilde tupiniquim”, pelo seu culto ao esteticismo decadista e à vida social, que ele retratava em suas crônicas jornalísticas – mas também por sua conhecidíssima homossexualidade. [...] Obeso, mulato, homossexual e afetado, em vida João do Rio tornou-se objeto preferencial de intrigas e zombarias: dele se publicou anonimamente a notícia de que “fora colhido em flagrante, num terreno baldio, quando entregue à prática de atos imorais, tendo como parceiro um soldado da polícia”. Por ocasião do ingresso de João do Rio na Academia Brasileira de Letras, o poeta Emílio de Menezes compôs uma quadrinha alusiva à sua “frescura”. [...] Seu contemporâneo Antônio Torres, que já o xingara publicamente de “larva nojenta”, ridicularizou a fundação do seu jornal **Pátria**, que deveria ser chamado de *Mátria* “porque em se tratando de (João do Rio) tudo é feminino”. [...] Com edições esgotadas ou raras, João do Rio é pouco mencionado nos compêndios de história da literatura brasileira. E quando acontece alguma menção, de modo bastante depreciativo, declara-se que sua obra “pertence inegavelmente à subliteratura” (TREVISAN, 2000, p. 260).

Quanto a Mário de Andrade, um dos principais ícones do movimento modernista brasileiro, a fama de homossexual também o perseguiu. Nas suas obras, no entanto, as referências homoeróticas são parcialmente veladas – se em alguns contos há a representação explícita do amor entre personagens do mesmo sexo, em outros são narradas apenas lamentações de paixões não correspondidas, as quais são transpostas ao narrador, indicando a temática homoafetiva. Os rumores relacionados à sexualidade do autor deixaram-no acuado, visto que alguns de seus colóquios com outros escritores foram maldosamente caracterizados como cartas de amor e, em consequência disso, Mário de Andrade lacrou parte da sua correspondência, permitindo a sua publicação somente em 1995. O conteúdo das cartas é incerto, visto que algumas estavam avariadas e outras – como as destinadas a Manuel Bandeira – sumiram; entretanto, especula-se que nessas haviam confidências relacionadas à homossexualidade do autor. As investigações acerca da sua sexualidade, portanto, só serviram para cercear a sua produção e dificultar a sua expressão artística, pois, apesar do mesmo ser reverenciado como um dos mais ilustres escritores brasileiros, sofreu uma discriminação social que possivelmente o inibiu intelectualmente.

Na literatura contemporânea, muitas alusões ao homoerotismo são encontradas, como nos romances **Capitães de areia** (1937), de Jorge Amado, **Mundos mortos** (1936), de Octávio Faria, os contos “O iniciado do vento”, de Aníbal Machado, e “A paixão segundo João”, de Dalton Trevisan, além da novela **Duas vezes Helena**, de Paulo Emílio Salles Gomes. Com a mesma temática, Gasparino Damata organizou, em 1967, uma coletânea de narrativas que reuniu importantes escritores brasileiros que abordaram o assunto em suas produções – nessa antologia, João Silvério Trevisan deu ênfase à inserção de **Grande sertão: Veredas**, de João Guimarães Rosa:

[e]ntre os ficcionistas já clássicos da moderna literatura brasileira, deve-se destacar o mineiro João Guimarães Rosa, com sua deslumbrante celebração à ambiguidade que é o romance **Grande sertão: Veredas**. Nesse épico da linguagem, o jagunço Riobaldo ama secretamente seu jovem parceiro Diadorim, cujas mãos brancas e olhos verdes despertam nele “amor mesmo amor, mal encoberto de amizade”. O enigmático Diadorim, que dos dois sempre fora o mais valente, tem sua identidade revelada coincidentemente na morte: ao desnudar o cadáver do amado morto, Riobaldo depara com o corpo de uma mulher. Assim, teria Riobaldo amado o reflexo feminino de um homem, ou o homem pressentido nessa mulher masculinizada que era Diadorim? Qual dos reflexos é real? Ou estaria o real no interior dos espelhos que refletem as máscaras? (TREVISAN, 2000, p. 263).

A indagação sugerida por Trevisan (2000) não questiona somente a expressão do homoerotismo no texto literário, mas pode ser adaptada ao meio social porque ambos absorvem os valores que coíbem as manifestações de inclinação homossexual. Assim, alguns autores que buscam enfrentar a barreira socialmente imposta distorcem a homoafetividade em suas narrativas, deixando-a subentendida, a fim de burlar a censura. Nesse sentido, Guimarães Rosa criou uma relação ambígua entre as personagens, a qual adentra “o território da falsa identidade que, no espelho do outro, torna-se verdadeira, de modo que seus personagens são eles mesmos e suas máscaras” (TREVISAN, 2000, p. 263).

Na década de 1970, o homoerotismo começou a ser abordado de forma mais explícita na literatura brasileira. Alguns autores transpuseram em suas obras as angústias referentes às suas condições sexuais, sendo possível indicar Aguinaldo Silva como um dos precursores de tal expressão desinibida, com o seu romance **Primeira carta aos andróginos** (1975), no qual explicita cruamente as relações homossexuais. Sob a mesma perspectiva, Caio Fernando Abreu produziu inúmeros contos que, dentro do cenário urbano, refletiam sobre o amor homoafetivo,

“carregando consigo uma sexualidade sem paz” (TREVISAN, 2000, p. 265). Além dele, Silviano Santiago produziu obras com a mesma temática e manifestava-se a favor de uma literatura engajada para tratar do homoerotismo; assim como Herbert Daniel, que representou a sua experiência e dificuldade enquanto homossexual no livro autobiográfico **Passagem para o próximo sonho** (1982).

A partir de então, é mais significativo o volume bibliográfico de textos literários que abordem a homoafetividade – masculina e feminina –, porém a crítica, sob o olhar dos padrões castradores, subjuga tal literatura como marginal. Nesse contexto, alguns escritores se destacaram pela audácia de transgredir os valores impostos socialmente, através de uma literatura desviante – é o caso de Glauco Mattoso, “que adota em sua obra um enfoque anarco-dadaísta frequentemente eivado de jogos semânticos, cujas nuances de magistral ambivalência devem-se à inserção do elemento obsceno” (TREVISAN, 2000, p. 267); e Valdo Motta, que “ousa abordar o sagrado a partir da desmunhecação e do obsceno, instaurando um tom de ambiguidade” (TREVISAN, 2000, p. 267).

Assim como no meio social, o espaço literário tem pouca referência à homoafetividade feminina em sua produção. Seguindo a cronologia historiográfica sobre a abordagem do tema na literatura brasileira, as limitações patentes na sociedade para tratar da temática foram transpostas à literatura e, por conseguinte, contribuíram para o ostracismo imposto às lésbicas.

Menos visível que a pederastia, o lesbianismo ou foi pouco percebido pelos homens de letras, ou sua abordagem evitada, por tratar-se de tema imoral e chocante aos brios masculinos. Ainda hoje, muitos homens sentem verdadeiro complexo de culpa quando deparam-se com lésbicas. Por ser assunto tabu, verdadeiro complô do silêncio destrói e esconde sistematicamente a história da homossexualidade, seguindo à risca o ensinamento inquisitorial do Apóstolo Paulo que determinou: “que estas coisas não sejam sequer mencionadas entre vós!” (MOTT, 1987, p. 64).

Algumas publicações surgiram e, desde o século XIV, encontra-se referência a personagens lésbicas na literatura em textos de cronistas quinhentistas, que narravam histórias sobre amazonas e “mulheres-machos”, manifestando intolerância à afetividade proferida entre as personagens. No Brasil, Gregório de Matos, além de criar narrativas aludindo à homossexualidade masculina, também o fez em relação à feminina, como no poema intitulado “A uma dama que macheava outras mulheres”, que escreve sobre Nise, uma bela senhora que tinha o “defeito” de gostar de outras mulheres. A construção arbitrária da protagonista representa o pensamento social

relacionado às mulheres homoafetivamente inclinadas desse período histórico, quando ainda tinha-se a concepção de que o desejo lésbico implicaria na performatização de características masculinas por uma das safistas – o autor descrevia Nise comparando-a com um conquistador masculino, definindo-a como “um homem para as mulheres”. Luiz Mott analisa esse poema e o seu contexto social da seguinte forma:

[a] maioria dos heterossexuais imagina que os (as) amantes do mesmo sexo devam necessariamente seguir o seu mesmo esquema relacional, definindo-se um sexo forte e outro frágil. Muito embora algumas homossexuais copiem o modelo hétero da bipolaridade macho-fêmea, ativa-passiva, ela não é absoluta, nem tampouco a aparência delicada de uma lésbica implica que ela há de ser passiva, ou que uma das parceiras tenha de ser varonil e ativar a relação. A formosa Nise escandalizava o Boca do Inferno exatamente por ser muito feminina e não obstante “macheou” outras filhas de Eva (MOTT, 1987, pp. 68-69).

É provável que Nise seja a única representação lésbica na literatura brasileira até o fim do período inquisitorial. A censura propagada durante esse momento coibiu a expressão da homoafetividade feminina; além disso, o desinteresse pela temática era notório no meio literário, uma vez que esse era composto, basicamente, por escritores do sexo masculino, os quais desconsideravam o amor lésbico por entenderem que não se tratava de um sentimento natural, de acordo com o patriarcado e os valores machistas vigentes.

Após anos de silenciamento, em 1870 foi publicado o romance **As mulheres de Mantilha**, de Joaquim Manoel de Macedo, em que é narrada uma relação lésbica, mesmo que ela tenha sido pouco explícita na narrativa. O amor entre mulheres é representado por Inês e Izidora, e, mais uma vez, o escritor atribui a uma das personagens características masculinas para justificar o sentimento que as acomete; todavia, as absolve da culpa inerente às lésbicas, revelando que Izidora era um homem travestido de mulher para fugir do recrutamento militar.

Em **As mulheres de Mantilha** Macedo reconstrói com precisão de etno-historiador e argúcia de psicólogo o universo doméstico de uma família burguesa, sendo uma das duas filhas do casal, Inês, 16 anos, quem desenvolverá bizarra paixão por Izidora, uma agregada de sua família. Na verdade, é só no final do romance que se esclarece que toda a paixão lésbica de Inês não passara de um fantasioso equívoco a que os juristas qualificariam como “erro de identidade” (MOTT, 1987, pp. 70-71).

Ainda que no Brasil estivesse latente o puritanismo oriundo da cultura europeia, a resistência à temática homoafetiva já estava sendo transposta no velho continente – Marquês de Sade e Balzac já escreviam, na França, sobre o lesbianismo em algumas de suas obras e, na literatura inglesa, **Recursos desesperados** (1871), de Thomaz Hardy, foi considerada uma das representações mais verossímeis sobre a temática na época da sua publicação.

Somente no final do século XIX uma relação lésbica foi narrada a partir de uma perspectiva realista no Brasil, destoando da literatura apresentada até então: trata-se de **O cortiço**, de Aluísio Azevedo²⁷, um dos principais expoentes do naturalismo brasileiro, que dispõe de poucas páginas para narrar o “idílio erótico da cafetina Léonie com a donzela Pombinha, mas que pelo seu realismo constituem excelente documentário de como provavelmente ocorriam tais relações eróticas envolvendo mulheres” (MOTT, 1987, p. 73). O romance apresenta duas caracterizações femininas bem distintas, visto que enquanto Léonie representava uma mulher liberal – prostituta, madura e independente –, Pombinha era o seu oposto, pois era definida como uma virgem de 18 anos, mimada e submissa à família. O relacionamento entre as personagens se dá devido à iniciativa e insistência da primeira e resistência da segunda, mesmo que, no final, ambas tenham consumado a relação, renunciando a razão em prol do instinto.

A narrativa criada por Aluísio Azevedo é marcada por uma perspectiva voyeurística, característica do machismo intrínseco, a qual supervaloriza a erotização da relação entre mulheres de forma fetichizada. Parece interessar no envolvimento entre as personagens somente a narração do ato sexual, uma vez que, ao expor o sentimento entre elas, o autor reforça a heteronormatividade, alegando que o amor entre mulheres é torpe e a jovem dama, ao recobrar a sensatez, arrependera-se dos atos sórdidos que praticara com a prostituta. O livro, mesmo tendo uma conclusão ancorada nos preceitos ditados pela cultura hegemônica, recebeu crítica ferrenha por incentivar o lesbianismo:

[n]a nossa literatura, temos sobre o tribadismo uma página bem crua, mas de um estilo colorido e vibrante. No **Cortiço**, livro que há de sobreviver a muitas gerações, o primeiro romancista nacional, Aluísio Azevedo, contou em frase de uma sonoridade de bronze e de uma opulência de mármore, a conquista de uma moça, ainda virgem e pura, por uma francesa dissoluta. Estes livros

²⁷ De acordo com Luiz Mott, já em 1882, Aluísio Azevedo “abordara a temática do amor entre mulheres no folhetim *Memórias de um condenado*, publicado inicialmente n’*A Gazetinha* e depois em forma de livro sob o título de *A condessa Vésper*” (MOTT, 1987, p. 73).

despertam na mulher curiosidades terríveis. Duas amigas se encontram, falam do romance que ambas leram, experimentam ao vivo a sensação que o escritor tão ardentemente descreveu, gostam do ensaio, transmitem adiante a descoberta, iniciam outras no segredo. E Safo vai assim conquistando adeptos, propagandistas de seu culto (CASTRO apud MOTT, 1987, p. 77).

Retomada no início do século XX, a temática homoerótica foi explorada novamente em 1905, por Domingos Olímpio, em **Luzia homem**, reiterando a concepção estereotipada das relações entre mulheres, na qual uma das protagonistas assumiu o papel masculino. Em 1916, foi lançada uma antologia de poemas portugueses e brasileiros chamada *O livro das cortesãs*, em que estavam incluídos poemas com títulos alusivos ao lesbianismo – como no poema chamado “Lésbia” –, embora não desenvolvesse o assunto nos enredos narrativos. Theo Filho, em 1922, escandalizou a sociedade brasileira ao publicar **Dona Dolorosa** – livro de contos que tinha como subtítulo “Anomalias sexuais” e que narrava diferentes tipos de aberrações sexuais. No conto homônimo, aparece referência ao safismo, em que a protagonista só atingia o orgasmo se mantivesse contato físico com uma vampira, trazendo consigo a perspectiva social que o circunda, explicando a homoafetividade feminina como uma degeneração hereditária, à luz do discurso científico pregado naquele momento. **Mademoiselle Cinema**, de Benjamin Costallat, é uma novela de 1924 que faz menção ao tribadismo e remete à história de Lesbos para fundamentar a condição sexual da protagonista como inspiração artística.

Até então, o registro sobre escritoras do sexo feminino que discorrem sobre a homoafetividade feminina é quase nulo; mas, em 1926, Laura Villares apresenta uma nova perspectiva em seu romance **Vertigem**. Semelhante ao **O cortiço**, propõe uma abordagem mais decorosa da expressão homossexual, refletindo sobre a censura que era imposta ao discurso feminino. De acordo com Bailey:

[a] autocensura, que às vezes pode calar a expressão erótica feminina em todas suas formas, encontra-se obviamente enraizada nas práticas sociais vigentes, que tanto procuram controlar a sexualidade feminina, como restringir o acesso da mulher a uma linguagem adequada à representação de sua sexualidade (BAILEY apud FACCO, 2004, p. 1).

Erotologia feminina e **Confissão da senhorita Safo** são duas traduções importantes que chegaram ao Brasil no final da década de 1920. O primeiro era um compêndio de textos escritos por sexólogos renomados na época, que classificavam os diferentes tipos de mulheres homossexuais, e, embora legitimassem a

compreensão da heterossexualidade natural e homossexualidade anormal, apresentavam discursos razoavelmente neutros, sem apelos divinos e sensacionalistas.

Escrito por “doutores”, este livro reforça a opinião corrente na Academia de que a heterossexualidade consistia na única expressão saudável e adulta de libido, apesar de reconhecer que nem tudo na homossexualidade era neurose e aberração: “Não resta dúvida que o amor sáfico é para a mulher mais fecundo em gozos materiais que o amor natural, embora por outro lado seja inferior a este do ponto de vista cerebral; a mulher goza com o homem satisfações mentais, emotivas, vaidosas, ternas, etc., que nunca poderia encontrar junto a uma de suas semelhantes” (apud MOTT, 1987, p. 87).

O segundo livro apresentava já no subtítulo a temática que seria abordada na narrativa, ao anunciar a “história ingênua e deliciosa de uma libertina precoce e de uma sociedade secreta de amor sáfico”, e, em nota preliminar, informava que “o livro que se vai ler é a história da seita anandrina ‘sem homem’ ou sociedade secreta das tribades de Paris que floresceu pelos fins do século XVIII”. Com o intuito de eximir-se da responsabilidade moral e penal da publicação, a tradução não divulgava o nome do tradutor, usando esse subterfúgio para tentar escapar da censura, pois não haveria responsáveis pela divulgação dos textos com o conteúdo reprovado socialmente. Sob um discurso onírico, o sentimento lésbico era representado como genuíno e natural, contrariando o pensamento vigente, e, também, trazendo à discussão a fragilidade atribuída ao segundo sexo, uma vez que refutava a opressão masculina.

O novo olhar sobre a posição feminina na sociedade permitiu publicações como o livro **Virgindade inútil e anti-higiênica**, de Ercília Nogueira, em 1924, no qual há algumas passagens referentes ao lesbianismo, sem adotar linguagem panfletária para transgredir a cultura hegemônica. Na década de 1930, a luta pelos direitos femininos e lésbicos aflorou e o meio literário foi envolto pelo discurso militante, exibindo narrativas que exploravam a homossexualidade feminina com clareza – é o caso do livro **O 3º sexo**, de Odilon Azevedo, que expôs a sua crítica ao patriarcado dominante e evidenciou o amor entre Inácia e Sônia; entretanto, a sua abordagem trouxe resquícios do discurso dominante porque conceituava o lesbianismo como uma anomalia oriunda de uma estrutura familiar devastada e caracterizava uma das personagens com aparência masculinizada.

Odilon Azevedo evitou cuidadosamente a pornografia: preferiu o discurso político ao erótico. Mais do que autocensura moralista, cremos que sua opção se deveu ao desejo de não rebaixar o nível de sua obra – as pessoas

interessadas em detalhes sobre o erotismo lésbico, que fossem à **Confissão da senhorita Safo**, ou que consultassem as fotos das tribades em diferentes poses no **Erotologia feminina**. O inédito de **O 3º sexo** é exatamente a postura e o discurso eminentemente lésbico-feminista da protagonista: isto só aí os leitores e leitoras poderiam encontrar (MOTT, 1987, p. 97).

Em 1933, foi editado o livro **Canções lesbianas**, que, mesmo sendo uma tradução do original francês, trouxe a introdução assinada por um brasileiro – Clofilo de Roxanarah, o mesmo que se omitira em **Confissão da senhorita Safo**. Escrito por Cydno de Mitilene, a obra remete às poesias de Safo e a própria autora é tida como uma reencarnação da poetisa, reproduzindo em crônicas e poemas as suas relações tribades. Nesse mesmo ano, o romance brasileiro **Famílias**, assinado por Chrysanthème, foi publicado apresentando uma personagem – Natalina Vieira – com tendências sáficas, e nele foi representada a decadência moral da burguesia carioca no final da década de 1920. De acordo com a pesquisa de Luiz Mott, o romance se desenvolve em contexto semelhante ao de **O 3º sexo**, descrito anteriormente.

Além das referências passageiras e fortemente antagônicas à homossexualidade – rotulada de anomalia, aberração, anormalidade –, **Famílias** retoma o mesmo refrão inflamado e antimasculinista das feministas radicais do Rio de Janeiro à época da publicação de **O 3º sexo**. No final do livro, envereda por um discurso moralizante e saudosista dos tempos vitorianos: “O Rio de Janeiro tenta civilizar-se, mas o sensualismo joga-o continuamente no chão, fazendo-o andar de quatro pés!” (MOTT, 1987, p. 104).

Nas décadas de 1930 e 1940, surgiram inúmeras obras científicas que abordam o lesbianismo. É possível perceber, a partir de então, o caráter comercial que a homossexualidade feminina adquiriu, obtendo *status* de fetiche em sua recepção, uma vez que “em termos de publicidade, estampar figuras lésbicas na capa do livro sobre anomalias do amor revelava-se comercialmente vantajoso” (MOTT, 1987, pp. 104-105), como na edição de **Psicoses do amor**, do qual duas lésbicas abraçadas estampam a capa, mas, no seu conteúdo, apenas quatro páginas se ocupam do assunto.

Nos anos de 1940, algumas traduções que remetem às relações lésbicas foram publicadas no Brasil e Nelson Rodrigues lançou o seu **Álbum de família**, em 1946, tendo duas personagens – Glória e Tereza – que desenvolvem relação homoafetiva em um internato, e, “descoberto este idílio lésbico, ipso facto as duas são expulsas, para que não contagiassem as inocentes” (MOTT, 1987, p. 105); além de tratar da temática em outros textos, como, por exemplo, em **O Casamento** (1966), em que o

adultério e o incesto eram passíveis de perdão, mas o lesbianismo não conseguia ultrapassar a barreira dos valores vigentes. Há, também, outras narrativas que abordam o assunto em seu enredo ainda na primeira metade do século XX, como **A estrela sobe** (1949), de Marques Rebelo, e **Contos reunidos** (1950), de Gastão Cruls, esse último que inclui o episódio “Carta de outro naípe”, em que duas jovens suicidas são encontradas e a motivação aparente para tal ato é o sentimento homoafetivo que possuem.

Lygia Fagundes Telles fez referência ao homoerotismo feminino em **Ciranda de pedra** (1954) e **As meninas** (1973). No primeiro livro, a personagem Letícia desperta o sentimento homoafetivo por outra, Virgínia; e, no segundo, há menções às relações sexuais entre as freiras de um convento. Maria de Lourdes Teixeira escreveu o livro de contos **O criador de centauros** (1964), que apresenta uma personagem homossexual, no capítulo “A prisioneira” – nele, o desfecho da narrativa é dramático, mas comum às tramas que desenvolvem o mesmo assunto.

Morta de dor e de vergonha ao ver o seu amor poluído como um pássaro de mágica beleza que tomba ferido na lama e se transforma num punhado de matéria imunda, Maria Rita fugiu, sentindo que havia perdido Jeni e que ela própria também estava perdida para sempre. E sabia, sabia como uma clarividência mortal e horrivelmente inequívoca – como a luz de um farol que lhe provocava uma dor aguda nos olhos e nos nervos – sabia que no paredão do seu desvalimento, só duas frestas existiam por onde lhe seria possível escapar à sua cela de prisioneira: ou morrer imediatamente ou entregar-se ao seu anômalo destino (TEIXEIRA apud MOTT, 1987, pp. 118-119).

Cassandra Rios pode ser considerada uma das escritoras mais representativas que desenvolvem a homoafetividade feminina em seus textos literários, e, devido à recorrente abordagem à temática, foi comumente execrada e segregada à condição de sublitteratura – ou literatura marginal – pela crítica da época. Entre os livros que tratam abertamente sobre o lesbianismo, é possível citar: **Marcela, A volúpia do desejo, Tessa, a gata, Ariela, a paranoica, Muros altos, A noite tem mais luzes, O escorpião na balança, O gamo e a gazela, As vedetes e Eu sou lésbica**²⁸. Devido à recorrência do tema em suas narrativas, muitos questionamentos sobre a sua sexualidade foram levantados, mas a escritora sempre esquivava-se do

²⁸ Cabe evidenciar aqui o desfecho dessa narrativa, analisado por Luiz Mott, quando a protagonista “reencontra, após longa separação, a amada vizinha que a introduzira, quando ainda criança, nos prazeres do tribadismo. O último parágrafo do livro, o mais filosófico, revela a limitação reflexiva de Cassandra Rios, completamente alienada de que os indivíduos devem ter respeitada sua livre orientação sexual: ‘Eu sou lésbica. Deve a sociedade rejeitar-me?’” (MOTT, 1987, p. 122).

interrogatório, sendo categórica ao afirmar que o real e a literatura não se envolviam (no seu caso particular), ainda que, em diversas situações, alegasse que a ficção imita a realidade, uma vez que muitas personagens com caracterizações homossexuais eram representadas a partir de um olhar culposos sobre si, refletindo, então, o sentimento que acometia muitas mulheres por considerarem tal manifestação sexual pecaminosa. Além dela, Adelaide Carraro também disponibiliza um espaço significativo às relações lésbicas em sua bibliografia, como em **Eu mataria o presidente e Mulher livre**.

À luz do conceito de literatura marginal, Carlos Zéfiro é um autor característico desse segmento, sendo considerado quem “melhor exprimiu a importante junção da sexualidade de casa com a da rua, sexualidade marcada profundamente pelo polimorfismo” (MOTT, 1987, p. 128), e apresentou o lesbianismo sob o olhar fetichista, já explorado anteriormente, exibindo tal perspectiva em diversos textos, descrevendo relações sáficas incitadas pelo marido de uma das personagens.

Com o surgimento de periódicos que focavam o público homossexual, as produções literárias com a temática homoerótica ampliaram o seu volume e algumas coletâneas – geralmente publicadas por editoras especializadas – foram lançadas, dando notoriedade a autores pouco conhecidos e possibilitando a sua ascensão. Entretanto, a expressão da homossexualidade feminina ainda esbarra no preconceito existente, e os textos literários são, em sua maioria, escritos por homens – corroborando com a reflexão proposta nesse estudo de que as mulheres sofrem com uma dupla segregação. Assim, ainda que a contemporaneidade permita uma maior expressão sobre o lesbianismo, ela permanece sendo exposta pela perspectiva do sexo dominante.

O complô do silêncio contra a homossexualidade feminina parece ser ainda mais castrador do que a censura ao homoerotismo masculino: certamente há menos escritoras e editoras lésbicas assumidas, e os programadores das revistas eróticas provavelmente encontram maior clientela entre o público masculino, seja gay, seja *straight*. Daí o justo desabafo do “Colectivo de Lesbianas” de Barcelona, que desde 1977 – quando no Brasil o movimento de liberação homossexual ensaiava seus primeiros passos – proclamava: “Falar do lesbianismo implica falar da dupla marginalização: se a mulher como mulher sofre opressão em todos os níveis sociais e anulação de sua própria identidade, como lésbica é vítima de outra opressão muito mais violenta: é totalmente ignorada, porque à mulher foi negada uma sexualidade própria e a livre disposição de seu corpo. Portanto, a problemática da lesbiana é consequência do tratamento recebido pela mulher através da história, da qual esteve ausente enquanto protagonista: sua história é uma história subterrânea.” Mutatis mutandis, a mesma crítica vale para a literatura. (MOTT, 1987, pp. 129-130).

Embora esse estudo não contemple todas as obras literárias publicadas com temática homoerótica, é possível refletir que a literatura dispôs pouco espaço às relações lésbicas ao longo da história. Esse problema, no entanto, é abrandado na contemporaneidade, visto que o número de narrativas é mais expressivo; porém, muito longe de ser abordado com a naturalidade merecida.

4.1 As narrativas analisadas à luz da Sociologia Literária

Os textos literários estudados nessa pesquisa apresentam uma relação significativa com o contexto social no qual estão inseridos. Alguns fatores externos às obras foram inseridos nas suas composições porque auxiliam na sustentação de suas tramas, representando um período histórico através da articulação entre literatura e sociedade. A criação artística, entretanto, não é uma imagem fidedigna da realidade, mas pode ser interpretada como uma representação da perspectiva de seu criador e, nesse sentido, torna-se imprescindível analisar a tríade autor-obra-leitor para obter uma apreciação mais coesa dos textos abordados.

De acordo com a concepção de Antonio Candido, em **Literatura e sociedade** (2010), autor, obra e público interagem mutuamente e, portanto, o escritor, quando constrói a sua narrativa, desempenha um papel social, visto que invoca o fator social “para explicar a estrutura da obra e o seu teor de ideias, fornecendo elementos para determinar a sua validade e o seu efeito sobre nós” (CANDIDO, 2010, p. 24). Percebe-se, então, que a obra não está concluída no final da sua escritura, mas, sim, após o efeito resultante da recepção dela pelo público leitor, ou seja, autor-obra-público exercem uma influência recíproca, a qual é importante para que tenhamos um entendimento mais amplo da obra literária. Candido comenta que:

[n]a medida em que a arte é – como foi apresentada aqui – um sistema simbólico de comunicação inter-humana, ela pressupõe o jogo permanente de relações entre os três, que formam uma tríade indissolúvel. O público dá sentido e realidade à obra, e sem ele o autor não se realiza, pois ele é de certo modo o espelho que reflete a sua imagem enquanto criador (CANDIDO, 2010, pp. 47-48).

Fazer essa relação é necessário porque corrobora com a percepção de que o escritor é agente social, trazendo consigo elementos da realidade da qual faz parte, além da ideologia que já o sustenta no ato da escrita. Candido comenta essa questão da seguinte forma:

[...] o escritor, numa determinada sociedade, é não apenas o *indivíduo* capaz de exprimir a sua originalidade (que o delimita e especifica entre todos), mas alguém desempenhando um *papel social*, ocupando uma posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores ou auditores. A matéria e a forma da sua obra dependerão em parte da tensão entre as veleidades profundas e a consonância ao meio, caracterizando um diálogo mais ou menos vivo entre criador e público (CANDIDO, 2010, pp. 83-84, grifos do autor).

É no meio social que a literatura busca o seu objeto de representação, mas a sua relação com a sociedade não se configura em uma cópia do real e, tampouco, na proposição de solucionar os problemas sociais abordados no texto literário. Os elementos sociais penetram na criação literária para representar a perspectiva de seu criador e auxiliar a interpretação de seu receptor. Assim, o processo analítico da obra literária é composto pelos momentos da escrita e da recepção, quando as ideologias e os contextos sócio-histórico-culturais são externados para a produção e leitura dos textos pretendidos.

Sob esse argumento, estudar os textos literários com a temática homoafetiva requer o entendimento de como esse assunto é tratado socialmente, a fim de compreender os fatores que permitiram aos escritores abordarem o tema e construírem os seus discursos e as personagens, além de entender a influência de aspectos sociais na análise das obras literárias e os seus diferentes tratamentos. Dessa forma, a análise à luz da Sociologia Literária se apresenta como um elemento para dialogar com os Estudos Culturais e de gênero, procurando estabelecer uma discussão sobre a recepção das obras e o preconceito existente na sociedade, mas sem esquecer as peculiaridades da manifestação artística presente nas obras.

O discurso homoafetivo, de modo geral, é subentendido, sendo construído nas entrelinhas. Procurando relacionar o texto literário com o meio social no qual está inserido, é possível perceber que as narrativas são introspectivas e os relacionamentos pouco expostos, o que vai ao encontro da ideia de que o tema ainda apresenta pouca receptividade na sociedade. Em uma análise crítica, a qual abarque a influência mútua entre essas duas áreas, é importante entender as relações do artista com o ambiente que habita, bem como apreender como ocorrem as influências

sociais no processo de produção literária, pois o autor elabora a sua obra seguindo os padrões de sua época, e o produto dessa interação age sobre o meio. Respondendo à indagação sobre como literatura e sociedade interagem, Candido diz:

[h]á neste sentido duas respostas tradicionais, ainda fecundas conforme o caso, que devem todavia ser afastadas numa investigação como esta. A primeira consiste em estudar em que medida a arte é expressão da sociedade; a segunda, em que medida é *social*, isto é, interessada nos problemas sociais. [...] A segunda tendência é a de analisar o conteúdo social das obras, geralmente com base em motivos de ordem moral ou política, redundando praticamente em afirmar ou deixar implícito que a arte deve ter um conteúdo deste tipo, e que esta é a medida do seu valor (CANDIDO, 2010, pp. 29-30, grifo do autor).

A partir dessa perspectiva, a relação que o artista desenvolve com a sociedade é relevante para proporcionar uma reflexão coerente acerca da obra literária, produzindo, dessa forma, uma interação entre a tríade autor-obra-público, a qual resulta em um produto adequado de interpretação. Assim, vale compreender como ocorrem as representações sociais no processo de produção literária, pois “percebe-se o movimento dialético que engloba a arte e a sociedade num vasto sistema solidário de influências recíprocas” (CANDIDO, 2010, p. 34).

Nesse sentido, a literatura homoerótica ainda se apresenta revestida de preconceitos, e a análise das obras literárias citadas nesse estudo corrobora com essa conclusão, pois evidencia a relação homoafetiva como algo impossível, indo de encontro aos valores sociais apresentados nas narrativas – pautados na heteronormatividade –, os quais são representações da sociedade da época, centrada no heteropatriarcado. A teoria aplicada para analisá-las ratifica essa percepção, mesmo que sempre seja necessário evidenciar que aquilo que está escrito não deve ser considerado e, tampouco, corresponde à uma verdade absoluta, mas, também, o leitor não é um simples receptor da obra, visto que esse tem uma opinião e é fundamental no produto final da produção literária.

A literatura é pois um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo (CANDIDO, 2010, p. 84).

O amor – tema central nas três narrativas analisadas, representado de formas diferenciadas – que existe entre as personagens não pode ser externado, tornando-se, até mesmo, impronunciável, pois traz consigo a repressão oriunda de uma sociedade patriarcal e opressiva, regida por um sistema ditatorial. Os discursos, assim sendo, configuram o medo e a insegurança da expressão, pondo em evidência um padrão heteronormativo que norteava a sociedade da época, mas que se mantém atual, visto que tais discursos resistem ainda hoje.

Nota-se que a aversão imposta ao discurso homoerótico advém, parcialmente, da construção identitária que impõe a heterossexualidade compulsória como padrão a ser seguido socialmente, difamando, então, outras manifestações sexuais que não essa. Os textos analisados não se enquadram na norma constituída e tampouco se vinculam a outros padrões marginalizados, pois, em cada um deles, há uma representação distinta de identidade, proporcionando a reflexão acerca da fragilidade em que a rotulação fixa se encontra atualmente. A diluição das identidades fixas é o marco inicial para analisar os discursos literários, pois todos apresentam relacionamentos que não se enquadram no modelo preestabelecido socialmente – seja pela construção das personagens ou seja pela construção da relação em si –, baseando-se no conceito de diversidade, que respeita as diferenças individuais.

Neste mundo instituído por representações, a identidade fixa é uma ficção e a incerteza e o paradoxo são as conquistas maiores de nosso tempo para desmascarar as verdades de todos os tempos. [...] A volatilização da essência é a libertação da norma, da disciplina, da exclusão. É a disseminação da identidade que pode mudar a ordem do mundo, a ordem do Pai, a ordem do falo (NAVARRO-SWAIN apud FACCO, 2004, p. 124).

As construções narrativas nos três textos analisados são, conseqüentemente, distintas, uma vez que são elaboradas a partir de percepções diferentes, as quais correspondem às posições que os seus autores assumem perante à temática abordada e, também, a receptividade que as suas obras alcançam, sendo que essa questão incorpora as disparidades de aceitação a que os relacionamentos gays e lésbicos estão condicionados. Então, a fim de investigar a influência do meio social nas narrativas em questão, refletir-se-á a respeito da tríade autor-obra-público e as suas intersecções na literatura homoerótica.

4.1.1 A representação artística e a recepção social

De acordo com a perspectiva sugerida por Antonio Candido, o escritor traz consigo elementos sociais que são traspostos para as suas produções literárias. Em virtude disso, o seu discurso é elaborado de acordo com muitos fatores que estão alheios à literatura, mas que se articulam com ela, visto que os padrões instituídos socialmente estão próprios do compositor, interferindo no processo criacional. Assim, entender os contextos sociais interno e externo da obra literária é parte fundamental do desenvolvimento interpretativo ao qual ela é submetida. Os fatores externos, nesse sentido, não devem ser analisados isoladamente, posto que destituem-se de significação se assim forem compreendidos. Devem, portanto, ser interpretados como elementos que desempenham certo papel na estrutura literária, tornando-se internos à obra.

No texto narrativo, a enunciação de valores, juízos e percepções acerca do mundo social (seja ele interno ou externo à narrativa) está atrelado à questão da configuração do narrador. Logo, é a partir da voz narrativa que se pode instaurar uma análise do locus de enunciação em questão (ALÓS, 2010, p. 843).

A posição social do autor é a primeira questão a ser averiguada quando se analisa o texto literário à luz da Sociologia Literária porque é a partir da percepção do seu meio social que se pode entender os princípios e as opiniões que se almeja transmitir. Sob essa perspectiva, Candido postula que “a) o artista, sob o impulso de uma necessidade interior, orienta-o segundo os padrões da sua época, b) escolhe certos temas, c) usa certas formas e d) a síntese resultante age sobre o meio” (CANDIDO, 2010, p. 31); e, dessa forma, entenderemos as diferenças nas representações artísticas de Cíntia Moscovich, em **Duas iguais**, e Caio Fernando Abreu, em “Terça-feira gorda” e “Aqueles dois”.

Os discursos analisados utilizam as experiências sociais como recurso artístico a fim de refletir sobre uma temática social, a qual corresponde às relações homoafetivas representadas. De acordo com Luana Porto, “as relações entre obra e sociedade, tal como são construídas nas narrativas, assinalam uma perspectiva crítica acerca de problemas sociais a que fazem referência” (PORTO, 2005, p. 146), e, por conseguinte, refletem sobre a homoafetividade e a sua interpretação no âmbito social.

É possível notar que os discursos de Cíntia Moscovich e de Caio Fernando Abreu diferem desde a proposta do conceito de gênero, partindo do pressuposto de que tal conceito é uma forma de regulação social. Essa percepção, fundamentada por Foucault, atua sobre o conceito de identidade subjetiva, disciplinando, a partir de discursos reguladores, a construção identitária individual. Butler considera que as regulações de gênero não são apenas mais um exemplo das formas de regulamentação de um poder mais extenso, mas constituem uma modalidade de regulação específica que têm efeitos constitutivos sobre a subjetividade. As regras que governam a identidade inteligível são parcialmente estruturadas a partir de uma matriz que estabelece uma hierarquia entre masculino e feminino, e, nesses termos, o gênero não é nem a expressão de uma essência interna, nem, tampouco, somente uma construção social, sendo considerado, primordialmente, uma norma. Isso se revela nos discursos analisados a partir da abordagem que é permitida – à luz dos padrões heterossexistas – aos dois escritores para discorrerem sobre a homoafetividade sugerida nos enredos de suas narrativas.

Nos dois contos de Caio Fernando Abreu analisados nesse estudo, há a preocupação de representar uma ideologia que é cultivada naquele momento ditatorial. Embora contenham um teor melancólico elevado, as narrativas tendem a discutir problemas de cunho social – no caso, a homoafetividade e consequente homofobia – a partir da reflexão da existência humana, interligando os valores individuais de quem narra com aqueles que são condicionados socialmente, evidenciando uma “distância existente entre o mundo projetado/sonhado e o mundo vivido” (PORTO, 2005, p. 140). Na pesquisa de Luana Porto, há a seguinte análise sobre o escritor gaúcho:

Caio F. é um escritor que se preocupa em discutir literariamente problemas da experiência humana e conflitos sociais, propondo uma perspectiva singular para a formação e humanização do homem. Seus textos são elaborações literárias que combinam elementos de ordem social com elementos de ordem estética, num trabalho artístico que rompe com as convenções tradicionais de linguagem e composição e que aponta para a necessidade de se defender valores humanistas, tal como propõe [Antonio] Candido (PORTO, 2005, p. 151).

É possível averiguar que a Caio Fernando Abreu é permitida a expressão menos obstruída sobre a homoafetividade, enquanto Cíntia Moscovich esbarra em uma dificuldade de discorrer sobre a temática; e a primeira hipótese que se sugere para analisar tal diferença está relacionada à supremacia masculina que regula o meio

social e estipula maior liberdade de expressão aos homens à medida que coíbe o processo criativo feminino, uma vez que impõe obstáculos à sua manifestação. No conto “Terça-feira gorda”, a homofobia é explícita, visto que a relação homoafetiva é condicionada à morte pela sociedade que a segrega. A narrativa foca na não aceitação pública do homoerotismo, sendo que, quando o sujeito homossexualmente inclinado não acata à norma, a violência instituída como punição é justificada. De forma mais ponderada, pois o espaço delimita outra forma de atuação, o preconceito denunciado em “Aqueles dois” também se vincula à invisibilidade imposta ao relacionamento homoafetivo, sendo que o autor já dá indícios dessa acusação abaixo do título do conto, quando o classifica como “história de aparente mediocridade e repressão” (ABREU, 2005, p. 132), aludindo ao meio social opressivo que, de forma dissimulada, segrega os homossexuais.

Caio Fernando Abreu emprega em seus contos um tom denunciante, que pode ser entendido como representativo da sociedade da época. Sua posição social, sua constituição genderizada e a forma como expressa a sua preocupação com a temática abordada são fatores que contribuem para a elaboração dos textos literários e, também, a sua compreensão posterior no momento da recepção. A sua obra, portanto, permite a reflexão acerca da contraditoriedade que o preconceito relacionado à condição sexual individual – sofrido, vale lembrar, pelo próprio escritor – evidencia tanto no meio social quanto na literatura.

[F]ace aos cansaços pós-utópicos, mas ao mesmo tempo dentro desse espaço, a obra de Caio Fernando Abreu representa uma frágil possibilidade de leveza, do sim, em meio a tanta dor e indiferença, de encontros em meio a tantos desencontros, de estórias que digam respeito a um mundo tão pleno de informações e carente de sentidos (LOPES apud FACCO, 2004, p. 62).

Em oposição ao tom denunciante do autor, Cíntia Moscovich desenvolve uma narrativa mais introspectiva, preocupada em questionar o entendimento das personagens consigo mesmas, a partir das suas condições sexuais. Na novela, sobressai o tom melancólico e a densidade da escrita aponta para a dificuldade de expressar o tema, reforçando a percepção da necessidade de camuflar a relação homoafetiva em seu texto duplamente transgressor. A primeira transgressão já ocorre no momento da composição da obra, pois a autora rompe com o padrão de gênero, assumindo a posição de sujeito ao dominar a escrita sobre o erotismo feminino, contrariando uma atitude padronizada de passividade e pondo em evidência

personagens femininas para contar a história. A segunda transgressão decorre da presença do relacionamento lésbico na narrativa, indo de encontro aos paradigmas normatizados socialmente ao excluir a figura masculina da centralidade e controle da relação. Assim sendo, **Duas iguais** se caracteriza pela fragmentação da linguagem e silenciamento do desejo e sentimento homoafetivos, visto que eles só podem ser externados diante de situações de perda.

O silêncio que encobre a possibilidade do encontro amoroso entre mulheres é parte da totalidade do silêncio a respeito da vida as mulheres, além do que acrescenta, tem sido um modo efetivo de obstruir a intensa e poderosa onda em direção à comunidade feminina e ao compromisso das mulheres com mulheres, que ameaça o patriarcado (RICH apud FACCO, 2004, p. 71).

Ainda que a fragmentação seja estratégia composicional da escritora, a mesma característica é percebida na escrita feminina de maneira geral, tornando-se, então, um atributo intrínseco às mulheres e, conseqüentemente, segregando aquelas que rompem o silêncio que lhes é imposto e abordam abertamente as temáticas vistas como transgressoras. De acordo com Lizandro Calegari, a maioria das composições de autoria feminina é “caracterizada pela fragmentação, pela presença de monólogos, brechas e silêncios, traços que servem como ‘impulso subversivo para a expressão de uma voz feminina’” (CALEGARI, 2013, p. 18, destaques do autor), e tal análise pode ser transposta para a novela **Duas iguais**, uma vez que os recursos utilizados pela escritora corroboram com o que foi dito por Calegari – desde o início da trama, a narradora evidencia que o amor precisa de expressão, ainda que percorra toda a história sem expressá-lo plenamente. Assim, é possível concluir que a diferença de gênero pode corresponder às diferenças de abordagem nas narrativas analisadas, pois, no contexto social em questão, a liberdade de expressão feminina é cerceada.

Nesse sentido, é preciso salientar os momentos de escrita das obras citadas. Na situação repressiva na qual Caio Fernando Abreu se encontrava, houve a possibilidade de uma expressão menos eloquente do que na ocasião em que **Duas iguais** foi publicada – com mais de uma década de diferença –, entretanto, foi o oposto que se confirmou, visto que a linguagem do autor é mais clara se comparada à da autora. Se pensarmos que os períodos sócio históricos são antagônicos – em 1982, o Brasil estava sob regime ditatorial e, em 1998, já havia abertura política –, a hipótese levantada sobre a diferença de tratamento à expressão masculina e feminina recebe forte aliança porque se apoia nos contextos sociais para corroborar com a afirmação

de que os discursos são moldados sob a influência de uma sociedade patriarcal, a qual se sustenta ao longo dos anos.

Portanto, seguindo a análise pautada nos preceitos de Antonio Candido e sob o olhar social discriminatório, é possível apontar os contos de Caio Fernando Abreu como pertencentes à “arte de segregação”, uma vez que se preocupam “em renovar o sistema simbólico, criar novos recursos e, para isto, dirige-se a um número ao menos inicialmente reduzido de receptores, que se destacam, enquanto tais, da sociedade”; enquanto Cíntia Moscovich se aproxima do conceito de “arte de agregação”, pois “se inspira na experiência coletiva e visa meios comunicativos acessíveis. Procura, neste sentido, incorporar-se a um sistema simbólico vigente, utilizando o que já está estabelecido como forma de expressão de determinada sociedade” (CANDIDO, 2010, p. 33). Tal análise é evidente a partir da interpretação de que as narrativas propostas pelo primeiro escritor denunciam os valores instituídos socialmente, enquanto que a segunda escritora apresenta o mesmo teor delator, mas não transpassa o limite do subentendido na maior parte da novela, precisando aproximar a sua linguagem à padronização hegemônica para ser aceita socialmente.

O gênero instituído como preceito implica a permanência da hierarquia, do binarismo e da heterossexualidade compulsória como condições da cultura, considerando subversivas todas as manifestações que ultrapassem as fronteiras normativas. Nesse sentido, o gênero construído socialmente interfere, em primeira instância, na forma como os autores escrevem as suas narrativas. Os dois escritores construíram discursos pautados na fragmentação, apresentando personagens caracterizadas a partir do conceito de identidade subjetiva, e tal estratégia pode ser recurso para realçar a segregação a que a homoafetividade é relegada. Embora as personagens que desenvolvem relações homoafetivas representem performances distintas entre si, são sempre postas à margem social, indo ao encontro dos valores culturais que a sociedade heteronormativa estipula. Nota-se em Caio Fernando Abreu uma preocupação maior com a denúncia contra a homofobia, pois seus contos delatam a receptividade negativa que a homoafetividade masculina sofre pelo meio social, representando uma realidade que se mostra atual.

No Brasil do início do século XX, no quadro da arte homoerótica, vivemos o predomínio de homotextos breves, sobretudo contos [...] em geral, isolados nas obras dos escritores. Predomina o silêncio sobre a problemática e, quando visível, persiste a afirmação de estereótipos risíveis ou de imagens

do desejo homoerótico como algo impossível, destinado ao fracasso (LOPES apud FACCO, 2004, p. 59).

Em Cíntia Moscovich, os problemas da homofobia também são levantados e somam-se à dificuldade de expressão que uma mulher encontra para discorrer sobre a homoafetividade feminina. Assim sendo, a complexidade da escrita feminina é duplicada, desencadeando “uma série de reflexões e questionamentos sobre o modo como práticas sociais e discursivas colaboraram na definição do sujeito mulher como elemento periférico à cultura” (UMBACH, 2013, p. 145).

O período social representado nas três narrativas desumaniza os indivíduos e os destitui de subjetividade, e essas características foram transpostas pelos seus autores nos textos analisados. A segregação e a censura se unem para marginalizar os sujeitos desviantes e as consequências se revelam em desfechos impiedosos para aqueles que transgridem as normas sociais.

As personagens das obras literárias analisadas foram construídas sob um contexto autoritário, diferenciando-se primordialmente pela sua constituição gendérica. Nesse sentido, além da construção discursiva, distinta sob o binarismo masculino/feminino, que privilegia a expressão masculina, a representação de gays e lésbicas no texto literário também sofre influência do meio social.

No período ditatorial, os discursos eram subentendidos e a expressão da homossexualidade considerada como um desvio da norma – como ainda é, aliás, atualmente –, e os escritores buscaram, através de suas personagens, exemplificar tal repressão. Caio Fernando Abreu escreveu seus contos no final do regime militar, conseguindo traduzir em palavras a segregação imposta aos relacionamentos homoafetivos, apontando o resultado da opressão a partir de conflitos entre as personagens e as regras impostas por uma sociedade que não aceitava nada desviante da moral convencional.

A denúncia dos efeitos da repressão, contextualizada em uma sociedade discriminatória e preconceituosa, é evidente na construção dos casais homoafetivos de “Terça-feira gorda” e “Aqueles dois”. No primeiro conto, as personagens homoafetivas – inominadas – adotam características de uma sociedade que superou a opressão e se permitem expressar sua afetividade na terça-feira de carnaval. Entretanto, a intolerância radical deixou marcas na sociedade, as quais podem ser percebidas através dos agressores que seguem uma posição ideológica favorável às ideias autoritárias, rejeitando manifestações distintas da norma instituída. O

preconceito representado no conto traduz a dissimulação de parte da sociedade em mascarar a rejeição imposta aos homossexuais. O contraponto entre a livre expressão do amor e a sua repressão demonstram o período de transitoriedade que o país presenciava, mas ressalta, também, que a hierarquia que a heterossexualidade compulsória conquistou se manteve, visto que o relacionamento homoafetivo entre homens é permitido, desde que mantido afastado do espaço público. Nesse conto, o choque principal entre os valores vigentes socialmente e aqueles que são considerados desviantes está vinculado à encenação do ato sexual e à condição de passividade da figura masculina na relação, pois subverte o sistema patriarcal.

A construção identitária das personagens se dá a partir da representação do desejo entre dois indivíduos homossexualmente inclinados que se sentem atraídos desde o momento em que se encontram. Na narrativa, o narrador-personagem relata o envolvimento com o outro, a partir da identificação sexual que ambos vivenciam, despiando-se de preconceito. Em contrapartida, o olhar homofóbico não respeita a subjetividade, julgando e condenando a manifestação homoerótica; evidenciando, então, que, mesmo em uma festa de carnaval, onde, supostamente, as manifestações são livres, a sociedade age hipocritamente, segregando a liberdade sexual de sujeitos que não se adéquam aos padrões heteroculturais.

“Aqueles dois”, diferentemente do conto anterior, não exterioriza para a sociedade da narrativa o relacionamento entre as personagens Raul e Saul. Entretanto, há indícios que permitem a interpretação das demais personagens de que os protagonistas desenvolvem uma relação afetiva, o que ocasiona o afastamento de ambos do meio social. Como o relacionamento é construído de forma implícita, não há comprovação da consumação sexual, e o distanciamento torna-se a punição adequada à subversão.

A forma como as personagens são construídas permite o entendimento do conto como “ora a quase-crônica da vida urbana, ora o quase-drama do cotidiano burguês” (BOSI apud NÓBREGA JR., 2007, p. 2), porque também representa a hipocrisia social relacionada à temática homoerótica. Elaborados de forma intimista e reservada, os protagonistas desenvolvem um relacionamento escondido do ambiente social, e, quando surgem especulações sobre a sua condição sexual, são demitidos do emprego por apresentarem um “comportamento doentio” (ABREU, 2005, p. 140). A relação com a realidade social, portanto, se confirma quando o narrador compara a hostilidade na recepção da homoafetividade com uma “clínica psiquiátrica ou uma

penitenciária” (ABREU, 2005, p. 140), aludindo à sociedade opressora e doente que coíbe o homossexual do convívio social. Assim, destinados à segregação, Raul e Saul se retiram daquele “deserto de almas” (ABREU, 2005, p. 133) e os que ali permanecem “tinham a nítida impressão de que seriam infelizes para sempre” (ABREU, 2005, p. 140), já que se conformaram com o sistema impositivo.

Nos contos de Caio Fernando Abreu, as personagens não possuem uma identidade fixa que as associe a um padrão homoafetivo, ou seja, as suas construções identitárias derivam da sua identificação sexual, gendérica e, também, a partir do meio social em que vivem. O texto literário, nesse sentido, se associa a questões extratextuais – como as citadas acima –, ajudando a construir o posicionamento ideológico de quem o produz.

Contestar a força que a literatura pode desenvolver em determinadas circunstâncias, em períodos de arbítrio e exceção por que passam as sociedades em certos períodos de sua evolução. A literatura pode ser [...] o único tipo de discurso a desempenhar um papel desestruturador da sociedade (BERND apud FACCO, 2004, pp. 88-89).

A novela **Duas iguais**, de Cíntia Moscovich, também desenvolve a sua trama no período ditatorial e isso é evidente tanto no discurso quanto na construção das personagens. Cíntia Schwantes analisa o autoritarismo na linguagem utilizada para narrar a história de amor entre as personagens da seguinte forma:

[a]s ações criminosas da ditadura militar têm [...] uma função importante dentro da economia narrativa: é a partir do desaparecimento de um dos seus professores que Ana e Clara passam a participar do jornal da escola, apaixonam-se e vivem o caso de amor que está no centro do processo de formação de Clara. [...] Porém, mais do que apenas recurso para situar e caracterizar as personagens – Clara judia, Ana filha de militantes de esquerda, ambas vivendo sua adolescência e seu caso de amor nos finais da ditadura militar – a menção ao Holocausto e aos crimes da ditadura apontam para algo mais: para uma sociedade autoritária e restritiva onde o amor de ambas não encontra lugar. [...] Dentro dessa lógica narrativa, Ana precisa morrer no final do romance: não há lugar para ela, sua diferença e seu amor (SCHWANTES, 2006, p. 5).

As personagens Clara e Ana desenvolvem o sentimento homoafetivo sob a vigência de uma sociedade e, principalmente, de uma cultura repressora da diferença. Mesmo que a narrativa ultrapasse o período ditatorial, a cultura discriminatória continuou vigorando nas relações sociais, e essa opressão pode ser percebida tanto no momento da construção das personagens, as quais não conseguem externar o sentimento devido à dupla transgressão social, quanto no momento da recepção do

texto, visto que a homoafetividade entre lésbicas ainda é pouco entendida socialmente. Entretanto, nota-se, no fim da novela, uma esperança acerca da quebra dos paradigmas, indicando uma sociedade igualitária, em que todas as expressões do amor são contempladas.

Entendendo que a constituição de gênero intervém na construção literária, também é possível salientar que essa interferência se dá tanto no ato da escrita quanto na recepção do texto literário, e, desse modo, Caio Fernando Abreu se privilegia da sua rotulação masculina, desenvolvendo narrativas que expõem a sua ideologia sem precisar utilizar recursos linguísticos que lhe facilitem a aceitação. Mesmo que ambos os escritores desenvolvam seus textos focando na temática homoerótica, a receptividade de seus discursos favorece o autor, pois o aproxima minimamente dos padrões estabelecidos socialmente.

Assim, se a diferença gendérica é fator determinante para a expressão da homoafetividade, também o é na receptividade dos discursos, uma vez que os valores sociais instituídos nas narrativas são semelhantes aos que são impostos ao público leitor. Isso quer dizer que, no momento da leitura, todos temos uma carga ideológica e semântica que norteia a interpretação do texto literário. Toda leitura, portanto, é política e comprometida.

Por político entendo apenas a maneira pela qual organizamos conjuntamente nossa via social, e as relações de poder que isso implica. Qualquer teoria relacionada com a significação, valor, linguagem, sentimento e experiência humanos, inevitavelmente envolverá questões mais amplas e profundas sobre a natureza do ser e da sociedade humanos, *problemas de poder e sexualidade, interpretações da história passada, versões do presente e esperanças para o futuro* (EAGLETON apud ALÓS, 2010, p. 840, grifos no original).

Sob essa perspectiva, à literatura homoerótica é posta uma interpretação negativa devastadora, uma vez que subverte a cultura heterormativa. Assim, os textos que apresentam relacionamentos homoafetivos são condicionados à literatura marginal e pouco apreciados pelo grande público. Portanto, retomando a discussão a partir da articulação entre literatura e sociedade, é possível entender que o texto literário é inculcado de vários fatores extratextuais, inclusive no momento da recepção, uma vez que a sociedade dispõe de diferentes públicos que se conectam com a representação artística por vários fatores, os quais variam do interesse estético ao modismo temático; todavia, é fato que a maioria receptora está em “conformidade automática aos padrões” instituídos e são poucos aqueles que manifestam “um juízo

livre de injunções diretas do meio em que vivemos” (CANDIDO, 2010, p. 46). Assim sendo, o elemento social também é verificado na recepção literária.

A arte é social nos dois sentidos: depende da ação de fatores do meio, que exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais. Isto decorre da própria natureza da obra e independe do grau de consciência que possam ter a respeito os artistas e os receptores de arte (CANDIDO, 2010, p. 30).

O preconceito é evidente no espaço interno das narrativas, indo ao encontro dos valores sociais que lhes são externos – nos três casos, o *outro* inibe a expressão do amor, mesmo que o faça de maneiras distintas: em **Duas iguais**, a cultura predominante na novela, pautada nos preceitos judaicos e heteronormativos, reprime a homoafetividade evidente entre Clara e Ana, sendo que a narradora-protagonista percorre a trama, sublimando o seu sentimento, a fim de inserir-se no meio social de que faz parte. A rejeição à suposta relação amorosa entre Raul e Saul, em “Aqueles dois”, esbarra, também, na cultura hegemônica, visto que é a sociedade que os segrega, orientada por indícios que induziam a interpretação da homoafetividade entre as personagens. Já em “Terça-feira gorda”, a aparente liberdade de expressão que a data festiva pressupõe se dilui no momento em que dois homossexuais tentam igualar as suas atitudes com a sociedade de modo geral e, por conseguinte, sofrem retaliação, uma vez que o comportamento homoafetivo não pode ser exposto publicamente.

A repressão expressada nos textos literários constitui-se a partir da segregação que a mesma temática sofre socialmente. Os autores traduzem em palavras – ou em silêncios – a censura e a intolerância que a homoafetividade traz consigo, mesmo que o façam de forma inconsciente; e tal opressão recai no público leitor, que tende a sofrer as mesmas limitações que os escritores. Evidencia-se, portanto, que a posição social do autor depende da sua relação com o meio social e, dessa forma, o público detém função importante para a composição artística.

Se a obra é mediadora entre o autor e o público, este é mediador entre o autor e a obra, na medida em que o autor só adquire plena consciência da obra quando lhe é *mostrada* através da reação de terceiros. Isto quer dizer que o público é condição para o autor conhecer a si próprio, pois esta revelação da obra é a sua revelação. Sem o público, não haveria ponto de referência para o autor, cujo esforço se perderia caso não lhe correspondesse uma resposta, que é definição dele próprio. Quando se diz que escrever é imprescindível ao verdadeiro escritor, quer isto dizer que ele é psicologicamente organizado de tal modo que a reação do outro, necessária para a

autoconsciência, é por ele motivada através da criação. Escrever é propiciar a manifestação alheia, em que a nossa imagem se revela a nós mesmos (CANDIDO, 2010, pp. 85-86, grifo do autor).

É possível aliar a perspectiva de Antonio Candido à hipótese levantada anteriormente em relação às diferenças na abordagem da homoafetividade nas obras literárias estudadas, visto que o meio social – e, conseqüentemente, o público – cerceia a expressão da temática de diferentes formas tanto na literatura quanto na sociedade. O espaço que lhe é concedido se configura pela hostilidade e imposição de barreiras, as quais variam de acordo com o gênero de quem narra e de quem é representado. As relações entre gays sofrem com a depreciação que lhes é conferida e, no caso dos dois contos analisados, percebe-se a padronização de suas identidades a partir do olhar preconceituoso do outro, que os destitui de subjetividade, a fim de menosprezar as suas sexualidades. Os maldizeres referentes às condições sexuais e as comparações relacionadas à estereotipação do homossexual são visíveis nos textos de Caio Fernando Abreu, que introduz esses elementos externos nas suas narrativas com o intuito de evidenciar e criticar a homofobia. No caso do relacionamento entre lésbicas representado em **Duas iguais**, surge o problema da não identificação das personagens com a caracterização que a sociedade atribui às mulheres homoafetivamente inclinadas, e, nesse sentido, manifesta-se subliminarmente sob a matriz heterossexista que só permite a expressão das lésbicas a partir de concepções fetichizadas e voyeurísticas – tal constatação já foi abordada anteriormente, quando se demonstrou que a dificuldade de expressão decorre da exteriorização do sentimento homoafetivo e não do ato sexual, o qual é descrito detalhadamente, sem embaraço de crítica.

Percebe-se, portanto, que a relação entre autor-obra-público associada à temática homoafetiva se depara, primordialmente, com problemas de cunho social nas suas expressões literárias e sociais. Há, ainda, demasiada ignorância sobre o assunto, ignorância que não pode ser entendida como desconhecimento, mas, sim, como preconceito, que tem a sua origem no meio externo às obras, porém adentra nas suas composições internas, influenciando desde o processo de escrita até a recepção. Assim, se não há espaço para a homoafetividade na vida social, as alternativas são a segregação e a morte no texto literário, uma vez que as histórias de amores transgressores subvertem os papéis tradicionais de gênero e, por conseguinte, herdaram o componente trágico que assola os indivíduos

homossexualmente inclinados, assinalando a impossibilidade de tal subversão, visto que o amor exige a sua expressão plena.

As noções de representação artística e de recepção social, baseadas na perspectiva sociológica de Antonio Candido, apesar de serem relevantes e importantes, são insuficientes para analisar o homoerotismo em sua dinâmica mais ampla, uma vez que a sua posição se pauta em constructos socialmente criados, os quais se atêm em caracterizações heteronormativas e patriarcais, reduzindo-se às definições binárias contestadas ao longo desse trabalho. Dessa forma, são necessárias novas referências e reflexões que vão tanto ao encontro como de encontro às visões da crítica literária consagradas, mesmo no ambiente da Sociologia da Literatura. Logo, pensar a partir da visão desconstrucionista gera uma perspectiva mais produtiva para debater sobre a igualdade de gênero e a sua representação, porque pressupõe que o significado de um conceito é indeterminando e inteiramente relacional e contextual, destituindo-o da totalização absolutista e questionando a arbitrariedade da valorização do conceito de verdade, já que está atrelado à linguagem, e essa, na riqueza de seus diferentes significados, nas ambiguidades que tais diferenças necessariamente trazem e nos jogos de associação que eles ensejam, realiza operações tão múltiplas que jamais se poderá pensar, por exemplo, em um significado fixo ou em uma interpretação única para um conceito qualquer.

5 Considerações finais

No desenvolvimento desse trabalho, buscou-se desmistificar a representação da homoafetividade em **Duas iguais**, de Cíntia Moscovich, e “Terça-feira gorda” e “Aqueles dois”, de Caio Fernando Abreu, a partir de argumentos que refletissem sobre a ineficiência do sistema binário elaborado pela sociedade heteropatriarcal. Para tanto, foram levantadas hipóteses que sustentassem tal aceção, a fim de confirmá-la sob a ótica da teoria *queer*, baseada na perspectiva sociológica.

De acordo com David W. Foster, “a perspectiva *queer* caracteriza-se por reconhecer outras formas de prazer legítimas que não se restringem ao padrão imposto pelo patriarcado, tal qual se assenta no heterossexismo compulsório” (apud PORTO, 2013, p. 153), e, nesse sentido, propôs-se pensar a homoafetividade na literatura à luz de tais referências com o intuito de entender as diferentes representações da temática nos objetos de análise citados. Concluiu-se, portanto, que tais manifestações indicavam aproximações com o discurso dominante e, assim, traziam consigo as dificuldades de expressão que a cultura hegemônica impõe ao assunto. Em virtude dessa constatação, evidenciou-se que não há transgressão abrupta aos padrões heteronormativos nas narrativas analisadas, uma vez que elas subvertem os princípios de conduta impostos somente por abordarem a homoafetividade nas relações amorosas.

A partir da apuração dessa observação, buscou-se reconhecer o homossexual na história com o propósito de fundamentar que a sua posição ex-cêntrica é resultado de uma imposição da sociedade, a qual instituiu a sua organização estrutural a partir de binarismos que privilegiam o heterossexismo e promovem a supremacia masculina. Assim, entendeu-se que “a homossexualidade é um subproduto de um modo particular de estabelecer papéis (ou padrões de comportamentos aprovados) com base no sexo; como tal, é uma categoria que não é autêntica (não corresponde à realidade)” (KATZ, 1996, p. 145). Do mesmo modo, averiguou-se que os papéis sociais eram identificados a partir das suas relações com o sexo biológico, e tal consciência corroborou com o argumento desse estudo.

Os rótulos que denominam os indivíduos desviantes servem para promover a hierarquia social e para destituí-los de subjetividade identitária, uma vez que os

igualam a partir de conceitos estereotipados e negligenciam as suas individualidades. Sob essa perspectiva, identificou-se que “o não uso da palavra heterossexual nos estudos sobre a sexualidade é uma evidência da ação da norma heterossexual como um sedutor subliminar não questionado” (KATZ, 1996, p. 178), e, por conseguinte, o foco nas questões referentes à homossexualidade não questiona o sistema básico construído desigualmente, em que um termo e uma prática sexual foram identificados como dominantes. A invenção da heterossexualidade foi estudada no sentido de propor essa reflexão, com base no diálogo estabelecido com as ideias de Jonathan Katz:

[u]ma história compensatória dos homossexuais não estuda os heterossexuais em igual profundidade, e por isso não analisa metade do problema. Concentrando-nos nos homossexuais e em outras minorias sexuais, continuamos a deixar a maioria sexual de fora da análise (e a não questionar a ideia de minorias e maiorias eróticas). É assim que a heterossexualidade continua a livrar-se do *status* de uma instituição enigmática e peculiar (KATZ, 1996, p. 179).

Nesse sentido, foi possível perceber que, no contexto discriminatório enfrentado pelos indivíduos homossexualmente inclinados, há mais um binarismo hostil, no qual gays e lésbicas não dispõem dos mesmos direitos sociais. As suas histórias se assemelham pelo apagamento na historiografia oficial, mas os gays gozam de uma permissividade comportamental que é inadmissível para lésbicas, visto que elas corrompem o sistema patriarcal quando renunciam à presença do homem na relação.

Em um texto intitulado **La doble discriminación de las lesbianas**, Beatriz Gimeno disserta sobre a invisibilidade atribuída às mulheres, que pode ser notada sobre mulheres homo ou heterossexuais:

[s]e admite que las lesbianas somos en buena medida invisibles, tanto para el mundo heterosexual como para el mundo gay. [...] El hecho de que el lesbianismo fuera, y en buena medida aún sea, algo inimaginable para la sociedad ha permitido que éste pudiera vivirse sin la feroz persecución de los varones con prácticas homosexuales eran objeto. Así las leyes modernas contra la homosexualidad eran por lo general aplicables, y aplicadas, únicamente contra la homosexualidad masculina²⁹ (SIMONIS, 2007, pp. 20-21).

²⁹ “[é] certo que as lésbicas são invisíveis tanto para o mundo heterossexual como para o mundo gay. [...] O fato de que o lesbianismo era, e em grande parte ainda é, algo inimaginável para a sociedade permitiu que se vivesse sem a feroz perseguição a que os homens com práticas homossexuais estavam sujeitos. As leis modernas contra a homossexualidade eram aplicadas, geralmente, somente contra a homossexualidade masculina” (tradução nossa).

Destarte, concluiu-se, a partir da investigação sobre a história de gays e lésbicas, que ambos se expressam desde tempos remotos, mas as mulheres homossexualmente inclinadas sofrem com a dupla marginalização, sendo segregadas pelas suas condições sexuais e gendéricas.

O lesbianismo é uma categoria de comportamento possível apenas em uma sociedade sexista caracterizada por rígidos papéis dos sexos e dominada pela supremacia masculina. Esses papéis dos sexos desumanizam as mulheres, definindo-as como uma classe servil em relação à classe dominante dos homens (KATZ, 1996, p. 146).

Do mesmo modo que entendeu-se o binarismo heterossexual/homossexual como um constructo inventado socialmente, percebeu-se que as relações binárias de sexo e de gênero sofrem com a mesma problemática porque promovem uma disparidade entre homens e mulheres. Apoiando-se no estudo de Butler, esse tópico questionou as definições de sexo e de gênero, entendendo-as como construções oriundas da sociedade falocêntrica que promove o heterossexismo compulsório. Assim sendo, percebeu-se que, “a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (BUTLER, 2013, p. 25), e, portanto, sinalizou-se a reflexão acerca da desconstrução das identidades fixas, questionando o conservadorismo identitário fundado a partir das desigualdades provenientes dos corpos gendrados.

Após a explanação teórica, buscou-se aprofundá-la no âmbito literário, utilizando as narrativas de Cíntia Moscovich e Caio Fernando Abreu para exemplificar as expressões da homoafetividade nos seus discursos. Seguindo os pressupostos levantados por Foucault, entendeu-se que a repressão imposta aos modelos de sexualidade considerados desviantes foi regulada por meio dos discursos de instituições que visavam o controle social. Para tanto, estabeleceu-se uma norma que determinou um padrão sexual a ser seguido e segregou as demais manifestações existentes. O entendimento foucaultiano sobre os dispositivos de poder norteou o estudo sobre as obras literárias:

[d]izendo poder, não quero significar “o poder”, como um conjunto de instituições e aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos num determinado estado. Também não entendo poder como um modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma de regra. Enfim, não entendo o poder como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre o outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o

corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma de lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas da sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemônias sociais (FOUCAULT, 1988, pp. 88-89).

No sentido sugerido por Foucault, levantou-se a proposição de que as sexualidades são socialmente construídas e derivam de discursos que estão, geralmente, imersos na cultura hegemônica. Assim, no trabalho analítico da novela **Duas iguais** e dos contos “Terça-feira gorda” e “Aqueles dois”, de Cíntia Moscovich e Caio Fernando Abreu, respectivamente, levou-se em consideração as identificações gendéricas dos autores e das personagens representadas, a fim de relacioná-las com o contexto social no qual estavam inseridas. Consequentemente, percebeu-se que Caio Fernando Abreu teve mais facilidade e habilidade de escrever sobre o relacionamento homossexual do que Cíntia Moscovich, evidenciando os privilégios masculinos em dois momentos: o autor, por ser homem, tem mais facilidade para explorar o tema e representar o outro sem causar estranhamento e nem desconforto abundante e, as suas personagens, também do gênero masculino, desenvolvem um diálogo mais aberto sobre a sua relação. Cíntia, em contrapartida, sofre grande influência do seu meio social e desenvolve uma narrativa introspectiva, fazendo-nos perceber que a história narrada não deve ser exposta e a linguagem usada nessa novela corrobora com a percepção de que se trata de uma história difícil de ser contada. No entanto, não é possível dizer que nos contos de Caio Fernando Abreu não há dificuldade em expressar a homoafetividade, mas os conflitos do autor e das personagens não são tão truncados quanto na novela de Cíntia Moscovich porque se adéquam às normas estabelecidas pela sociedade, as quais ainda permitem aos homens uma maior exposição acerca de quaisquer temas. Desse modo, “Aqueles dois” e “Terça-feira gorda”, que tratam da relação entre homens, apresentam uma maturidade maior do que **Duas iguais**, pois há, na sociedade, uma manifestação mais intensa acerca do preconceito contra gays do que contra lésbicas.

Nas narrativas, não há uma aceitação positiva em relação aos casais homossexuais; contudo, percebe-se um silenciamento e uma punição maiores ao

casal de lésbicas apresentado na novela de Cíntia Moscovich em comparação aos casais de gays criados por Caio Fernando Abreu nos seus contos. As narrativas analisadas evidenciam o comportamento discriminatório e repressivo das pessoas ao se depararem com um relacionamento homoafetivo, e esse preconceito deriva também da falta de amadurecimento da sociedade em relação à homossexualidade. Há, nesse sentido, a corroboração com a proposição levantada anteriormente, a qual questionou a valorização da definição do homossexual, ignorando a discussão sobre a heterossexualidade compulsória, sendo esse mecanismo uma forma arbitrária de normatizar a sexualidade.

A busca incessante por discussões e explicações acerca da homossexualidade reforçam a questão do preconceito, pois identificamos, nessa busca constante por explicações, o desejo de “resolver”, de se achar uma saída para a homossexualidade (REEDIJK, 2006, p. 16).

Portanto, é evidente, nas obras analisadas, uma crítica às contradições da sociedade quando o assunto é a homossexualidade e a exclusão social que segue, pois o homossexual tem o direito de existir, mas sempre preservando a sua intimidade e tornando-se o mais invisível possível aos olhos da sociedade; porém, se for visível, deve ter um propósito delimitado. Sobre essa questão, à luz da perspectiva de Foster, notou-se que:

[u]na de las contradicciones inherentes a la homofobia tiene que ver con el tema de la visibilidad. Aunque se lamenta la presencia de los “desviados” en la sociedad y a veces se expresa la manera en que serían más tolerables si fueran más invisibles, la práctica homofóbica tiene como propósito fundamental hacerlos visibles, así sea solo para destacarlos en aras de someterlos a la invisibilización de la violencia, aunque dejarlos tullidos para siempre. Es, indudablemente, colocarles una marca o un señalamiento por el resto de su vida³⁰ (FOSTER, 2009, p. 22).

As narrativas analisadas denunciam o preconceito e apresentam histórias que não se enquadram na cultura das majorias, inseridas na heterossexualidade compulsória, fazendo-nos perceber que as relações homoeróticas ainda são pouco difundidas na literatura e também pouco aceitas na sociedade, e, dessa forma, há

³⁰ “[u]ma das contradições inerentes à homofobia envolve a questão da visibilidade. Embora ela lamente a presença dos ‘desviados’ na sociedade e por vezes expressa a forma que seria mais tolerável se fossem mais invisíveis, a prática homofóbica tem como propósito fundamental torná-los visíveis, mesmo que seja somente para destacá-los a fim de submetê-los à invisibilidade da violência, mesmo que deixem marcados pelo resto de suas vidas” (tradução nossa).

uma imensa dificuldade de expressá-las em quaisquer situações. Tentando tratar o tema com naturalidade, os textos literários mostram que a relação entre indivíduos do mesmo sexo se assemelha, na maioria das vezes, a um relacionamento heterossexual. Ainda assim, a linguagem é truncada e pode ser comparada com a dificuldade de expressão sobre o tema na sociedade em geral. A relação homoafetiva choca a sociedade heteropatriarcal, mas, em uma leitura mais crítica, é possível perceber que se trata de uma história de amor ou de uma atração sexual como qualquer outra. Dessa forma, o amor que existe entre as personagens – das três narrativas – esbarra na dificuldade de ser externado, tornando-se, até mesmo, impronunciável. Bourdieu reflete sobre essa questão:

[o homossexual] tem que exigir do Direito um reconhecimento da particularidade, que implica sua anulação: tudo se passa, de fato, como se os homossexuais, que tiveram que lutar para passar da invisibilidade para a visibilidade, para deixarem de ser excluídos, visassem a voltar a ser invisíveis, e de certo modo neutros e neutralizados, pela submissão à norma dominante (BOURDIEU, 2005, p. 146).

Como consequência desse trabalho, teve-se a compreensão de que os discursos de Cíntia Moscovich e de Caio Fernando Abreu revelam diferentes formas de representar a homoafetividade na literatura, evidenciando que uma mesma temática adquire múltiplos sentidos de acordo com o discurso proposto. Por conseguinte, os discursos dependem das filiações socioculturais de identificação de quem escreve e quem é representado, uma vez que a sociedade tende a interferir no processo de representação artística e na recepção social do texto literário. Assim, a partir da análise foucaultiana, foi possível desconstruir a ideia de sujeito constituinte, a fim de chegar à reflexão do indivíduo imerso na história e afetado por ela.

Isso posto, fez-se a articulação entre literatura e história para ratificar os argumentos levantados até então. Constatou-se, portanto, que o meio social interfere no processo criativo e receptivo das obras analisadas e, mais uma vez, evidenciou-se que os binarismos de sexo, de gênero e de sexualidade são determinantes na aceitação ou não do texto literário. O heteropatriarcado disseminou padrões de conduta que enraizaram-se na cultura hegemônica, padrões que dificultam as manifestações que não condizem com o modelo estabelecido. Nesse sentido, a Sociologia Literária não dá conta da análise do homoerotismo porque se atém às conceituações impostas socialmente, as quais se resumem em definições binárias e segregadoras.

A incompletude e as incongruências encontradas nesse estudo apontaram para a reflexão de que são necessárias novas formas de pensar a temática homoafetiva na literatura e na sociedade. Sendo assim, propôs-se a desestruturação das definições socialmente instituídas como forma de abarcar igualmente todas as manifestações afetivas sem discriminação. Portanto, o argumento desconstrutivista de Derrida foi fundamental para concluir a análise, pois vai ao encontro da perspectiva adotada ao longo da pesquisa, visto que o autor afirma que:

[s]e então a totalização não tem mais sentido, não é porque a infinidade de um campo não pode ser coberta por um olhar ou um discurso finitos, mas porque a natureza do campo – a saber, a linguagem e uma linguagem finita – exclui a totalização: este campo é com efeito o de um *jogo*, isto é, de substituições infinitas no fechamento de um conjunto finito (DERRIDA, 1995, p. 244, grifo do autor).

Finaliza-se a dissertação apontando que a possibilidade plena de representação das múltiplas formas de expressões afetivas só será garantida quando a desnaturalização dos conceitos binários for problematizada e os padrões de identidades fixas forem preteridos em favor da subjetividade. Assim, serão possíveis diferentes significações para os discursos proferidos, as quais não devem basear-se no conceito de verdade, mas, sim, na concepção interpretativa de que o significado é sempre móvel, variado e ilimitado, dependendo das identificações de quem o expressa e/ou o recebe.

Referências

ABREU, Caio F. Aqueles dois. In: _____. **Morangos Mofados**. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

_____. Terça-feira gorda. In: _____. **Morangos Mofados**. Rio de Janeiro: Agir, 2005

ALÓS, Anselmo P. Narrativas da sexualidade: pressupostos para uma poética *queer*. In: **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, dezembro de 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

BARCELLOS, José C. **Literatura e homoerotismo em questão**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2006.

BAUMAN, Zigmund. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BULOS, Uadi L. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CALEGARI, Lizandro. O cânone literário e as expressões de minorias. In: FOSTER, David. W. (Org.). **Excluídos e marginalizados na literatura**: uma estética dos oprimidos. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2013.

_____. O homoerotismo em Caio Fernando Abreu: a perspectiva *queer* em *Morangos mofados*. In: **Revista Língua & Literatura**, v. 11, n. 16, 2009.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

CAPRIO, Frank S. **Homossexualidade feminina**. Tradução de Frederico Branco. São Paulo: Ibrasa, 1960.

CONNEL, Robert. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. In: **Revista Estudos Feministas**, v. 21, nº 1. Florianópolis, 2013.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. Tradução de Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1995.

ESCOSTEGUY, Ana C. Os estudos culturais. In: HOHLFELDT, Antônio (Org.). **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FACCO, Lúcia. **As heroínas saem do armário**: literatura lésbica contemporânea. São Paulo: GLS, 2004.

FOSTER, David W. **Ensayos sobre culturas homoeróticas latinoamericanas**. Chih, México: Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque & J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **História da sexualidade**: o uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque & J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

GIMENO, Beatriz. La doble discriminación de las lesbianas. In: SIMONIS, Angis. **Cultura, homosexualid y homofobia**. Barcelona: Editorial Laertes, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

JOVIANO, Lúcia H. S. Literatura homoerótica: discursos entre a tradição e a ruptura. In: **Anais**, II Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Ouro Preto, 2009.

KATZ, Jonathan N. **A invenção da homossexualidade**. Tradução de Clara Fernandes. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

LAURENTIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.) **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Tradução de Susana Bornéo Funck. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Tradução de Sonia M.S. Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LEAL, Bruno S. **Caio Fernando Abreu, a metrópole e a paixão do estrangeiro**: contos, identidade e sexualidade em trânsito. São Paulo: Annablume, 2002.

LEAL, Virgínia M. V. A difícil expressão do amor em *Duas iguais*, de Cíntia Moscovich. In: DEALTRY, Giovanna (org.). **Alguma Prosa**: Ensaio sobre Literatura Brasileira Contemporânea. Rio de Janeiro: 7letras, 2007.

_____. O gênero em construção nos romances de cinco escritoras brasileiras contemporâneas. In: DALCASTAGNÉ, Regina (Org.). **Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea**. São Paulo: Editora Horizonte, 2010.

LOURO, Guacira L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MIRANDA, Adelaide C. O mapa da morte na literatura homoerótica brasileira contemporânea. In: MIRANDA, Adelaide C. (Org.). **Protocolos Críticos**. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2008.

MISKOLCI, Richard. A teoria *queer* e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização. In: **Anais**, Congresso de Leitura do Brasil (COLE). Campinas: ALB, 2007.

MOSCOVICH, Cíntia. À memória das coisas afastadas. In: MOSCOVICH, Cíntia. **O Reino das Cebolas: contos & narrativas**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

_____. Cartografia. In: _____. **Arquitetura do arco-íris**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Duas iguais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MOTT, Luiz. **O lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

NÓBREGA JR, Clóvis M. Aspectos do “duplo” em “Aqueles dois”, de Caio Fernando Abreu. In: **Anais**, Encontro Regional da ABRALIC. Literaturas, Artes, Saberes. São Paulo, 2007.

PORTO, Luana. **Morangos mofados, de Caio Fernando Abreu: fragmentação, melancolia e crítica social**. 2005. 162 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. PORTO, Ana Paula. Representação literária da homossexualidade: da ambiguidade à revelação. In: FOSTER, David. W. (Org.). **Excluídos e marginalizados na literatura: uma estética dos oprimidos**. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2013.

REEDIJK, Carolina C. **Sobre o amor que “não” ousa dizer o nome**. Uberlândia: UFU, 2006.

SANTOS, Wanessa O. **Memória e palavra em Cíntia Moscovich**. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SCHWANTES, Cíntia. O autoritarismo em "Duas iguais". In: **Literatura e Autoritarismo**, Santa Maria, n. 2, 2002.

SOUZA, Warley M. **Literatura homoerótica: o homoerotismo em seis narrativas brasileiras**. Belo Horizonte: UFMG, 2010

TREVISAN, João S. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

UMBACH, Rosani. Mulheres excluídas: o papel da sociedade autoritária na constituição do indivíduo. FOSTER, D. W. (Org.). **Excluídos e marginalizados na literatura: uma estética dos oprimidos**. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2013.